

Audiência Pública: PROJETO SANTA QUITÉRIA CE – REALIZADA EM 07 DE JUNHO DE 2022.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Mais uma vez, eu desejo uma boa noite a todos e agora às dezenove horas e vinte e cinco minutos, horário de Brasília, desse dia sete de junho de dois mil e vinte e dois eu, Régis Fontana Pinto, analista ambiental do IBAMA e na qualidade de diretor de licenciamento ambiental substituto declaro aberta esta Audiência Pública relativa ao licenciamento ambiental do empreendimento PROJETO SANTA QUITÉRIA referente a explora, exportação e beneficiamento do minério Colofanito, formado de fosfato associado a Urânio, voltado a produção de fertilizantes e ração animal por meio da transformação de minério em ácido fosfórico, além do concentrado de Urânio da jazida de Itataia, localizada na Fazenda Itataia situada na zona rural do município de Santa Quitéria no Estado do Ceará, sob responsabilidade da Indústrias Nucleares do Brasil a INB.

Eu, Régis, estarei presidindo esta Audiência Pública sendo auxiliado e secretariado pela minha colega analista ambiental Telda Costa, responsável pelas análises pertinentes ao meio socioeconômico do projeto, que faz parte da coordenação de licenciamento ambiental de mineração e pesquisa sísmica terrestre a COMIPE, que é a coordenação responsável pelo licenciamento do projeto dentro do IBAMA, parte da nossa equipe responsável pelas análises operantes ao projeto dentro do IBAMA está aqui conosco, o analista ambiental Wellington Fernandes do Carmo que é o coordenador da COMIPE, se encontra ali na, na mesa auxiliar, também temos a analista ambiental Simone Salgado que é responsável pelas análises de fauna em cavidades, também tá ali ao lado do Wellington e a analista ambiental Fernanda Boots responsável pelas análises de fauna terrestre na coordenação de mineração do IBAMA que também se encontra aqui conosco. Também fazem parte dessa mesa, que compõe a audiência, os senhores Ricardo Guterres da Comissão Nacional de Energia Nuclear a CONEN. E aqui eu já faço um pequeno adendo para esclarecer a todos os senhores que o PROJETO SANTA QUITÉRIA ele sofre um processo, um licenciamento duplo, existe um licenciamento ambiental conduzido pelo IBAMA e existe um licenciamento nuclear conduzido pela CNEN, e logo mais teremos uma pequena apresentação esclarecendo isso. Temos aqui também o Rafael Turri que é representante da empresa Galvani, o senhor Rogério Carvalho representando a empresa IMB, a senhora Cláudia Palei da consultora ambiental TETRAMAIS, que desenvolveu o, os estudos ambientais e o senhor Ricardo Lipo também da empresa TETRAMAIS que desenvolveu os estudos.

Para darmos início aos trabalhos eu convido a todos para de pé cantarmos o Hino Nacional.

Execução do Hino Nacional.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Para darmos continuidade aos trabalhos eu chamo a minha colega Telda Costa que irá ler o regulamento dessa Audiência Pública, o regramento que vai servir de base pro seguimento desse evento.

Telda Costa – Analista Ambiental do IBAMA: Boa noite a todos, sejam todos bem vindos. Esse evento vai ser um marco em nossas vidas no sentido de que hoje vamos compreender nossa cidadania e nos colocarmos nessa posição. Gostaria muito de que todos prestassem atenção no nosso regulamento, o regulamento ele pauta para as regras nímias necessárias para que todos possamos conviver e possamos nos manifestar nos momentos adequados, por favor. Então o regulamento da, dessa audiência Pública para discussão de relatório de impacto ambiental RIMA do empreendimento PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Artigo um, o presente regulamento trata dos procedimentos a serem observados nesta Audiência Pública para a discussão do Relatório de Impacto Ambiental do empreendimento, apresentação do projeto e licenciamento, como foi dito, PROJETO SANTA QUITÉRIA;

A Audiência será, artigo segundo, a Audiência será presidida por um representante do IBAMA e deverá contar com um secretário executivo servidor do IBAMA, para auxiliar o presidente na audiência;

Artigo três, a audiência será iniciada com o pronunciamento do presidente da audiência e o qual será esclarecidos os objetivos do evento e os procedimentos prestantes desse regulamento a serem observados durante a sessão;

Artigo quatro, caberá ao secretário executivo auxiliar o presidente da audiência da condução da Audiência Pública, assim como, na elaboração da ATA resumida da audiência;

O artigo quinto, o IBAMA apresentará o procedimento de licenciamento ambiental federal em até dez minutos, então cada apresentação vai ser feito esse cronograma de tempo para não nos estendermos, então o IBAMA fará apresentação do licenciamento ambiental em dez minutos, está a caso da nossa analista ambiental Simone.

Muito bem, continuando a leitura, a Comissão Nacional de Energia Nuclear a CNEN apresentará o procedimento de licenciamento nuclear em dez minutos, também fará apresentação nesse tempo.

Artigo sexto, o representante do empreendedor realizará apresentação sobre atividade, o empreendimento objeto do licenciamento, seus objetivos, justificativa, com duração máxima de vinte minutos;

Artigo sétimo, a equipe técnica responsável pela elaboração do EIA/RIMA terá o prazo de até trinta minutos para realizar a exposição sobre os estudos que foram desenvolvidos;

Artigo oitavo, será concedido um intervalo de dez minutos, no qual se iniciará a inscrição dos interessados na discussão do RIMA e do projeto, o prazo de dez

minutos será o prazo total para a inscrição dos questionamentos, críticas e sugestões, será de trinta minutos a contar do início do intervalo podendo ser prorrogado caso necessário, com a devida permissão do presidente. Então, a partir do momento que se deu o intervalo de dez minutos, de dez minutos a trinta minutos será recolhida as perguntas que serão feitas, as perguntas que serão escritas e entregues aqui na mesa e também aqueles que querem se manifestar oralmente. Ainda dentro do artigo oitavo, os questionamentos, críticas e sugestões dos interessados apresentados ao IBAMA ou ao empreendedor, dever ser identificados de forma a possibilitar repostas extemporâneas. O IBAMA deverá recepcionar as manifestações e questionamentos dos interessados por e-mail institucional específico criado para o evento, pelo prazo de até vinte dias após a realização da Audiência Pública, então estará aberto para os questionamentos dos senhores até vinte dias após o término dessa Audiência Pública poderão ser feitas perguntas que deverão ser respondidas pelo empreendedor e no caso dirigida ao IBAMA igualmente. O empreendedor deverá repassar integralmente ao IBAMA as contribuições e questionamentos registrados nos canais de comunicação abertos para este fim, como e-mail, zero oitocentos em até quarenta e oito horas do recebimento das perguntas, caso haja alguma pergunta que não possa ser respondida durante a Audiência Pública o IBAMA deverá encaminha em até vinte dias após o recebimento do questionamento resposta formal sendo necessário que o interessado indique nome, endereço para que o IBAMA possa responder como e-mail para correspondência;

Artigo nono, o presidente estabelecerá os procedimentos para respostas aos questionamentos.

Parágrafo Único do artigo nono, os questionamentos poderão ser respondidos em blocos ou separados por temas a critério do presidente, no momento que foram feitas as perguntas elas poderão se juntadas em blocos para que a mesa possa responder.

O secretário, artigo décimo, o secretário executivo ao final do evento deverá lavrar a ATA sucinta ao qual deverá ser assinada por ele, pelo presidente da Audiência Pública e representante do empreendedor. A assinatura da Ata poderá ocorrer de modo virtual por meio de sistema eletrônico de informações SEI.

Artigo onze, o encerramento será realizado pelo presidente da Audiência Pública que deverá declarar a validade da Audiência Pública. A gravação da Audiência Pública deverá ficar disponível no site do empreendedor por vinte dias, sendo esta disponibilização comunicada no momento da realização da Audiência Pública para manifestações posteriores, a gravação da Audiência Pública poderá ficar disponível em outras plataformas de compartilhamento de vídeo.

O empreendedor deverá protocolar no IBAMA no prazo de até trinta dias após realização da Audiência Pública a gravação de áudio e vídeo do evento, bem como, a respectiva transcrição integral em arquivos no máximo quinze megabytes.

A gravação, o vídeo e a transcrição da Audiência Pública, bem como, a lista dos participantes presenciais e todos os questionamentos públicos deverão compor

o processo administrativo do licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade. Artigo muito importante, tudo que foi falado aqui, tudo que foi manifestado, tudo que foi questionado, juntamente com as respostas fornecidas, tudo comporá o processo de licenciamento ambiental que está em curso no IBAMA, é importantíssimo, porque tudo fará parte da análise da equipe técnica que está analisando o projeto;

Artigo doze, caberá ao presidente da audiência decidir situações que impeçam a regular continuidade da Audiência Pública, bem como, deliberar em casos omissos nesse regulamento, neste caso nós estamos falando do presidente que é o senhor Régis Fontana.

Muito agradecida e que tenhamos uma excelente noite, excelente Audiência Pública, boa noite.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Muito obrigado Telda. mais uma vez eu desejo uma boa noite a todos, eu saúdo os colegas de IBAMA que estão ali, os colegas de mesa que estão aqui comigo e especialmente dou as boas-vindas a todos vocês que investiram o seu tempo, investiram a sua noite para estarem aqui presentes pra que pudéssemos conhecer, discutir, contribuir, manifestar sobre o licenciamento ambiental sobre o PROJETO SANTA QUITÉRIA que este em licenciamento no IBAMA. Eu registro aqui, dou as boas-vindas as autoridades, ao prefeito de Santa Quitéria, senhor José Braga Barroso, o Braguinha, o ex-deputado federal João Alfredo, o ex-prefeito de Santa Quitéria, senhor Chagas Mesquita, deputado estadual Daniel Oliveira, o ex-prefeito de Santa Quitéria, senhor Tomás Figueiredo, o ex-deputado Estadual Tomas Antônio de Paula Pessoa Filho, representando a FECOMERCIO e a vice-prefeita de Santa Quitéria, senhora Lígia Protázio.

Eu informo que, aliás antes, eu fico muito feliz de estar sendo, eu e a nossa equipe de estar sendo recebida por todos vocês aqui em Santa Quitéria, nos próximos dias estaremos em outros municípios cumprindo uma jornada de três Audiências Públicas para discutir esse RIMA e fico muito contente de ver a casa cheia, de ver inclusive que tem gente de pé e para isso eu até pediria pra organização, que eu vejo que tem algumas cadeiras sobrando lá no fundo, se fosse possível pra gente disponibilizar pra que as pessoas possam sentar e ficar melhores acomodadas.

Eu informo que o RIMA, que é o Relatório de Impacto Ambiental do projeto, ele está disponível de forma física ali nas mesas, na, a esquerda de vocês, ele também está disponível de forma virtual no site do IBAMA www.ibama.gov.br, também de forma virtual no site da Audiência Pública www.consorciosantaquiteria, tudo junto, ponto com, ponto br, repito, www.consorciosantaquiteria.com.br e também nos locais, na superintendência do IBAMA no Ceará lá em Fortaleza, no, na sede do ICMBIO em Brasília, na sede do IPHAN, também em Brasília, na Secretaria de Meio Ambiente do Ceará em Fortaleza, no Instituto Nacional de Reforma Agrária, o INCRA, na sua sede em Brasília, na Procuradoria da República do Município de Sobral em Sobral, na Secretaria de Meio Ambiente de Santa Quitéria, aqui em Santa Quitéria, na Secretaria Municipal do Trabalho e Meio Ambiente de Itatira, no próprio governo

de Estado do Ceará em Fortaleza, na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, também em Fortaleza, na Prefeitura Municipal de Santa Quitéria, aqui em Santa Quitéria, na Prefeitura Municipal de Itatira, na Câmara de Vereadores de Santa Quitéria, na Câmara de Vereadores de Itatira e na Biblioteca Pública de Santa Quitéria.

Eu friso que essa Audiência Pública ela está sendo realizada no formato presencial com transmissão via internet para acesso daquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de se deslocarem até aqui, eu estou tomando a liberdade de não usar máscara para melhor compreensão da minha voz por parte de vocês e, embora o uso já não seja obrigatório, eu recomendo que todos os integrantes dessa assim como a equipe técnica nos bastidores e o público em geral usem a máscara como medida de segurança, para evitar novos casos de covid dezenove e também atenção ao protocolo treze, publicado no site da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará que está disponível, esse protocolo ele está disponível também de forma física ali na mesa a esquerda de vocês.

Aqueles que forem fazer pronunciamento e se sentirem a vontade também podem retirar a máscara para a melhor compreensão da voz.

A Audiência Pública será composta de basicamente dois momentos, um momento das apresentações, nós teremos quatro pequenas apresentações para apresentar o rito do licenciamento, tanto ambiental quanto nuclear, apresentar o projeto pra vocês e também apresentar o estudo e depois o segundo momento, que eu considero o mais importante, que é o momento do debate, onde os senhores poderão se manifestar e encaminhar as suas perguntas. Já encaminharam algumas dúvidas aqui e eu já esclareço de pronto para vocês, todos devem ter recebido uma pequena cartilha, dentro dessa cartilha tem uma ficha pra que sejam feitas as perguntas, essas perguntas podem ser encaminhadas aqui pra mesa, como podem também ser feitas de forma oral e aquela pessoa que não tiver a intensão de fazer uma, uma pergunta, mas, meramente fazer a sua manifestação oral, manifestar se é contra ou se é a favor do projeto, basta escrever na ficha, manifestação oral, e colocar o seu nome, que no momento certo nós chamaremos essas pessoas pra fazer a sua manifestação oral.

O público que está assistindo essa audiência de casa através do canal do youtube pode encaminhar as suas perguntas através do e-mail psq.ap.sede@ibama.gov.br, eu vou repetir, o e-mail é psq.ap.sede@ibama.gov.br para encaminhar as suas perguntas para o IBAMA, assim como também pode encaminhar perguntas para o zero oitocentos, quatrocentos e dois, dez trinta, zero oitocentos, quatrocentos e dois, dez trinta ou o e-mail contato@consorciosantaquiteria.com.br, encaminhando as suas perguntas, elas não vão ser contempladas as respostas aqui durante a audiência, mas, ao longo dos próximos vinte dias, além da, da audiência gravada ficar disponível as pessoas poderão fazer as suas perguntas e depois receberão as suas respostas, isso pra, repetindo, para as pessoas que estão assistindo a Audiência Pública através da internet.

Nesse momento eu vou chamar a minha colega Simone Salgado para a gente dar início as quatro apresentações que eu comentei, a Simone começará apresentando sobre o Rito do licenciamento ambiental que ocorre dentro do IBAMA pro PROJETO SANTA QUITÉRIA. Simone, por favor.

Simone Salgado – IBAMA: Boa noite a todos. Vou fazer uma breve apresentação, né, o Régis já falou algumas coisas, e eu. Pode começar? Então pode passando.

Bom a Audiência Pública então é pra exposição do relatório de impacto ambiental, o RIMA, do PROJETO SANTA QUITÉRIA, esse é o PROCESSO SANTA QUITÉRIA, que tramita no IBAMA. Pode passar. Pode passar.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Por favor, organização, tem um passador de slides, por favor?

Simone Salgado - IBAMA: Ela fala com alguém da mesa. Então gente, o IBAMA, o INSTITUTO BRASILEIRO, né, dos recursos, INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, o IBAMA, é uma autarquia federal, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, tem sua autonomia do Ministério do Meio Ambiente, tem sua autonomia e tem o controle finalístico do ministério do meio ambiente e tem a missão de proteger ao meio ambiente, garantir a qualidade ambiental e a assegurar sustentabilidade no uso dos recursos naturais. Deve executar ações de políticas nacionais referentes atribuições federais, atribuições estaduais também relativas ao licenciamento ambiental, ao controle da qualidade ambiental, a autorização do uso de recursos naturais, a fiscalização que muitos conhecem, a maioria, o monitoramento e controle ambiental.

Então o IBAMA tem a presidência e as diretorias, que é a diretoria de licenciamento ambiental, a DILIC, a DIQUA, que é a diretoria de qualidade, a DIPRO, a diretoria de proteção, A diretoria de planejamento e orçamento e a DBFLOR que é de biodiversidade. Essa é a estrutura do IBAMA e eu vou apresentar mais a DILIC que é onde tá tramitando no processo de SANTA QUITÉRIA e licenciamento ambiental, diretoria de licenciamento ambiental é composta pela divisão de compensação ambiental, tá ali em cima e as três coordenações gerais, que é a CGTEF de licenciamento de empreendimentos fluviais pontuais terrestres, a coordenação geral de licenciamento de empreendimentos marinhos e costeiros e de empreendimentos lineares terrestres.

Dentro da coordenação da CGTEF, tem a COMIP, que é a coordenação de mineração e pesquisa sísmica terrestre, que é aonde está o PROCESSO DE SANTA QUITÉRIA, que os analistas estão analisando esse processo, analisando esse processo de pedido de licença, e dentro da COMIP tem a divisão da DTAP, divisão de empreendimentos agropecuários, Transposições, Pequenas Estruturas Terrestres, temos também a COHID, de hidrelétrica,

produção de petróleo e gás, que fica dentro da CGMAC, de transporte, transmissão de energia e a SERAD que é o serviço de regularização ambiental.

Então aqui é o organograma pra vocês terem uma noção de como funciona a estrutura do licenciamento ambiental, do IBAMA e do licenciamento ambiental, né, e o processo tá na COMIP e todos são, a equipe aqui toda, todos são da COMIP da mineração. É, poderia (ela fala com alguém).

Então, o que é uma Audiência Pública, né? A Audiência Pública é um espaço de aberto, de debate pra que todos participem, todos opinem, pra todos, diversos atores sociais, pra que todos participem mesmo, população, governo, né, são realizados, pode ser realizado a Audiência Pública pra definição de políticas públicas, elaboração de leis, realização também de empreendimentos, como SANTA QUITÉRIA que podem gerar impactos, a cidade, ao meio ambiente, a vida das pessoas, a qualidade, afetar de certa forma a qualidade, então é importante a Audiência Pública nesse sentido de debate. São garantidas na Constituição Federal de 1988, a nossa atual Constituição, regulada por leis federais, constituição estaduais, leis orgânicas municipais e do DF, lei Orgânica do Distrito Federal. O principal objetivo é apresentar então informações que impactam a vida da população, né, colher ideias, opiniões, sugestões, né, que serão utilizadas também para subsidiar a nossa análise do licenciamento ambiental, pra tomada de decisões também.

Bem, como vai ser apresentado, vou falar bem rapidamente. O PROJETO SANTA QUITÉRIA, vai ter apresentação da equipe de SANTA QUITÉRIA, que é um complexo minero-industrial que contempla tanto a extração e beneficiamento de minério colofanito, urânio associado ao fosfato, a ser extraído na SANTA QUITÉRIA, na jazida da SANTA QUITÉRIA e é constituído por uma mina, duas unidades industriais, e uma pilha de estéril, uma pilha de cal fosfogesso e além da estrutura de apoio.

Bem, lembrando aqui que na Constituição Federal do artigo 225, diz que todos têm direito ao meio ambiente, ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público à coletividade, o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Então está assegurado na Constituição Federal, e seu parágrafo primeiro determina que incumbe ao Poder Público exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de impacto, de impacto ao meio ambiente, degradação, estudo prévio de impacto ambiental, a que dará publicidade, então a importância da Audiência Pública.

E nas definições, a União no caso é responsável justamente por se tratar de pesquisa, lavra, beneficiamento, transporte, armazenamento e material radioativo é que a União é responsável e o IBAMA é responsável pelo licenciamento do empreendimento.

Bem, o IBAMA ele solicita a empresa que elabore o estudo de impacto ambiental, né, e vai trazer o quê? Várias informações, do meio, do meio ambiente, do, do meio físico, biótico, social, todas as informações detalhadas e vai apresentar a previsão dos impactos, que podem ser positivos e negativos e também a

cumulatividade, né, dos impactos cumulativos. E o RIMA o relatório de impacto ambiental é uma versão resumida e mais acessível à população, com a linguagem mais fácil, de fácil entendimento, pra compreender melhor do que se trata o empreendimento.

Então com toda essa informação, o IBAMA com seus técnicos vai analisar os dados e vai emitir um parecer técnico que pode concluir ou não pela viabilidade ambiental do empreendimento, emitido, no caso, a licença prévia, se, se houver uma viabilidade ambiental ou não. E uma vez que foi detalhado o projeto inicial e definida as medidas e programa de proteção ambiental, pode ser requerida a licença de instalação, o empreendedor vai requerer uma licença de instalação e o IBAMA pode conceder, né, a autorização do início da construção do empreendimento e a instalação, né, de equipamentos.

Bem, se o empreendedor cumprir tudo certinho, se atender as condicionantes, se verificar que houve medidas de controle, aí sim, é que será emitida a licença de operação. Pode?

Então esses marcos temporais do processo junto ao IBAMA, em dois mil, em dezenove de junho de dois mil e vinte que houve abertura, do processo da ficha de caracterização, no dia vinte e sete do oito de dois mil e vinte um que foi a emissão do Termo de Referência definitivo, né e aqui é o número do SEI, está tudo aqui especificado, e noventa e dois, novembro de dois mil e vinte e dois houve o protocolo do EIA/RIMA, né, foi protocolado o EIA/RIMA, via Sisglaf que é o novo sistema e dia, e dezoito de março de dois mil e vinte dois houve o aceite do, do EIA, né, e foi publicado no dia vinte e cinco do três de dois mil e vinte e dois, né, do Diário Oficial da União, abrindo o prazo de quarenta e cinco dias para a solicitação de audiências públicas e em dois mil e vinte, é doze de maio de dois mil e vinte dois, foi, houve a publicação do Diário Oficial, né da realização de três audiências públicas. Pode passar.

Que são essas, né, hoje, SANTA QUITÉRIA, amanhã será no mesmo horário em Itatira, né tá o endereço, Escola de ensino médio Nazaré Guerra e quinta-feira também as dezenove horas em Canindé e tem o endereço certinho, o hotel é Jardineira Park Hotel. Pode, pode passar.

Então o IBAMA ainda pode solicitar esclarecimentos, complementações em decorrência dessas audiências, é quando a gente vai captar todas as informações, as dúvidas sugestões, opiniões, ideias a gente vai juntar tudo e a gente pode sim solicitar, esclarecimentos, complementações. Após a audiência será aberto o prazo de vinte dias para as contribuições, as contribuições poderão ser encaminhadas as unidades do IBAMA tanto de Brasília como de Fortaleza ou por esse e-mail que tá aqui e estarão abertos para manifestação de toda população, então até vinte dias após a realização das Audiências Públicas.

Fim do prazo das contribuições, o IBAMA poderá solicitar esclarecimentos adicionais ou não pedir esclarecimentos, vai depender. A emissão do Parecer Conclusivo indicando a viabilidade ou não, né, ou inviabilidade do empreendimento.

Então a conclusão da análise, é de viabilidade ambiental e a emissão do Parecer Conclusivo com sugestões de encaminhamento serão então, encaminhados na verdade à Diretoria de Licenciamento Ambiental para deferimento ou indeferimento da licença prévia definindo as medidas de controle ambiental a ser executadas pelo empreendedor nas fases posteriores em caso positivo em relação a viabilidade ambiental.

Então é isso. Aqui é o telefone, o e-mail da COMIP também, COMIP, da sede do IBAMA, qualquer dúvida, então, estamos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Muito obrigado, Simone.

É a gente sabe que é muita informação para todos vocês, mas é importante que a gente dê pelo menos uma passada, uma explicação de como funciona o processo, o rito o processo de licenciamento ambiental do IBAMA e ao longo dos debates a gente vai esclarecendo um pouquinho mais.

É agora eu convido o senhor Ricardo Guterres que é diretor de radioproteção e segurança nuclear da CNEM para fazer uma apresentação sobre o licenciamento nuclear do PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Ricardo Guterres - Diretor de radioproteção e segurança nuclear da CNEM:
Boa noite a todos, boa noite senhoras, boa noite senhores. É um prazer, além de ser um dever, é um prazer de estar aqui compartilhando este momento com vocês e poder também apresentar um pouco do nosso trabalho na COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR, a COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR é um órgão do governo federal responsável pelo licenciamento e fiscalização das instalações do setor nuclear no Brasil, é diferentemente do IBAMA que tem uma visão mais holística sobre o meio ambiente, o nosso foco é segurança, nós estamos focados na segurança dos indivíduos, face as exposições e as radiações ionizantes.

Nós temos. Então nós atuamos sobre trinta instalações nucleares no país, incluindo as usinas de ANGRA I e ANGRA II e a planta de mineração de urânio Caetité na Bahia, também somos responsáveis pelo cumprimento de acordos internacionais na área de salvaguardas. Também, também fiscalizamos cerca de três mil instalações que utilizam diversas fontes de radiação para diversos fins, por exemplo, na área de saúde, eu mesmo tive a oportunidade de atuar numa fiscalização aqui no estado do Ceará, numa clínica de medicina nuclear, na cidade de Barbalha. Além disso nós atuamos na fiscalização de trinta instalações de minero-industriais, instalação de mineração que tem urânio e não mineram, especificamente, mineram ferro, mineram ouro, mas, tem urânio associado, nós temos cerca de trinta minas como estas no país, que o caso aqui de Santa Quitéria, inclusive. Além disso nós atuamos na fiscalização do transporte, né, isso é muito importante, nós aprovamos o transporte de materiais que tenham materiais nucleares.

Bom, a nossa atividade, ela é uma atividade fortemente ancorada no, na área internacional, existe um órgão das Nações Unidas, que a Agência Nacional de Energia Atômica que elabora uma série de agendas relativas a proteção contra os efeitos nocivos das radiações ionizantes e estabelece aí uma série de instrumentos pra que seja efetiva essa agenda, né, são os acordos de salvaguardas, as convenções, por exemplo que o país é signatário na área de segurança nuclear, na área de resposta a emergências nucleares, também códigos de conduta e as atividades de cooperação técnica, há uma cooperação técnica internacional muito grande nessa área, então esse órgão ele desenvolve uma série de standards de padrões, de normas de segurança pra utilização da tecnologia nuclear e essas, esses standards, essas normas, né, eles acabam fundamentando a nossa regulamentação.

Nós temos então cinquenta e oito normas regendo a segurança nuclear da utilização das radiações ionizantes no país que são aplicadas pra diversos, pra diversos grupos, né, instalações nucleares, controle de material nuclear, proteção radiológica, controle de minerais nucleares, transporte, instalações radioativas, são as instalações médicas, industriais que eu falei pra vocês, certificações de pessoas, são os especialistas que atuam nessas áreas, rejeitos radioativos e as atividades de descomissionamento. Tudo isso é regulamentado pela comissão.

Bom, os principais instrumentos de atuação da comissão, é o licenciamento, o licenciamento é obrigatório, nenhum empreendimento pode utilizar fontes de radiação ou pode desenvolver atividade nuclear sem que haja o licenciamento prévio, além disso, nós reali, esse licenciamento ele não é cartorial, ou seja, não simplesmente uma apresentação de uma documentação para o órgão e esse licenciamento ocorre, há uma atividade de revisão e avaliação pela CNEM que faz exigências, pedidos de esclarecimentos e verifica o que a documentação de fato responde ao estabelecido na regulamentação, além disso, nós realizamos a fiscalização, nós temos um escritório, por exemplo, em Fortaleza, nós realizamos a fiscalização dessas atividades que são licenciadas. E se caso necessário para impor o cumprimento dos nossos requisitos, é existem instrumentos de coerção, como nós chamamos, que são multas e medidas cautelares.

Bom, o PROJETO SANTA QUITÉRIA, ele vai ser detalhado mais à frente, mas, ele basicamente se constitui de um projeto com uma instalação minero-industrial de obtenção de fosfato e uma instalação nuclear né, parte do processo é uma instalação nuclear, onde é obtido o concentrado de urânio, né.

Por favor. Aqui nós temos uma imagem, dá, esquemática, mas, então ocorre de fato pra nós dois licenciamentos, um licenciamento da instalação minero-industrial e o licenciamento da instalação nuclear.

Por favor. Na parte minero-industrial o que nós temos é a aplicação do estabelecido na norma 4.01, onde são estabelecidos os requisitos de segurança e proteção radiológica com vistas à obtenção da autorização para uso e armazenamento de minérios, matérias-primas e materiais contendo radionuclídeos das séries naturais do urânio e tório em instalações minero-

industriais, ou seja, há um processo de licenciamento associado a essa obtenção do fosfato.

Por favor. Essa norma estabelece então uma categorização e a partir dessa categorização há o estabelecimento de requisitos específicos pro licenciamento.

Por favor. Então, o que está estabelecido no rito de licenciamento dessa norma é a necessidade de aprova, de apresentação de informações preliminares com o objetivo da classificação dessa instalação e o pedido de autorização, conforme eu já expliquei.

Por favor. Bom, é no caso da categoria dois, nós teremos como requisito a apresentação do programa de proteção radiológica, do programa de monitoração radiológica ambiental, gerencia de rejeito, e o plano preliminar de descomissionamento que deve ser implementado ao final da operação da instalação. No caso da instalação, nesse momento a INB apresentou então uma solicitação.

Pode passar. Uma solicitação de proposta em, de interface né, de fronteira entre essas duas instalações e apresentou o relatório de informações preliminares com vistas à classificação da instalação. Bom, em relação a instalação nuclear, a parcela nuclear da instalação, nós temos um conjunto amplo de normas aqui, nós citamos três principais que regem o licenciamento dessa instalação em si.

Por favor. Esse licenciamento, ela, ele, ele basicamente ele inclui três etapas fundamentais, a aprovação de local, a licença de construção e autorização de operação.

Por favor. E em termos de aprovação de local, o que nós vemos é a influência da instalação no local e a influência do local na instalação, ou seja, fontes de riscos que podem estar associados ao local, por exemplo, atividade sísmica, por exemplo, a possibilidade de uma inundação, isso tudo é avaliado durante o processo de licenciamento. Na parte de construção são avaliados os sistemas intrínsecos, eu não vou aqui conseguir detalhar tudo isso, mas são avaliados nos sistemas intrínsecos de segurança que fazem parte da instalação, além disso são apresentados os planos preliminares de proteção radiológica, de monitoração ambiental.

Por favor. É, por fim, o relatório final de análise de segurança é apresentado com vistas à obtenção da autorização de operação, onde há todo um detalhamento de projeto e das medidas operacionais que são adotados e procedimentos que são adotados pra proteção do público dos trabalhadores que estão ali presentes.

Por favor. Bom, os tópicos são: o plano de proteção radiológica, o plano de segurança física, também a segurança física ela é avaliada, se, não podem haver intrusões não autorizadas nesse tipo de instalação, plano de emergências, plano de garantia da qualidade, enfim, um conjunto de planos que são avaliados durante esse processo de licenciamento. Nesse momento INB então apresentou o relatório de local com vistas a aprovação do local e essa documentação se encontra em análise pela CNEM.

Por favor. Bom, eu termino minha apresentação então somente mencionando que a radiação, ela faz parte das nossas vidas. É se nós comemos uma banana, nós nos expomos a uma dose de radiação, se nós viajamos no avião, nós nos expomos a uma dose de radiação, nós nos expomos normalmente no meio ambiente, existem fontes de radiação que nos expõe a radiação. Se nós nos submetemos a um raio X, a uma tomografia computadorizada, nós nos expomos a radiação. E o objetivo se nós pudéssemos sintetizar o objetivo do licenciamento nuclear é, assegurar que essa dose de radiação ela seja uma fração do limite do público que é estabelecido pela radia, pela Comissão Nacional de Energia Nuclear, que ela é cerca de um décimo, inferior a um décimo do que nós estamos expostos no nosso dia a dia pelo meio ambiente. É inferior a uns vinte avos do que nós estamos expostos a fazer um exame de tomografia computadorizada, esse é um limite rígido, esse é um limite conservador que implementado pela comissão e cabe ao operador apresentar a demonstração e a garantia de que esse limite vai ser respeitado, e se essas garantias não forem suficientes a autorização simplesmente não é concedida. Muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Muito obrigado Ricardo, excelente apresentação. Queria só repetir algo da tua fala que é bastante importante, é, repetir pra vocês que o PROJETO SANTA QUITÉRIA, ele tá sofrendo dois licenciamentos, um licenciamento por parte do IBAMA, onde o IBAMA está avaliando todos os impactos ambientais que decorrem, que são oriundos da operação, da possível operação da, tanto da extração do urânio associado aos fosfato como também o seu beneficiamento nas instalações nucleares e isso a equipe do IBAMA está avaliando e somente depois que o IBAMA avaliar, identificar que existe uma viabilidade ambiental é que o IBAMA emite a sua primeira licença que seria a licença prévia e só depois a gente vai pra um segundo momento que seria a licença de instalação aonde de fato teríamos obras pra lá na frente a gente ter uma licença de operação pra realmente operar essa, essa, esse projeto, então assim, temos vários passos pela frente, esse aqui é o primeiro deles. E também o projeto sofre um licenciamento nuclear aonde a CNEM faz todo um licenciamento baseado em questões de segurança, de verificar os níveis de radioatividade que tanto as pessoas que estarão trabalhando na mina, quanto as pessoas que moram ao redor e as pessoas que moram num raio ainda mais afastado da mina, está, terão essas medidas radioativas licenciadas, verificadas pela CNEM, e é importante ficar claro pra vocês que isso é um dever tanto do IBAMA quanto da CNEM avaliar isso pra ter certeza que os senhores, principalmente pra quem mora perto, né, não terá risco tanto de impactos ambientais, como os riscos advindos de, do perigo que tem as questões de radioatividade.

É, e também uma fala que o Ricardo trouxe, que eu queria repetir, é de que esse licenciamento ele não é cartorial, não é algo que vai lá no site, preenche uma fichinha e já sai a licença, não, tanto o, licenciamento do IBAMA quanto o da CNEM, são licenciamentos longos, com critérios, com visitas, com vistorias, com análises, ouvindo a população, tanto é que estamos aqui, a Audiência Pública ela não serve só pra cumprir um rito que tá na legislação, ela serve pra gente coletar as impressões de vocês, informações que vocês estejam trazendo e que por ventura o empreendedor não trouxe, estamos aqui para avaliar a percepção

que vocês têm do projeto, isso tudo faz parte do licenciamento e vai pra dentro do processo de licenciamento ambiental do IBAMA, que eu friso pra vocês, costumo dizer mais pro meio da audiência, mas friso pra vocês agora que é totalmente público, qualquer um de vocês, qualquer pessoa pode ter acesso ao nosso processo de licenciamento, basta encaminhar um e-mail informando o seu endereço de e-mail para que a gente dê acesso via, via internet, via sistema SEI para que tenha acesso integral ao processo.

Dando prosseguimento as nossas, as nossas apresentações, eu vou passar para apresentação do projeto propriamente dito pra INB, o Rogério Carvalho que vai fazer a apresentação, eu friso, pelo menos vai começar, né, Rogério? E eu friso que vocês vão ter vinte minutos, mas a minha equipe também tá pedindo para dar um recado que várias pessoas têm perguntado, como é que faz para encaminhar as perguntas?

É quem, tá aqui presencialmente, recebeu uma cartilha, dentro da cartilha tem uma fichinha, nessa fichinha você pode encaminhar a pergunta ou escrever manifestação oral, seja para fazer pergunta de forma oral, seja para fazer a sua manifestação e isso no momento do debate que é no segundo momento da audiência que vai começar cerca daqui uma meia hora, um pouco mais e para quem está assistindo a audiência via Youtube pode encaminhar as suas perguntas pro e-mail: psq.ap.sede@ibama.gov.br, também para contato @consorciosantaquiteria.com.br ou através do telefone 08004021030. Rogério, por favor.

Rogério Mendes Carvalho – Diretor de recursos Minerais – INB: Muito boa noite a todos. Meu nome é Rogério Mendes Carvalho, ocupo a função de diretor de recursos minerais da Indústrias Nucleares do Brasil, a INB, e sou um dos representantes legais do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA.

Eu quero citar e agradecer a presença do prefeito de Santa Quitéria, José Braga Barroso e também estendo o agradecimento aos ex-prefeitos que estão aqui presentes, doutor Tomás Figueiredo e Chagas Mesquita. Para iniciar nós vamos passar um breve vídeo, que eu pediria a mesa pra projetar, por gentileza.

Apresentação de vídeo

Rogério Mendes Carvalho – Diretor de recursos Minerais – INB: Dando então continuidade. Que momento é este, que nós estamos aqui reunidos nessa noite, nesta Audiência Pública? Este é um momento de falar, é o momento de apresentar o PROJETO SANTA QUITÉRIA e é também o momento de ouvir, queremos ter as percepções, queremos ter o comentário das pessoas e das populações.

Esse projeto então, ele é concebido com um propósito também de melhorar a vida das pessoas o CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA é composto por duas empresas, a GALVANI que é uma empresa cujo negócio são os fertilizantes, é

uma empresa privada e a INB, Indústrias Nucleares do Brasil é uma empresa estatal e que consorciaram formando esse CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA, a INB é uma empresa pública, uma empresa estatal.

E quais são os princípios que nós temos dentro do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA e que queremos passar pra vocês, integridade, integridade vai muito além de honestidade. Integridade pressupõe conduta, pressupõe ética, pressupõe respeito, pressupões querer fazer o bem, pressupõe ética e transparência e por isso estamos aqui reunidos num processo de transparência de apresentar o projeto.

Inovação, queremos ter uma cultura inovadora e um espírito empreendedor, apresentar o que há de melhor em termos de um projeto.

Envolvimento em criação de emprego, um trabalho junto com a sociedade, junto com as populações e também junto com o poder público, então essas, esses três princípios são fundamentais e tão dentro inerentes ao PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Queremos então com isso fazer uma construção de um projeto coletivo com participação, então tem uma efetiva das comunidades. Queremos então criar um projeto economicamente próspero, socialmente justo, ambientalmente sustentável e culturalmente diverso com a participação de todos.

E onde está localizado o PROJETO SANTA QUITÉRIA? Essa é uma jazida única, é uma jazida brasileira, uma jazida que está no estado do Ceará, é uma jazida que está no município de Santa Quitéria, então o projeto tem que ser desenvolvido nesse contexto, nas proximidades, no entorno da jazida Itataia.

Essa é uma imagem que mostra do lado esquerdo a Fazenda Itataia e a área ocupada pela Fazenda Itataia e o direito minerário, que é a concessão que o governo dá para as empresas pra poder desenvolver o projeto e pra poder minerar. E do outro lado está uma representação do projeto, que basicamente é uma mineração com as estruturas típicas e tradicionais de uma mineração, então nós teremos uma mina, nós teremos uma pilha de estéreo, uma pilha de fosfogesso e cal, e teremos uma área industrial, e uma área de infraestrutura envolvendo isso tudo, além de um complexo produtivo de beneficiamento de minérios. É importante ser dito que a área ocupada pelo projeto corresponde a somente nove por cento da Fazenda Itataia, e zero, zero quatro por cento da soma das áreas dos municípios de Santa Quitéria, Itatira, Canindé e Madalena. Então nós estamos falando de uma área muito, muito pequena.

Quais são os produtos então que esse projeto vai gerar?

Vamos gerar três produtos, vamos gerar um fosfato para fertilizantes, então, os fertilizantes fosfatados são o primeiro produto, um milhão e cinquenta mil toneladas para a agricultura. Vamos gerar um segundo produto que é o fosfato bi cálcico, para ração animal. E vamos gerar um concentrado de urânio pra fins de geração de energia.

A área então de fertilizantes corresponde a noventa e nove, oito por cento de toda a massa de produtos gerados e esses produtos vão ser gerados livre de urânio, livre de urânio. E o concentrado que vai ser destinado para as usinas de Angra dos Reis correspondem a somente zero, dois por cento dos produtos gerados no projeto.

O projeto pressupõe uma logística ampla, ele atinge não somente o estado do Ceará, mas, ele atinge as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil, vai ter uma ampla logística de distribuição desses produtos, de insumos e de produtos que são os fertilizantes. Os fertilizantes e os insumos eles usam rotas iguais, então há uma. Um uso muito grande frete retorno, que corresponde, como pode ser visto na imagem, cinquenta e um por cento dentro da, das cargas planejadas pelo consórcio e mais trinta e um por cento aproveitando o frete retorno.

Próximo. E quais são os benefícios desse projeto? Nós temos investimentos sendo realizados pelo consórcio de 2.3 bilhões de reais, nós teremos 3 bilhões de reais de melhoria na balança comercial, que é o resultado entre as exportações e as importações, então nós temos um benefício positivo de geração de uma balança comercial positiva para o país de 3 bilhões de reais, vinte e cinco por cento de todo o fertilizante necessários para as regiões Norte e Nordeste vão ser fornecidos por este projeto e, no que diz respeito a fosfato bicalcico para ração animal, vamos ter cinquenta por cento. Em termos de produção de concentrado de urânio esse projeto vai ser suficiente pra alimentar, para a bastecer mais de três vezes a necessidade de Angra I, mais Angra II, mais Angra III.

Em termos de empregos que são outros grandes benefícios, em termos de empregos diretos durante as obras o consórcio e o projeto vai gerar dois mil e oitocentos empregos diretos e cinco mil e seiscentos empregos indiretos, adicionalmente, durante as operações geraremos quinhentos e trinta e oito empregos diretos, e duas, e duas mil e trezentos empregos indiretos, durante as operações, que vão durar vinte anos.

E os benefícios socioeconômicos? Observem nesses gráficos que em termos de massa salarial, em termos de arrecadação de impostos, e particularmente em termos do PIB, que é a geração de serviços, de bens e de serviços, a todas as somas de bens e serviços, nós vamos gerar cifras milionárias em reais, tanto no município de Santa Quitéria, quanto na região inteira de abrangência do projeto. Nós estamos falando em termos de bens e serviços, sair de zero, cinco bilhões de reais do PIB de Santa Quitéria e ir pra 4,9 bilhões de reais, imaginem a geração de emprego, de renda e de propulsão na economia local, vamos ter um aumento em Santa Quitéria em particular de 9,8 vezes a geração de riqueza e a geração de bens e serviços, isso pressupõe emprego pra todas as pessoas. E na região é como um todo, vamos ter um aumento de 3,6 vezes o que nós já temos hoje instalado na região.

Esse então é um projeto que está em comum acordo com o pensamento das populações, a Federação das Indústrias do estado do Ceará está desenvolvendo um conjunto com todos vocês, um plano de desejos e de vocações das cidades e o que as cidades querem, emprego, renda, distribuição, criação de um polo

turístico, uso dos recursos naturais e os recursos minerais é um recurso natural. Então o projeto está casado com os anseios da população e, por fim, é um projeto que eu deixo esse tema pra vocês todos pensarem, os senhores pensarem, uma nova era na produção conjunta de fosfato e de urânio e valorizando então as riquezas da nossa terra. Eu passo então a palavra para o Rafael, que vai dar continuidade.

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: Boa tarde sou o Rafael, sou o gerente de meio-ambiente, saúde e segurança da Galvani e eu venho nesses últimos anos trabalhando aqui com a equipe em todo o diagnóstico ambiental que vem sendo feito na área e nos estudos que foram apresentados pra avaliação do IBAMA e da CNEN. Antes de eu começar a minha apresentação a gente vai passar um vídeo que explica um pouco, um pouco mais o projeto pra vocês.

EXIBIÇÃO DO VÍDEO

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: Então pessoal eu vou mostrar pra vocês um pouquinho da mudança e da evolução tecnológica daquele projeto que vocês conheceram em dois mil e catorze e do projeto que foi apresentado então pra avaliação do IBAMA e da CNEN. Vocês conheceram esse projeto que tá aqui no lado esquerdo, aquele que tinha uma barragem, o que que houve? Houve uma grande mudança tecnológica e hoje o beneficiamento do minério ele é feito a seco, isso trouxe algumas melhorias em termos tanto do projeto, do processo, mas, também na gestão de riscos ao meio-ambiente e as pessoas, então a gente vai falar um pouquinho mais disso.

Uma das principais consequências da mudança da rota tecnológica do processo a seco foi a redução no consumo d'água, então o projeto novo ele traz uma redução de dezessete por cento no consumo d'água, além disso ele eliminou a barragem de rejeitos, o que que significa né, além da gente ter uma otimização no consumo d'água isso também traz uma melhor gestão de riscos e um sistema de águas totalmente fechado, significa que no novo projeto nós não temos descarte de água ou de efluente pro meio-ambiente. Uma outra estrutura importante é a pilha de fosfogesso e cal, justamente o material que antes ia pra barragem hoje ela vai pra pilha de fosfogesso e cal, vocês podem notar que o tamanho da pilha é o mesmo né, o que mudou é justamente o processo e uma maior compactação desse material na pilha, trazendo mais segurança a essa estrutura. Um outro ponto importante, vocês podem notar pela diferença do tamanho de um projeto e do outro, foi a redução da área ocupada e a redução da área de supressão vegetal, isso reduz como vocês vão ver na apresentação da consultoria ambiental, os impactos direto a fauna e a flora local.

Um outro ponto importante nesse projeto, o investimento é maior né, então todas essas melhorias elas trazem um investimento maior, mas, também elas trouxeram uma capacidade de produção também maior, isso significa melhor aproveitamento do recurso natural que tá na jazida de Itataia. E por fim um ponto

importante em termos de sustentabilidade, energia limpa, o projeto ele é capaz de autoproduzir noventa por cento da sua energia, como vocês viram no vídeo né, a partir da unidade de ácido sulfúrico. Então seguindo um aspecto importante desse projeto é justamente a parceria que existe com o governos do estado do Ceará. Esse tipo de parceria né, esse tipo de investimento do estado é uma prática do governo e ele ocorre quando o, existem projetos que trazem um desenvolvimento territorial como o Rogério apresentou, então nesse caso, no caso do projeto o estado entra com investimentos importantes estruturantes, o primeiro deles é a adutora de água, a adutora que vai ser construída e atualmente ela está em licenciamento pela CEMAS, vai ser construída desde o açude Edson Queiroz ou Serrote até o projeto. Um ponto importante desse projeto é justamente o abastecimento também de três comunidades né, Morrinhos, Queimadas e o Distrito de Riacho das Pedras.

Um outro projeto importante é o acesso rodoviário, então a Secretaria de Obras Públicas definiu que o transporte de cargas deve seguir pela BR 020, pela CE 366 no entroncamento de Macaó e a partir daí seria executado um contorno no Distrito de Lagoa do Mato e o asfaltamento de um outro trecho de dezessete quilômetros até a Fazenda.

A terceira obra de infraestrutura importante é a linha de transmissão que vai ser instalada desde aqui, da subestação de Santa Quitéria, até o projeto, e por fim duas medidas essenciais para que o projeto tenha sucesso, capacitação, educação e melhoria na urbanização e nos serviços públicos dos municípios. Então esse é um outro compromisso do estado do Ceará junto ao projeto, junto as prefeituras e junto à comunidade. Esse é um ponto importante né, a questão da disponibilidade hídrica e o consumo d'água, então, a Secretaria de Recursos Hídricos junto com a COGER emitiram um estudo ambiental, o estudo apresentado na nota técnica que trata na questão da disponibilidade hídrica e da projeção do consumo d'água pra todos os usos né, o uso humano, o uso na irrigação, o uso industrial e os outros usos, atestando que num longo prazo o projeto pode ser atendido pela infraestrutura do estado.

Então apresentando alguns números importantes, a água vem do açude Edson Queiroz, nós conseguimos reduzir dezessete por cento do consumo d'água e também uma eficiência no consumo d'água, hoje a gente produz mais produtos com menos água.

Bom, a CNEN apresentou como ocorre o licenciamento minero-industrial né, e o licenciamento da unidade de urânio, então vocês podem observar aqui nessa imagem que não é só a quantidade de produto fosfatado que é bem maior, mas, também a área da instalação nuclear ela é bem maior, da, da instalação minero-industrial ela é bem maior do que a área da instalação de urânio, e justamente em função dos cuidados, e do regramento, e das normas da CNEN esse projeto além, ele tem outros controles importantes relacionados à segurança, saúde dos trabalhadores, que é justamente o programa de proteção radiológica aos trabalhadores e o programa de monitoração ambiental pré-operacional, ele é feito minimamente dois anos antes da operação, ele continua depois nas fases de instalação e operação. Esse é justamente o programa de monitoração ambiental que tá sendo iniciado nesse mês e, como vocês podem ver aqui na figura, nós temos pontos de monitoração logo imediatamente na borda do

projeto, nós temos outros pontos dentro da fazenda e outros pontos que chegam na comunidade e avançam na bacia hidrográfica, então, esse é o programa que garante que os níveis de radiação na região não serão alterados, esse é o controle apresentado aqui pela CNEN pra monitoração do projeto.

Bom, falando um pouco sobre o ciclo de vida desse projeto né, justamente nesse momento nós estamos na fase de licenciamento ambiental e nuclear pela CNEN, então nós devemos cumprir todos o rito, como foi apresentado aqui pelo IBAMA e pela CNEN, pra aí sim conseguir iniciar as obras a partir da emissão das licenças de instalação, então dentro do nosso planejamento nós estimamos que as obras devem durar dois anos, nesse período seriam gerados cerca de dois mil empregos, dois mil e oitocentos empregos diretos, depois a vida útil do projeto cerca de vinte anos, esse dimensionamento ele é dado pela quantidade de minério na jazida de Itataia e também pelo dimensionamento do projeto da nossa planta industrial como vocês viram no filme. E por fim, uma etapa que ela não começa quando o projeto se finaliza, ela começa desde o início do projeto que é o que a gente chama de plano de fechamento, algumas estruturas como a pilha de estéril, a pilha de gesso e a mina, elas vão sendo fechadas gradualmente pra que no final desse período de vinte anos a gente tenha um período mais curto de encerramento das atividades.

Então em todas essas fases são gerados empregos diretos e indiretos como vocês puderam observar.

Bom pessoal, alguns de vocês já me conhecem, eu tive aí ao longo desses dois últimos meses fazendo diversas reuniões com vocês, não só eu, mas, a equipe do consórcio que está aqui representada, a gente teve a oportunidade de conversar bastante, esse é um, um período que nós iniciamos em dois mil e dezenove, nós tivemos uma intensidade maior nesse momento e ele continua né, nós estamos abrindo um escritório aqui em Santa Quitéria, um outro escritório em Lagoa do Mato. Então, eu gostaria que vocês aproveitassem essa oportunidade pra tirar as dúvidas, trazer pra cá os questionamentos de vocês, que a gente possa ter um momento importante aqui de conversa e debate, pra esse projeto avance em harmonia né, com os anseios aqui da população de Santa Quitéria e da região.

Antes de eu passar a palavra pra consultoria ambiental que vai falar sobre a viabilidade ambiental e social do projeto, a gente vai passar mais um vídeo, novamente eu agradeço a atenção de vocês e a oportunidade de tá aqui na casa de vocês, obrigado.

EXIBIÇÃO DO VÍDEO

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Agradecemos ao Rafael e ao Rogério pelas, pela apresentação do, do projeto. Antes de passar a palavra pra TETRA só queria registrar a presença do senhor Amilcar da Silveira que é o presidente da FAEC, ele inclusive teve aqui falando comigo, mas, não sabia exatamente qual era o seu cargo e desculpa não ter citado a sua presença anteriormente, assim como, o senhor Eduardo Gipson

Martins, que é ex-juiz de direito aqui de Santa Quitéria. Eu sei que esse período das apresentações termina sendo um pouco longo, um pouco cansativo, mas, é importante a gente passar por ele, pra esclarecer, pra trazer as informações iniciais pra que a gente faça um debate de qualidade num segundo momento, então eu vou pedir a paciência de vocês mais um pouquinho, vou passar agora a palavra pra, pra Cláudia da empresa TETRAMAIS pra poder fazer a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental que está em análise pelo IBAMA.

Maria Cláudia Paley – TETRAMAIS Consultoria Ambiental: Alô, boa noite. Ah, agora sim. Bom antes de mais nada, agradeço pela atenção de vocês, meu nome é Maria Cláudia Paley e eu sou representante da TETRAMAIS Consultoria Ambiental, que é a consultoria responsável pela elaboração do estudo de impacto, é uma consultoria que atua em todo o Brasil, tem mais de noventa projetos realizados e contou pra esse trabalho com mais de cinquenta profissionais envolvidos né, é um amplo estudo, bastante robusto e que trata de cada um dos impactos ambientais do projeto.

Já foi falado aqui, mas por que que esse estudo é necessário? Ele é necessário porque ele é uma base técnica para o IBAMA no processo de obtenção da licença prévia, né, ela é a base pra essa análise. E ele é um estudo que, por isso, ele, enfim, por tratar da licença prévia, ele tá na primeira fase desse processo de licenciamento que depois segue como já foi falado aqui. E o que é o empreendimento? Empreendimento é o PROJETO SANTA QUITÉRIA, que como vocês viram é um projeto de mineração que vai produzir fertilizantes e 1:50:30 (falha no áudio) pecuária e que hoje são importados e com essa oferta eles, a gente passa abastecer o mercado brasileiro com um produto aqui regional e além disso vai produzir urânio que está associado a rocha do fosfato pra geração de energia elétrica.

Esse projeto portanto, ele tem uma importância para o Brasil, ele tem uma importância nacional, ele tem uma importância regional, porque vai oferecer esses produtos pro desenvolvimento da agricultura e da pecuária nas regiões Nordeste e Norte do país e ele também tem uma importância local porque ele significa um investimento que vai trazer outros investimentos e infraestrutura no estado, na região, além de desenvolver oportunidades de trabalho, de formação profissional, de renda e dinamização da economia nos municípios aqui ao redor, né.

O RIMA, o Relatório de Impacto Ambiental, é uma peça importante do processo de licenciamento ambiental porque ele tem por objetivo comunicar de uma forma fácil, de fácil entendimento a todos sobre quais são os principais resultados do EIA, né, ele é uma peça importante (1:51:54 Falha no áudio) pra Audiência Pública, que é aqui conduzida pelo IBAMA, momento no qual o IBAMA está atento pra ouvir manifestações, (1:52:04 Falha no áudio), lideranças de organizações sociais moradores locais.

Então passado um.

Por que não vai? (ela fala com alguém).

Agora sim. Então o que é o EIA, o Estudo de Impacto Ambiental? Ele, o EIA é um processo de análise que envolve compreender o projeto e influenciar o projeto pra que ele se torne melhor.

Esse projeto ele é, ele, ele passa por modificações ao longo da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental que tem por objetivo evitar impactos negativos, reduzir outros que vão ocorrer ao mínimo aceitável, né, pra isso é necessário aquele conjunto de profissionais, cinquenta profissionais de diversas formações pra que possa analisar cada componente do ambiente natural e do ambiente social, da sociedade e entender cada alteração que pode ser desencadeada pelo PROJETO SANTA QUITÉRIA na sua fase de planejamento, de implantação, de operação até o seu encerramento.

Então cada impacto é analisado e pra cada um deles são propostas medidas que podem ser, no caso dos impactos negativos, medidas pra evitar, reduzir a intensidade do impacto, recuperar o ambiente ou compensar impactos negativos. Mas não são impactos negativos, tem transformações e alterações que são positivas, que são esperadas e que fazem parte daquilo que se espera com o projeto de produção mineral. Então essas medidas positivas, esses impactos positivos também podem ter a sua, o seu resultado ampliado e melhor a partir da proposição de outras ações e outras medidas que fazem parte hoje do empreendimento. Então assim com a conclusão do EIA o PROJETO SANTA QUITÉRIA não é mais só um projeto de engenharia, ele é um empreendimento que contempla o projeto de engenharia, o seu projeto melhorado com sistemas de controle e também um conjunto de ações que tão, que tão consolidadas em programas sociais e ambientais que passam a re, a se tornar um compromisso do CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA pra que o projeto se realize. Então de posse disso tudo a equipe responsável pelo estudo de impacto ambiental conclui pela viabilidade ambiental do empreendimento. E essa viabilidade é garantida por esse compromisso estabelecido no Estudo de Impacto Ambiental e que hoje é colocado aqui pra análise de vocês.

A partir dessa conclusão do EIA esse EIA é submetido ao IBAMA e o IBAMA fará suas análises pra julgar a viabilidade ambiental do empreendimento e se assim julgar, emitir a licença prévia, é isso que o CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA espera e a partir daí é estabelecido um compromisso de continuidade do projeto, essa continuidade envolve o que?

Envolve detalhar esse compromisso no chamado PBA, Plano Básico Ambiental, detalhar o projeto ainda mais até o nível executivo e a partir daí então solicitar a licença de instalação que a partir de quando se dá o início a execução de PBA. Essa execução envolve a contratação e a mobilização de uma equipe local pra gestão, execução dessas ações, um compromisso de monitoramento contínuo da qualidade ambiental e a partir daí, e a partir daí também estabelecer um canal.

INTERRUPÇÃO: Manifestação do público, continua Maria Cláudia.

Maria Cláudia Paley – TETRAMAIS Consultoria Ambiental: Posso continuar? Bom, como eu vinha dizendo então, a partir da próxima etapa que seria a solicitação da licença de instalação é que pode se ter o compromisso da execução do projeto, né, estamos ainda na fase de licença prévia.

Eu agradeço pelo atenção de vocês, vou passar a palavra agora pro Ricardo que vai dar continuidade a essa apresentação. Muito obrigada.

Ricardo Lieutaud – Gerente TETRAMAIS: Boa noite pessoal, meu nome é Ricardo Lieutaud, eu sou gerente de projetos aqui da TETRAMAIS, hoje eu tenho aqui o prazer de apresentar um pouco mais desse projeto que a Cláudia já fez a introdução e representar também um pouco dessa equipe que a gente juntou né, reuniu pra poder desenvolver esse estudo.

Então como que começa o estudo ambiental? O primeiro passo é entender o projeto como um todo, é aí que a gente vai entender o que vai ser produzido, quais as estruturas que vão ser construídas, aonde elas vão ser construídas e como que vai ser todo funcionamento desse empreendimento.

O passo seguinte é comparar esse desenho com outras alternativas, justamente para viabilizar e possibilitar o menor impacto possível sobre o ambiente.

Então já foi apresentado, né, pelo empreendedor e a gente sempre tá vendo essa figura, mas, essa vai, vocês vão ver até o final da noite, bastante esses mapas.

Esse é o PROJETO SANTA QUITÉRIA, foi a alternativa escolhida, que causou o que resultou no menor, na menor interferência na área ocupada, na menor interferência em cavidades né, nas cavernas, menor número, menor área de supressão vegetal e menor interferência na áreas de preservação permanente. E uma vez definido o projeto a gente passa a definir a área de estudo, né, a área de influência desse empreendimento. Área de influência pro meio físico, físico e biótico, que aonde a gente faz a análise dos rios, das águas, do solo e do meio biótico a parte de vegetação e dos animais.

Então foi definido essa parte maior e rosa como a, uma parte da bacia do rio Groaíras como área de influência indireta. Área de influência indireta é onde a gente considera que vão, que os impactos vão ocorrer de uma forma reduzida ou com menor intensidade.

Já a área de influência direta que é essa representada no verde e aí vocês podem ver o que eu o que eu falei né, do projeto, do desenho dele, é foi considerada a sub bacia do rio Cunha-Moti, que ele passa próximo ao empreendimento.

Já pro meio socioeconômico que onde a gente faz os estudos aí da população, que a gente faz os estudos das finanças dos municípios, de como, né, o território se comporta como um todo.

Soltou tudo aqui Tiago (ele fala com alguém).

Então foram escolhidos como área de influência direta o município de Santa Quitéria e Itatira e como área de influência indireta o município de Madalena e Canindé.

Aqui eu queria reforçar também um pouco da fala da Cláudia, quando a gente fala de impacto e tudo isso, não é só, não são só os impactos negativos, expositivos também são considerados especialmente aí no território como um todo.

Então, como, pra que serve essa definição, essa área de influência? É aí que a gente vai fazer o diagnóstico ambiental que é na verdade o, a fotografia da região, da do território, é como esse ambiente tá hoje frente, do ponto de vista tanto ambiental como social. Então pro maio físico, diversas normas e legislações definem os níveis de qualidade do ar, os parâmetros e os níveis aceitáveis de saúde, né, pra isso, então foi feito o estudo de análise da qualidade do ar, esse estudo foi distribuído em alguns pontos estratégicos considerando toda a questão do vento e da localização de comunidades, todos os parâmetros tão dentro do, da legislação, tão dentro dos níveis recomendados aí por essas normas que eu citei, além disso como eu falei a gente tá prevendo aqui um marco zero, né, ter a situação atual pra poder avaliar uns possíveis impactos. Então foi feito um estudo de modelagem que é na verdade, considero como o, a qualidade do ar tá hoje em cima do empreendimento operando com as chaminés, com as movimentações de máquinas tudo isso. E ainda assim o resultado considera que os níveis vão tá dentro de legislação aceitáveis, da legislação vigente, não há uma previsão de impacto sobre as comunidades do entorno, especialmente sobre Queimadas e Morrinhos.

O mesmo pra ruídos e vibração, é foi feito aí, foram analisados vários pontos pra ruído e vibração de forma que não houvesse nenhum receptor crítico que são as pessoas que podem ser afetadas pelo empreendimento ficassem de fora e os níveis também de ruído vão pra dentro do, do recomendado pelas normas técnicas.

Dessa forma a gente considera nesses dois temas, dois impactos principais, uma possível alteração dessa qualidade e um possível aumento dos ruídos e pra isso existem os programas ambientais, esses programas eles visam não só diminuir, mas também acompanhar e monitorar esses parâmetros que eu tô citando. Esses programas, eles são acompanhados de medidas de controle, sempre. Então aqui a gente apresenta alguns exemplos de como evitar e minimizar esses possíveis impactos. Então, por exemplo, pra parte de poeira, é o Consórcio durante a operação e as obras é prevista a umectação das vias, ou seja, a água que dentro do processo que foi apresentado pelo empreendedor, ela vai ser utilizada pra manter a, o material úmido e dessa forma não ter o levante de poeira ou dispersão desse material.

Quanto o solo da região e a geografia, o PROJETO a fazenda Itataia, ela tá numa área protegida naturalmente, ou seja, vocês conseguem ver no entorno, em cima, né, ao norte do empreendimento, tem a serra, tem a serra do Céu, ao leste aqui um pouco do lado direito, né, do, acompanhando a linha verde, a serra das

Laranjeiras que vai seguindo também toda parte da serra do Quati, isso daí dá uma proteção natural para o empreendimento. Além dessa proteção, dessas serras, né.

(Manifestação do público).

Ricardo Lieutaud – Gerente TETRAMAIS : Legal gente, voltando aqui, é o proje, como eu tava dizendo o PROJETO ele tá nessa situação , nessa proteção natural, né, e dentro dos impactos previstos pra esse componente a análise e todo o, todo a equipe técnica considera que os impactos eles são locais, ou seja, eles ocorrem unicamente dentro da fazenda Itataia, na área do PROJETO SANTA QUITÉRIA, não há uma previsão de dispersão e ainda assim há medidas e programas especialmente pra controlar, pra minimizar e pra dimi, prevenir o que esses impactos ocorram.

Quanto aos cursos d'águas, os principais cursos d'águas aqui da região eles são intermitentes, ou seja, durante a época de chuva eles têm o seu percurso, mas na época da seca eles entram nesse, na, junto com a água, a estiagem.

Aqui eu queria destacar que o PROJETO assim, apesar, como o empreendedor comentou, toda água dentro do PROJETO ela vai ser mant, segurada e recirculada, pro, pra fazer, pra operação do, da mina e do industrial.

Ainda assim não há uma previsão de impacto na drenagem natural do, da bacia, ela continua, aqui a gente pode, se vocês verem mais ao norte as drenagens e as cabeceiras, elas seguem e continuam sua, seu dreno aí pra, pro baixo Acaraú.

O mesmo pra água subterrânea, ela continua seu fluxo natural sem previsão de impacto direto sobre esse componente. Também todas as medidas de controle como o acompanhamento da águas que dentro de, do interior do processo o monitoramento da qualidade da água subterrânea, isso também tá sendo considerado isso, uma gestão de obras pra evitar possíveis assoreamento, né, movimentação de terra sobre os cursos d'água, então uma série de medidas pra minimizar ao máximo os impactos.

Sobre as cavidades, aqui é um tema importante porque eu queria chamar a atenção sobre interfere, a relação do diagnóstico junto com a engenharia. Então foram feitos aí novos estudos das cavidades, que são as cavernas, né, da região que são estruturas importantes tanto pra questão geológica, como também pra parte da fauna servindo como abrigo, tem uma importância grande desse tema. Então durante o estudo foram feitos novos levantamentos, novas áreas de pesquisa, de caminhamento em todo o entorno aí da, do PROJETO SANTA QUITÉRIA, foram identificadas cento e vinte e seis cavidades das mais diferentes relevâncias e junto com isso e o PROJETO tem uma previsão de afetar apenas cinco cavidades, sendo que dessas, quatro de baixa relevância, ou seja, sem nenhum atributo de interesse conservacionista, de espécies de fauna ameaçadas e uma também de média que também não segue essa linha. E aqui o que eu queria destacar é a forma que o empreendimento, a engenharia e diagnóstico ambiental eles se conversam. Inicialmente havia uma previsão da pilha de estéril, que é essa estrutura aqui onde eu tô apontando o laser, mais ao norte, não sei se todos conseguem ver, ela ser reta, que nem essa figura da

direita do slide, então, ela seria reta, durante os estudos da, de, de diagnóstico foram identificadas essas cavidades apontadas aí, o amarelinho, esses pontos amarelos, são ca, as cavernas e toda área de influência dela que é aonde tem uma importante troca de material, importante área de vida de algumas espécies. Com isso a equipe técnica se reuniu com a equipe de engenharia pra apresentar esse dado, explicar toda a relevância, explicar toda a complexidade desses, dessas estruturas e foi definido esse contorno que é o ilustrado pra justamente minimizar e diminuir qualquer impacto sobre o ambiente, esse específico.

Ainda assim há um comprometimento, como eu disse, tem uma previsão de afetar cinco cavidades, essas cinco vão ser suprimidas pela implantação do empreendimento e outras diversos aí em programas ambientais que tão sendo previstos pra manter a integridade física e natural dessas cavidades, a ideia desses programas é justamente manter essas cavidades né, essas cavernas do jeito que elas tão hoje.

Já quanto ao meio biótico que trata aí a parte da vegetação e dos animais, o estudo identificou uma alta riqueza de espécies vegetais né, das árvores e dos arbustos aqui da região, a grande maioria da, da área de influência direta né, que é essa representada aqui no verde, ela é de uma caatinga arbustiva, que é um pouco, essa foto da direita da parte de cima né, com, com espécie mais dispersas, com os exemplares mais dispersos e essas manchas verdes mais escuras do mapa são, representam uma caatinga mais florestada, com exemplares maiores e mais aproximados. Essa área amarela meio laranja do mapa representa as áreas de uso antrópico, ou seja, é onde a população explora esse território seja numa plantação como o milho, o feijão, que tá aqui representado, ou criação mesmo de, de, de bovinos e caprinos que tem, que é bem característico. Aqui eu queria destacar que essa, a maior parte do, dessa, essa área de uso da população ela tá distante do empreendimento né, ela não tem uma previsão de ser afetada, ela não tem, não foi considerado nenhum impacto sobre a produção da população, ainda assim os impactos eles vão ser monitorados, eles vão ser acompanhados, ele, existem programas aí, existe, existem programas.

Interrupção: MANIFESTAÇÃO POPULAR, (Mentira, mentira, mentira) – Continua com o Ricardo Lieutaud.

Existem programas aí, não só de monitoramento da po, da vegetação, mas, também de plantio compensatório pela supressão, do, de recuperação de áreas degradadas que é quando uma área utilizada, seja durante a fase de obra durante a fase de, de operação mesmo, ela não vai ser mais utilizada e o, o, esse programa ele recupera as características naturais desse, dessa área.

Quanto a fauna da região, é uma fauna rica, com espécies típicas do serrado, com ampla distribui, serrado, desculpa, da caatinga, ampla distribuição aí em todo o território. O estudo considerou técnica, diversos pontos de amostragem aí, justamente pra abranger o maior número de, de fito, de áreas possíveis, incluindo aí o, os pontos de interesse próximo a população, próximo a, as habitações em casos de por exemplo de insetos que foram avariados, também foram feitos os estudos com borboletas, formigas, todos os animais, além dos

tradicionais né, aves, os ratos, os lagartos, serpentes, tudo isso pra avaliar o, ter um compre, uma compreensão completa aí de todo o, esse componente do meio biótico pra poder propor e avaliar esses impactos. Os levantamentos eles consideraram todos os métodos e técnicas pra minimizar ao máximo os es, o estresse sobre os animais, são procedimentos aí que são autorizados previamente pelo IBAMA, então antes de qualquer trata, tratamen, é, atividade em campo é feito uma solicitação de uma licença e só após essa licença que é desenvolvida a atividade e o mesmo aí pro, pro, pra fauna aquática né, dos peixes e os micro organismos aí da região, que também foram estudados aí ao longo de toda área de influência.

Quanto aos impactos sobre esse componente, tem uma previsão do aumento do fluxo de caminhões, tem uma previsão de um aumento de ruídos ali durante a fase de obras principalmente, isso pode acarretar não só o ferimento de alguns animais, como também o afugentamento e pra isso são previstos programas específicos pra minimizar e conseguir capturar esses animais, e principalmente os que tem uma menor capacidade de deslocamento né, pra que se possa transferir pra uma área segura, que eles não corram risco durante toda essa atividade de obras. Além disso, há um monitoramento, tem um acompanhamento não só durante as obras, mas, ao longo de todo o, a vida útil do empreendimento, operação, tudo pra verificar possíveis alterações e, de, dos componentes da fauna silvestre.

Sobre as unidades de conservação, não há previsão de impacto sobre essa, essas unidades né, que são parques, que são as reservas naturais, mesmo a reserva do patrimônio, a reserva particular do patrimônio natural que foi identificada, ela tá a mais de quatro quilômetros do, da área de influência e onze do empreendimento sem previsão de impacto sobre ela. Ainda há uma previsão de uma compensação ambiental por empreendimentos desse porte né, dessa natureza, a legislação tem um mecanismo de compensação ambiental, isso serve pra destinar uma parte, uma verba a justamente criação ou gestão de unidades de conservação e nesse caso é de aproximadamente dez milhões de reais.

Sobre o meio socioeconômico, os estudos aí considerou os quatro municípios que eu citei né, já, a dinâmica, não só região, a dinâmica regional, mas, também as finanças públicas, a parte, a dinâmica econômica desse município e a boa notícia é que tanto Santa Quitéria, Itatira, como Canindé e Madalena possuem bons índices de educação, bom há o desenvolvimento né, educação positiva nesses municípios, apesar ainda que, que a fase adulta há uma evasão numa baixa escolaridade da população né, essa, os índices tão acima e de forma positiva, isso é muito importante inclusive nos programas de capacitação que tão sendo previstos aí por, durante as obras e operação do empreendimento. Já o saneamento é basicamente aí o abastecimento da água pra Canindé é, ocorre aí de, pelo, pelo açude Souza, Madalena principalmente por poços e Santa Quitéria, tanto Santa Quitéria como Itatira ela já possui o plano de saneamento municipal né, esse é um ponto importante, porque também pode ser algo que em parceria aí com os programas que tão sendo propostos possa ser desenvolvido aí pela, pelo, pela gestão do empreen, com o empreendedor.

Da po, do ponto de vista da saúde o, os quatro municípios apresentam aí índices dentro da normalidade do estado do Ceará né, não uma, um, um dado fora do normal e inclusive esse que eu comentei a questão do saneamento que pode ser um ponto a ser desenvolvido nos municípios, podem ajudar na questão da saúde também né, evitando possíveis doenças ou outras questões aí relacionadas.

Quanto o município né, tanto Santa Quitéria, como Itatira possuem juntos aí, vinte e sete projetos de assentamento, vinte e três aqui né, de Santa Quitéria nas mais diferentes fases aí de implantação, há uma, uma, agropecuária muito forte principalmente aí com milho e feijão e a criação de caprinos também, e isso mostra o alto número de associações comunitárias né, esse grande número de projetos envolve também aí a, noventa aqui em Santa Quitéria e oitenta e nova em Itatira, é um número considerável.

Bom, sobre os impactos sobre o meio socioeconômico, existe aí uma, uma, um possível aumento de demanda né, um aumento de população principalmente Santa Quitéria e Itatira, há essa previsão justamente durante a fase de obras, o pico de obras, pra isso há um compromisso também do empreendedor pra priorizar a contratação local, isso aí diminui a necessidade de, de pessoas de fora virem pro empree, virem pras cidades, diminui essa demanda por novas residências, também diminui essa sobrecarga na condições do trafego e dos serviços públicos né. E pra minimizar isso há alguns programas que tão sendo considerados, eles, eles preveem a interlocução do empreendedor com o poder público municipal pra que esses, esses pontos sejam monitorados e acompanhados ao longo do tempo durante especialmente a fase de obra com maior aporte.

Do ponto de vista dos impactos positivos né, essa, esse, esse alto número de empregos que vão ser gerados, esse, essa ma, esse po, essa população com, com, com renda e, e o salário todo o mês, isso dá uma dinamização na economia e quando eu falo isso não é só os salários que tá entrando em cada trabalhador, mas, também nos serviços associados, então o por exemplo,

Interrupção: MANIFESTAÇÃO POPULAR – Continua com o Ricardo Lieutaud.

então por exemplo o, a borracharia vai ser beneficiada, vai ter maior demanda a os restaurantes, a, todos esses serviços do entorno.

Quanto as comunidades tradicionais a área do, o projeto seguiu o rito estabelecido pelos órgãos, pelos,

Interrupção: MANIFESTAÇÃO POPULAR – Continua com o Ricardo Lieutaud.

pelos, pelo, pelos órgãos responsáveis, a legislação pertinente e a comunidade quilombola mais próxima fica a cinquenta quilômetros, a mais de cinquenta quilômetros do empreendimento e a terra indígena homologada mais próxima, a mais de cem quilômetros do empreendimento.

Então gente finalizando aqui a minha fala, esse é um projeto, é um estudo que não começou agora, é um estudo que reúne informações de mais de dez anos,

ele vem sendo trabalhado, o projeto a engenharia mudou, o projeto, o diagnóstico ambiental acompanhou, avaliou os impactos sobre ele, é um diagnóstico longo, robusto, firme, que contemplou não só que foi só coletadas de campo, mas, toda a questão de sazonalidade, toda a parte de normas e legislações pertinentes. Então considerando o projeto apresentado, os programas que tão sendo propostos e todas as medidas de controle do empreendimento a equipe técnica do EIA/RIMA considera o PROJETO SANTA QUITÉRIA um empreendimento viável do ponto de vista socioambiental e apto pra análise aí do IBAMA.

Eu queria me colocar à disposição pra esclarecimento de dúvidas, colocar também a equipe da TETRAMAIS, que tô aqui representando, e dizer que a gente tá à disposição pra todos os esclarecimentos necessários. Muito obrigado e boa noite.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Obrigado Ricardo, obrigado Cláudia. A gente sabe que essa apresentação termina sendo longa, mas, ela é importante pra gente apresentar não só o diagnóstico, como identificar quais são os impactos e quais as mitigações propostas para os impactos oriundos do projeto.

Agradeço a paciência de todos vocês até aqui, agora a gente, nós já temos as nossas monitoras que estão recolhendo as fichas com as perguntas e também com a indicação de manifestação oral. A partir de agora nós teremos 30 minutos recebendo essas perguntas e a indicação de manifestação oral, vão partir agora para o nosso intervalo, teremos dez minutinhos de intervalo onde está sendo oferecido um lanche aqui ao lado e voltamos em dez minutos pra parte das perguntas e respostas, é a parte mais importante o nosso debate. Até logo.

INTERVALO

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Pessoal, vamos começar a voltar pra gente dar prosseguimento a audiência. Pessoal peço a todos que sentem, tomem os seus lugares para a gente poder dar continuidade.

Retomando os nossos trabalhos então, nós vamos para aquilo que a nossa equipe considera a parte mais importante que é a parte do debate, para a gente ter um debate saudável, qualificado, é eu vou pedir pra que todos, tanto as pessoas que forem fazer as suas manifestações orais, quanto a equipe que tá aqui na mesa, todo mundo tenha o cuidado de procurar seguir Os três minutos pra suas manifestações. Nós temos bastante gente inscritas, temos bastante, temos um público bastante grande aqui hoje, se todos quiserem fazer uma manifestação muito extensa a gente termina ficando até amanhã de manhã, eu acho que não é o objetivo, até porque temos outras duas audiências para fazer tanto no dia de amanhã, quanto na quinta-feira.

Vou pedir a todos que a gente prime pela educação, pelo bom trato, é acho que faz parte desse espaço democrático a gente fazer manifestação e eu até o momento deixei que elas ocorressem e não pretendo cortar o direito de ninguém de fazer manifestação, mas eu peço que estas manifestações sejam de forma educada, de forma ordeira, que ela não se perpetue durante muito tempo para gente não investir né, muitas, muitas horas no nosso debate.

A gente tem aqui uma série de perguntas escritas também, a gente vai alternar entre as perguntas escritas e as manifestações orais e eu lembro para àquelas pessoas que estão assistindo a audiência pela internet, que elas têm ainda um período de vinte dias para fazer, para encaminhar suas perguntas através dos e-mails: psq.ap.sede@ibama.gov.br, através do e-mail: contato@projetosantaquiteria.com.br e através do 0800, através do 08004021030.

Então para iniciar o nosso período de debates eu vou chamar, eu vou começar chamando pra fazer a sua manifestação oral, a senhora Liduína Paiva de Riacho das Pedras. Senhora Liduína, por favor. Pode utilizar aquele ali, vê se ele tá funcionando. Dê uma batidinha. A senhora tem três minutos, a palavra é sua.

Liduína Paiva: Boa noite a todos!

Boa noite! (O público responde)

Liduína Paiva: Provavelmente eu vou, eu concluir antes dos três minutos. É, eu vi aqui uma propaganda muito bonita sobre o PROJETO SANTA QUITÉRIA, e pouco ouvi falar aqui sobre as comunidades vizinhas, comunidade essa que na qual eu faço parte também.

A gente vê que na teoria da empresa é muito bonito, mas a partir do momento que for pra prática envolve vidas, e essas vidas merecem ser respeitadas, em momento nenhum a gente viu, eu ouvi, eu vi falar sobre as comunidades, as pessoas, o povo, gente e vidas. Se vê falar muito em desenvolvimento. Eu pergunto pra quem?

A nossa classe pobre, a nossa classe sofrida, qual é, o que é que vai sobrar pra nós? Não temos terra pra negociar, não temos diplomas pra se qualificar e nenhum emprego, o que é que resta pra nós?

Um slogan muito bonito do PROJETO SANTA QUITÉRIA, valorizando a riqueza de nossa terra, mas, que seria bom também que a partir do momento que essa mina for instalada, que não é isso que a gente quer, mas que os entulhos que fique das riquezas, riquezas essas deixadas por nosso Deus criador, porque um bem natural é uma riqueza que já está lá. Então se o PROJETO vem pra valorizar as riquezas da nossa terra, a gente pergunta que riquezas? Porque pra nós agricultores riqueza é vida. E a partir do momento que sobrar entulhos lá na nossa região, que a empresa leve também o lixo e não só as nossas riquezas. Muito obrigada.

(Aplausos - o público aplaude)!

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Agradeço a senhora Liduína e parabênizo porque fez uma fala bastante importante elucidativa, mostrando o seu ponto de vista e não utilizou nem os três minutos. Parabéns senhora Liduína, tenho certeza que os seus pontos vão ser contemplados numa fala agora aqui da INB, aliás, por favor, Rafael.

Rafael???: Oi. Bom, boa noite!Oi Liduína, é nós tivemos oportunidade de se encontrar, né, na reunião que foi aqui na CDL em Santa Quitéria.

(O presidente de mesa fala com alguém ao fundo).

João Alfredo: Eu queria levantar uma questão de ordem pra mesa respeitosamente. Se pra cada pessoa inscrita a mesa passar para o representante da empresa ou da INB ou da consultoria, nós vamos pra seis horas da manhã, não é pra as duas da madrugada não.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
ok.

João Alfredo: Então eu só, eu só.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
O seu nome, por favor?

João Alfredo: Eu sou João Alfredo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
João Alfredo.

João Alfredo: Sou ex-parlamentar, sou advogado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
: João Alfredo.

João Alfredo: Então eu sugiro que o povo fale, que a mesa anote as questões que são levantadas e fale ao final, porque se não, nós não temos condição.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Ok, a ideia seu João Alfredo, não, João Alfredo, não.

João Alfredo: João, João.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Perdão, João, a ideia não é passar manifestação por manifestação para a mesa, porque eu concordo plenamente com você.

João Alfredo: Pronto.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
A gente.

João Alfredo: Então vamos abrir pra pessoas que esperaram desde as sete horas da noite até as dez pra poder falar. Porque as pessoas da mesa gastaram mais de duas horas falando e não houve nenhum controle.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Seu.

João Alfredo: E agora nós estamos que a cada manifestação.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Seu João Alfredo, ok.

João Alfredo: Pra voltar pras pessoas do governo ou da empresa.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Seu João, para gente manter a ordem eu esclareço. Pra gente manter a ordem, pra gente manter a ordem, eu esclareço, que o que foi falado foi uma apresentação e sim, nós cuidamos do horário, certo?

Mas, eu concordo com o senhor, eu vou fazer o seguinte, eu vou voltar atrás na minha decisão, eu vou pedir pra que a INB não se manifeste nesse momento, a gente vai passar maior quantidade de manifestações.

João Alfredo: Vamo ouvir o povo.

Manifestação popular - Aplausos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Vamos ouvir o povo e vamos anotar os principais pontos para que sejam respondidos em bloco, muito obrigado. Eu gostaria de passar a palavra para a senhora Juliane Melo da Comissão de Direitos Humanos.

Juliane Melo: – Boa noite, eu sou Juliane Melo da Comissão de Direitos Humanos da OAB Ceará, queria apresentar aqui alguns questionamentos, inclusive sobre o processo de realização dessas audiências públicas né. Esse empreendimento ele vem sendo licenciado há mais de dezoito anos, só que, dois desses licenciamentos tiveram a, seu procedimento questionado né, e nós temos de novo o terceiro licenciamento questionado. Uma série de insuficiências são observadas no EIA/RIMA, inclusive a constatação da insustentabilidade hídrica e energética desse, desse empreendimento, nessa terceira tentativa tivemos uma apresentação de uma primeira versão do EIA em apenas três meses depois da elaboração do termo de referência do IBAMA, e é importante destacar que os EIAs são pagos pelo consórcio. Queria trazer também que o Conselho Nacional de Direitos Humanos se manifestou no sentido de indicar que ocorreu violação do direito a consulta prévia dos povos indígenas e tradicionais, que esse direito precisa ser respeitado, que há violação do direito a participação popular, porque, os estudos estão incompletos e que pra que o povo possa se manifestar é necessário que haja a garantia do direito à informação, o direito à informação verídica e completa, eu acho que é totalmente insustentável que o empreendimento chegue aqui e afirme que é a radiação de uma banana vai ser igual a radiação emitida por esse empreendimento.

Manifestação popular - Aplausos

Juliane Melo: – É absolutamente inaceitável que isso aconteça. E aí a gente queria reforçar essas questões e apresentar que o direito a participação popular ele precisa ser respeitado, que essas audiências deveriam ter sido suspensas e que esse licenciamento precisa ser suspenso até que seja garantida a participação popular, a consulta prévia aos povos indígenas e tradicionais e um EIA/RIMA que contemple todas as questões, inclusive a sustentabilidade hídrica, a sustentabilidade energética e principalmente o licenciamento nuclear que vai trazer risco pra todo o estado do Ceará, não é possível que a gente tenha que aceitar que o empreendimento fale por cerca de duas horas, trazendo informações incompletas e sem uma escuta qualificada do povo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Muito obrigado senhora Juliane, eu vou passar a palavra agora para um representante do projeto Oito Patas de Santa Quitéria, para a sua manifestação oral.

Maria do Carmo – Projeto Oito Patas: Boa noite a todos, meu nome é Maria do Carmo eu represento, eu represento um projeto social, aqui do município, que cuida de animais e a minha pergunta é bem simples. Tendo em vista que o RIMA é apenas uma previsão dos impactos ambientais, como será feito o acompanhamento do meio biótico, dos animais na nossa região? Como será acompanhado? Será pela Galvani? Será pela INB? Será pelo IBAMA? Será um profissional em tempo integral para acompanhamento desse meio, no caso a fauna? Será um profissional local ou terá apenas um papel secundário, pitch? Muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado senhora Maria do Carmo. Eu vou fazer um bloco então de cinco manifestações, para que a gente possa dar uma devolutiva, porque algumas são realmente perguntas e não só manifestações, tá certo?

Vou passar a palavra agora para o senhor Douglas Lira, vereador da câmara municipal de Santa Quitéria.

Douglas Lira – Vereador de Santa Quitéria: Boa noite a todos, meu nome é Douglas Lira, sou vereador e advogado aqui no município e já venho acompanhando há bastante tempo né, essas discussões a respeito da exploração da jazida de Itataia e a gente tem procurado se inteirar né, das informações tentando formar um juízo de valor a respeito de se posicionar favorável ou contra esse procedimento pra Santa Quitéria. Mas, o que a gente tem visto e ficou muito evidente aqui na, na fala dos senhores e aí ao levar até como forma de sugestão, porque acho que todos que estão aqui são cons, são conscientes né, que isso é, não depende de nós aqui, o que a gente tá tentando fazer é qualificar o máximo possível o projeto ou né, ver a melhor maneira é de ajudar o município de Santa Quitéria, mas, o que a gente percebeu foi apenas uma questão de uma fala de desenvolvimento econômico, desenvolvimento econômico e eu acho que a empresa é, o consórcio tá esquecendo mais essa questão humanitária né, de como é a cidade vai reagir a todos os problemas inerentes a um desenvolvimento como esse, a questão da droga, a questão da vulnerabilidade social da região, a questão importante que eu escutei atentamente o senhor Ricardo falou que um dos temas que foram estudados que não conseguiu mensurar a questão da infiltração da água no solo né, foi, foram palavras do estudioso que disse que ainda não conseguia viab, é, mensurar essa questão da drenagem da água no solo e eu acho que é um dos prob, dos pontos mais importantes na questão da viabilidade desse projeto e outra coisa que nos preocupa é realmente essa questão da adutora, nós vivemos num município do semiárido onde nós temos problemas de escassez de água e não se foi se falado numa situação de por exemplo, se nós passarmos aqui três, quatro anos com um inverno irregular, de onde virá essa água pro consumo humano da cidade, o empreendimento vai parar? Entendeu? Então assim, são pautas importantes que precisam ser discutidas e eu acho que independente do projeto, do desenvolvimento econômico que qualquer empreendimento vá trazer a uma cidade a um estado, ele deve pautar o ser humano como o ponto principal e o que eu percebi na fala dos senhores é que tudo que for beneficiar aquela região

supostamente, com adutora, com a questão da malha asfáltica, com a questão da rede elétrica, não foram pela aquelas pessoas que estavam lá, mas, sim pelo empreendimento que vai tá alocado naquele local, então acho que o ponto crucial pra que possivelmente vocês possam ter esses projetos aprovados é que vocês coloquem o ser humano, aquelas famílias humildes que moram na região, as pessoas simples de Santa Quitéria em primeiro lugar, aí a partir desse momento eu acredito que vocês terão o apoio da população, o apoio da cidade, colocando as pessoas em primeiro lugar.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Obrigado vereador. Passamos a palavra agora para Pedro Dandrea Costa.

Pedro Dandrea Costa: Vou tirar aqui o microfone, porque o povo falou tudo olhando pro povo, eu vou falar olhando pro povo também. Não vou ficar de costas do povo não.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Por favor, fique à vontade.

Pedro Dandrea Costa: Dá licença aqui. Bom eu queria já tá até dialogando contigo, meu nome é Pedro eu sou do movimento pela soberania popular na mineração, nós estamos organizados em dezessete estados nesse país e o que nós temos pra dizer aqui pra todo mundo que tá escutando a gente, pra todo mundo que tá escutando a gente aqui presencialmente e quem tá escutando a gente também na internet é que nós acompanhamos há bastante tempo a atuação da INB, das Indústrias Nucleares do Brasil nesse país, e o que eles tão colocando aqui não é verdade, porque estão representando um modelo de mineração que é o modelo de mineração que é predatório, o senhor tá falando de desenvolvimento econômico, a responsabilidade do desenvolvimento econômico, que essa narrativa do desenvolvimento econômico a gente escuta aonde a gente passa acompanhando os territórios em conflitos por mineração, e aí eu queria trazer um ponto sobre Caldas em Minas Gerais, INB minerou urânio em Caldas em Minas Gerais de mil novecentos e setenta e sete até mil novecentos e noventa e cinco, o empreendimento atingiu apenas vinte e sete por cento do que era previsto, sabem porquê? Porque deixou de ser vantajoso economicamente pra INB, o que que ela fez, ela foi embora do município de Caldas e o que restou? Milhões de metros cúbicos de rejeito radioativo abandonados, o rapaz aqui, representante da CNEN disse que prum projeto ser aprovado ele precisa de um plano de descomissionamento né, que é dizer como é que esse rejeito vai ser tratado, sabe o que aconteceu? Em dois mil e dezessete no Jornal Nacional a INB disse que não tinha dinheiro pra descomissionar o rejeito que tá lá abandonado até hoje, os investimentos da INB pra construção do projeto foram de trezentos bilhões de dólares, sabe quanto custa pra tratar o rejeito que tá lá abandonado até hoje? quinhentos milhões de dólares e ela tem a cara de pau de ir no Jornal Nacional e dizer que não vai fazer

porque não tem dinheiro, que desenvolvimento econômico é esse vereador? É inadmissível um negócio desse. Por fim, em Calda, em Caetité na Bahia, a INB minera desde os anos dois mil e o que tem lá é um rastro de câncer na população, é um rastro de contaminação do solo, é um rastro de contaminação das águas, o Green Peace fez um estudo que indicou.

Manifestação popular – Aplausos.

Pedro Dandrea Costa: O Green Peace fez um estudo que indicou que as águas estavam sete vezes mais contaminadas com material radioativo do que o indicado pela OMS, como é que ela tem a cara de pau de dizer aqui que não vai contaminar as águas se já contaminou em Caetité na Bahia? O que que é isso? Nós não somos besta não.

Olha aqui, câncer, os casos de câncer, vaza, os casos de vazamento, ó, vazamento de cinco mil metros cúbicos de licor de urânio, foram sete transbordamentos da bacia de rejeito em seis meses, sete transbordamentos da bacia de rejeitos em seis meses, duzentos e trinta e seis furos nas mantas de isolamento de bacia de finos que contaminaram os solos e as águas, mais? Tem mais, tem mais, aqui, entre dois mil e nove e dois mil e dezenove mais dez casos de vazamento de material, de licor de urânio, ácido sulfúrico, e derramamento de pó de urânio contaminando água e solo, e por fim o aumento de câncer, isso aqui não sou eu que tô dizendo não, quem disse foi a FIOCRUZ, foi o Ministério da Saúde e foi a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, que o aumento de câncer de cólon, reto, ânus, estômago, próstata, pulmão e leucemia nos municípios de Caetité, Lagoa Real e Livramento, que são os municípios que a INB minera. Então eu queria dizer pro representante da INB que disse aqui enquanto tava falando, que vai abrir um escritório da INB em Santa Quitéria, não vai não, porque nós não vamos deixar.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Pedro pela sua manifestação. Passando agora então prum, prum bloco de manifestação da mesa, eu queria iniciar só pontuando algumas palavras, especialmente da, da senhora Juliane que comentou a respeito dos dois processos da INB que foram arquivados, e eu acho que isso demonstra o quão criterioso é o licenciamento do IBAMA que por duas vezes já arquivou o processo de Santa Quitéria e está analisando um terceiro, e é importante dizer que o IBAMA ele não é, o IBAMA não é um órgão que é, que seja formulador de política pública, o IBAMA é um órgão executor de política pública, portanto, ao IBAMA não cabe dizer se a energia nuclear é melhor do que a energia hidrelétrica, ou que é melhor ou pior do que a solar, ou a eólica, cabe ao IBAMA analisar o projeto, os projetos que lhes são apresentados. A INB pode apresentar quinze projetos, se ela achar que deve apresentar quinze projetos ao IBAMA, e o IBAMA vai analisar os quinze, porque é seu dever analisar os quinze, claro que se o projeto for igual, o IBAMA não vai aceitar, quando há indicação de que o projeto ele tem alguma mudança ele, ele mudou, o IBAMA tem o dever de, de, de analisa-lo e é isso que vem ocorrendo, a gente analisou um, foi declinado, analisou o segundo, foi arquivado e estamos analisando o terceiro, se ele vai ser

aprovado ou não, são outros quinhentos. Nossa equipe está analisando, estamos aqui colhendo as percepções de vocês né, assistimos as apresentações da empresa e isso ainda está em análise, é importante que isso fique bem claro, nada está definido, estamos num processo de licenciamento, aí nos leva também a questão de as consultas livres, é importante dizer que o processo de licenciamento que o IBAMA conduz ele é pautado no que está na legislação e a legislação do Brasil, infelizmente, não regulamentou as consultas ao item um, meia, nove, o que existe regulamentado é a portaria interministerial sessenta, aonde diz que a FUNAI vai se manifestar em relação à questão indígena e o INCRA hoje, antigamente é a FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, vai se manifestar sobre a questão dos quilombolas, ambas as instituições foram questionadas, ambas as instituições responderam e está lá no nosso processo de licenciamento ambiental, de que não era necessário que fosse apresentado um estudo específico para os quilombolas e um estudo específico para questão indígena, isso não quer dizer que o IBAMA ao longo do seu processo de licenciamento ambiental não vai exigir que sejam apontados a presença e existindo a presença de indígenas ou quilombolas, que sejam verificados os impactos ambientais que estejam incidentes sobre essas comunidades, assim como, qualquer outra comunidade. E verificando que existe impacto o IBAMA vai exigir que sejam apresentadas mitigações, eu particularmente ainda não li o EIA, aliás, a posição que eu ocupo no órgão inclusive nem me permite eu pare pra ler todo o EIA, por isso que eu tenho uma equipe extremamente qualificada que vai fazer, que está fazendo isso, somente ao final dessa análise é que a minha equipe vai poder dizer assim, olha Regis embora a FUNAI tenha dito que não precisa de um estudo específico a empresa aqui apontou que tem uma comunidade indígena, que tem um impasse que tá propondo tal coisa, ou então pode dizer, olha Regis a gente sabe que tem comunidade indígena, porque a gente foi lá, porque a gente escutou a população, mas, a empresa disse que não tem nada, ou não apresentou mitigação, eu não sei se foi assim, porque eu não li o EIA, mas, é importante frisar, é importante que vocês saibam que isso passa sim pelo crivo do IBAMA, isso passa, é analisado dentro do processo de licenciamento ambiental e se isso não estiver lá no EIA ou não estiver a contento lá no EIA serão exigidas complementações, serão exigidos novos documentos pra que o processo prossiga, e se a gente entender que ele não deve prosseguir ele será arquivado mais uma vez, como já foi, inclusive dito por vocês, outras duas vezes.

Desculpa se eu me, me estendi, mas, acho que compete a mim como servidor do IBAMA e como presidente que está conduzindo essa Audiência Pública pontuar algumas questões e deixar elas bastante claras para todos. Eu vou passar a palavra pra, pra INB pra que ela possa fazer os seus comentários a respeito das manifestações e também vou pedir que seja respeitado o tempo de três minutos.

Rafael – INB: Ok, obrigado Régis. Bom, primeiro aproveitando a Liduína deu e o nosso vereador também, como eu tava dizendo antes, tive a oportunidade de encontrar a Liduína numa reunião da CDL aqui em Santa Quitéria, uma reunião que foi muito produtiva. E falando sobre as oportunidades de emprego pra comunidade, na nossa primeira etapa de obras né, que levaria dois anos, dos

dois mil e oitocentos empregos que serão gerados, mil e setecentos empregos são trabalhos pra operadores, trabalhadores da construção civil, eletricitas, mecânicos, operadores de máquinas e motoristas, somente cem dessas duas mil e oitocentas vagas é que são vagas de supervisão, engenharia e gerência, então, nessa primeira etapa eu tenho muita oportunidade pra população local em qualquer atividade, seja ela mais operacional, ou de liderança, então esse é um ponto importante. Esses dois mil e oitocentos empregos vão trabalhar diretamente na obra, indiretamente como prestação de serviços em oficinas, hospedaria, restaurantes, enfim, todo o tipo de serviço a gente estima a geração aí de cinco mil e seiscentos empregos, então de fato tem oportunidade pra todo mundo.

Com relação a melhoria da produção na lavoura e da produção de animais é importante quando chego numa empresa de produção de fertilizantes fosfatados e de ração animal, como é o caso do fosfato bi cálcico, isso gera, desencadeia uma cadeia produtiva de melhoria do agronegócio na região. Então a gente acredita e dentro da nossa perspectiva que os produtores rurais da, da, da região terão grandes oportunidades, não só de melhoria da produção, mas, também devido do aumento do consumo, então, isso a gente pode observar no estudo que foi apresentado aqui pelo Rogério da FIEC, como que o PIB de Santa Quitéria vai crescer, vai ser das cinco maiores economias do estado né, passando o PIB de Sobral por exemplo, como é hoje. Então, a gente em termos de emprego, renda e oportunidades de negócios vai ter oportunidade tanto pras pessoas que vivem na área urbana, como pras comunidades rurais próximas do empreendimento ou um pouco mais distantes.

Eu vou passar a palavra pro pessoal da consultoria responder a pergunta da Maria do Carmo.

Manifestação popular.

Rafael – INB: Então eu vou passar pra consultoria responder à pergunta da Maria do Carmo que diz como seria a dúvida dela, o acompanhamento da fauna na região.

Ricardo Lieutaud – TETRAMAIS Consultoria: Dona Maria do Carmo, obrigado pela pergunta. A questão da fauna existem alguns programas específicos pra esse, esse acompanhamento e esse monitoramento, durante a fase de obras tem a previsão de uma equipe especializada acompanhar toda a frente de supressão fazendo aquele resgate né, que eu comentei durante a apresentação que é a retirada dos animais com menor capacidade de deslocamento e levando pra locais seguros onde não há previsão de, de serem impactados. Eu cito esses de baixa, menor capacidade de deslocamento, mas, qualquer animal nessa situação, havendo necessidade, será resgatado.

Além disso todo o monitoramento ao longo da fase de obras né, e de implantação, durante a fase de operação vai ser realizado normalmente, seguindo os parâmetros agora do diagnóstico, então você tem um, a

comparação dos dados de hoje, o que foi registrado durante os estudos e como esses dados vão se comportar ao longo do tempo. Ainda complementando essa minha resposta, durante o estudo foram definidas algumas espécies né, alguns animais chaves, aonde esses também são bioindicadores, ou seja, eles tem uma capacidade de indicar a qualidade ambiental da área, se ela tá, se ela, como é que, como é que se comporta né, a presença desses animais são um importante indicadores. Então todo esse, esse, esse, essas atividades né, esse, essa, esse trabalho vai ser realizado é apresentado ao IBAMA periodicamente esses programas por obrigação legal os relatórios devem ser apresentados pra avaliação e pro, pros questionamentos do IBAMA, a população local também né, eles é, inclusive durante o diagnóstico alguns, alguns trabalhadores ajudaram aí a equipe técnica a fazer o trabalho, então também é uma possibilidade de emprego e qualquer necessidade de tratamento veterinário desses animais feridos ou necessidade de algum acompanhamento maior, isso também vai ser realizado pelo consórcio, obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Ricardo. Seguindo com as nossas manifestações orais eu queria passar a palavra pro Aruerê para fazer a sua manifestação.

Aruerê: Pessoal boa noite, PARTE FALADA EM DIALETOS INDÍGENAS, Tabajara, então assim, como vocês queiram me falar. Sou do povo Tabajara da Serra das Matas onde é um território em processo de demarcação, onde está um território que contempla cinco município Monsenhor Tabosa, Boa Viagem, Catunda, Santa Quitéria e Tamburiu, que tá ali. Então assim, pessoal é o seguinte, gostaria também agora de saudar a mesa que na pessoa do companheiro Regis Fontana Pinho tivemos com ele, os povos indígenas estiveram com ele sentado agora em Brasília no mês de abril, onde a gente achava que não ia ser recebido, então a gente foi muito bem recebido por, por o senhor, então trago aqui todo o respeito do povo indígena da Serra das Matas onde tem povos Tabajara, povo Gavião, povo Tubiva Tapuia e o povo Potiguara, são quatro povos. Se o companheiro puder projetar a imagem ia dar certo aí, só se puder né, então assim, a gente protocolou um documento aqui que retrata em 3:25:19(falha no áudio) retrata esse imagem, aqui ela tá de preto e branco certo, tá em preto e branco, mas, se o companheiro puder projetar lá colorido a gente mostra pro povo, só se puder, então pessoal aqui, vejam aí, vamo lá, vamo vê, que tá em preto e branco. Aqui representa a Serra das Matas que território, projetou pronto. Vamo lá pessoal, então, território, como é que a gente compreende território, território não é um espaço desses que nós estamos, que foi comprado, foi construído, território é tudo isso aí que vocês tão vendo, o rio, a água, o gavião, que representa o povo Gavião a espiritualidade, essas pinturas que estão mostrando representa as pinturas rupestres que está espalhada dentro do território, aquela pedrinha que vocês não consegue vê, vocês não consegue vê, mas, ela tá lá entre o sol e a terra, entre a lua que ainda ela não chegou, mas lá tem os nossos locais encantado a nossa espiritualidade, tem a aldeia Quixaba, que está a vinte e dois quilômetro da mina de Itataia onde a gente teve uma jornada muito forte lá com seu Zé Antoin que tá alí, que é liderança que vem sofrendo, tirando a noite de nosso dele lá, eu só estou aqui,

eu não sou a liderança tá, pra deixar pra você, eu não sou liderança, não sou cacique, não sou pajé, não sou nada eu sou apenas um indígena que venho representando todo o povo daquela região que as liderança tradicional tão lá perguntando se nós tá bem né, perguntando se como é que nós tá aqui devido toda a situação que o mundo, ele tá imundo, o mundo tá imundo, o mundo precisa de amor, o mundo precisa de paz, nós num tá aqui pra acabar com o negócio de ninguém, tira o interesse de ninguém, que todos os senhores que estão aqui perto de mim tem seus interesses, todos os senhores que vieram de Brasília, que vieram de Minas, tem os seus interesses, deixaram familiares em casa, então, nós estamos aqui também, somos indígena, esse território todo é indígena o Brasil é indígena o Ceará é indígena o Brasil é Pindorama. Dizer também que nós tá dentro do processo de demarcação de terra indígena, não é um pedaço de papel que vai dizer que lá não é uma terra indígena, que a terra mais próxima tá a cinquenta mil quilômetros de distância, não é isso que diz, se a constituição aí, que a constituição, se eu não me engano, que é a sessenta aí, que só prevê um raio de oito quilômetro que vai ser impactada a mineração, isso aí num tá no meu poder, que eu não sou advogado, mas, é o seguinte, mas, pelo conhecimento que nós tem, que não é um conhecimento que foi aprendido pelo senhor vereador que é advogado aprendeu na instituição, esse conhecimento é um conhecimento ancestral, é um conhecimento que foi passado pro meu pai, pro meu vô, meu bisavô era conhecido como Cassimiro, meu tataravô, meu bisavô era conhecido como João Cassimiro, meu vô era conhecido como Chico Cassimiro, meu pai é conhecido como Dete Cassimiro, eu sou conhecido como Elvin, Aruerê, como você queira falar e eu tenho um filho que se chama Aruã Cassimiro, Gabriel Tabajara e ele tá vivendo lá, dentro dessa região nós temos o milho, a cabaça, a cioté, temos tudo, temos o mel, uma região que produz o mel puro que tá sendo exportado pra Europa, vocês não sabe disso, nós tem a casa do mel dentro da cidade de Monsenhor Tabosa e aí eu pergunto pra vocês, o que é terra e o que é território? O que é o raio? Pessoal vamos entender, as abelhas elas voam, elas trás o mel pra nos produzir, se a radiação, eu não sou estudante de radiação, eu tinha aqui perguntas para todos vocês, menos para o companheiro Regis e para a companheira, porque eles não palestraram sobre o assunto, era três minuto pra gente, nós fazemo uma matemática bem simples, três vez cinco, nós tem mais de dez pessoas que veio com nós lá, então nós fizemo uma negociação aqui, se eu tiver falando muito, vocês me interrompa certo.

Então nós fizemo uma matemática que se eu pegasse três minuto pra cada povo que vim representando, ali o povo Tabajara que tá em Tamboriú, o povo Potiguara que está em quase setenta por cento do território né, o povo Tubira Tapuia ??? e o Gavião, nós ia passar o dia todo falando sobre o território aqui. Então eu gostaria de encerrar minhas palavras, agradecer a todo o povo do, da região semiárida. Indígena, quilombola, assentado, todos os povos que vão ser afetado e os povos também que vão ser beneficiado, então pessoal eu agradeço, eu não tô aqui pra aparicer, não vim pa ficar, nós já estamos indo em volta, mas, se for preciso nós voltar, veio só eu, lá são quatro mil e quinhentos indígena que mora lá, lá tem o velho, tem a criança e eu tô vendo aí companheiro que a consulta aí, se for ter, só se for ter, precisa essa consulta ser considerado a língua que tá em processo de, de revitalização, a língua ela está viva em quase todo, não é só lá na Serra das Mata não pessoal, vou tirar essa máscara, ela tá

presente no Ciará todo, mais de setenta por cento dos município de Monsenhor Tabosa tem a língua tupi, Ipu, eu tive no Ipu agora, Ipu, só isso, Ipu. I, I, posso falar no I ou posso falar no Y, o Y vem da origem do tupi antigo I, ele refere a tudo que é água, acarauí, a água do acarauí, a água da lagoa, água, I, Ipu, pu, ó o pu, meu vô falava assim e eu não sabia porque ele falava pu, o pu é uma queda, pu, caiu, então, queda de que? Queda da água, então isso aí tá tudo pa cair em cima de nois, se acontecer isso aí.

Então pessoal, muito obrigado, gostaria de agradecer (*entoou cantiga: As matas virgens estava escura quando o luar clareou, mas, quando eu vi a águas do meu povo aqui chegou, porque? Porque ele é rei, ele é rei, ele é rei, porque ele é rei na nossa terra, território, ele é rei*).

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Muito obrigado Aruerê pela sua manifestação. Eu queria registrar que assim como eu recebi lá no IBAMA sede o Aruerê e recebi dele também alguns documentos que foram recepcionados dentro do nosso processo de licenciamento ambiental, eu friso mais uma vez pra vocês que o processo de licenciamento ambiental do IBAMA ele é público, qualquer pessoa pode ter acesso, pra esse mesmo e-mail que eu repeti algumas vezes aqui, vou repetir mais uma vez psq.ap.sede@ibama.gov.br, qualquer um dos senhores pode encaminhar uma solicitação pedindo acesso ao processo SEI do PROJETO SANTA QUITÉRIA e será concedido o acesso para que vocês acompanhem todo o processo, qualquer documento que o IBAMA produza, qualquer documento que o consórcio protocole, qualquer documento que a CNEN se comunique com o IBAMA e vocês mesmos podem peticionar, seja apresentando algum estudo, apresentando a sua manifestação escrita, qualquer manifestação pode ser recepcionada dentro do processo de licenciamento ambiental porque ele é um processo público e que exige a participação de vocês, só deixando isso claro mais uma vez. Eu gostaria de chamar agora pra fazer a sua manifestação oral o deputado estadual Daniel Oliveira.

Deputado Estadual Daniel Oliveira: Me dê licença aqui pra ficar aqui de costas aqui pra vocês. Bom, eu vou tentar resumir aqui ao máximo possível, então vou cumprimentar aqui todas as lideranças municipais em nome do meu amigo Tomás Figueiredo, cumprimentar a todos aqui que fazem da mesa em nome do Régis Fontana Pinto, cumprimentar a todos que vieram de Morrinhos, das Queimadas, cumprimentar o grande amigo João Alfredo que é importante sempre participar dessas batalhas pra que possa acompanhar aquilo que é mais precioso numa reunião como essa, audiências públicas são fundamentais pra que a gente levante as preocupações e as precauções que nós devemos ter em cada projeto. Aqui muito se foi falado e eu fazia as minhas anotações ali, muito se foi falado do impacto financeiro que terá aqui para o município de Santa Quitéria, isso todos nós sabemos, e todos nós sabemos a importância que tem, mas, pouco foi se falado e aí a Liduína trouxe essa preocupação e, eu já tinha aqui anotado Liduína até algumas sugestões que quero fazer, até fazendo uma cobrança, porque a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará não foi convidada pra essa audiência pública, e nós merecemos participar até como

órgão fiscalizador aqui do estado do Ceará, o Ministério Público não vi presente, também não sei se foi convidado, mas a Assembleia eu sei que não foi convidado, e já fica aí obviamente até de sugestão para as próximas audiências públicas.

E eu queria aqui destacar que o que paira aqui sobre essas pessoas, sobre essa cidade é a preocupação, como condenar uma mãe de família, um pai de família de estar preocupado com seus filhos? Nós vimos crianças aqui se manifestando, nós vimos aqui muita gente se manifestando de forma ordeira, de forma pacífica e respeitosa, embora a preocupação seja aquilo que tá hoje corrompendo, massacrando o coração dessas pessoas, preocupação essa, como trouxe o Pedro, salvo engano no nome, de, do município de Minas Gerais, de que houve aí manifestações que passaram no Jorna Nacional, me lembrava ali Tomás Figueiredo, e que é uma verdade de que houve desastre lá que trouxe muito malefício a saúde pública e essa é uma preocupação e uma garantia que o povo de Santa Quitéria quer da INB, da Galvani, do IBAMA, a garantia de que isso que nós vimos aqui hoje seja uma realidade, porque ninguém vai lutar contra o progresso, todo mundo quer geração de emprego, todo mundo quer renda, todo mundo quer ver o filho mais educado, todo mundo quer saúde, mas, a preocupação aqui são dos exemplos que aconteceram, pra que não aconteça em Santa Quitéria essa é a preocupação desse povo e nós temos que respeitar, por isso eu trago, além dessa indagação desse pedido de convite pra que a Assembleia participe efetivamente dessas reuniões pra que a gente possa fiscalizar, fiscalizar de que tudo isso que está no papel possa virar de fato uma realidade.

Eu tinha uma preocupação muito grande aqui hoje, a preocupação com o descarte da água, dirimiu muito minhas, minhas dúvidas em relação ao descarte da água, sou honesto com vocês, é uma preocupação que nós temos que ter por saber do quanto a água pode ser aí contaminada prejudicial a população de toda a região. Mas, eu vou aqui às sugestões, a primeira sugestão que eu escrevi aqui é de que os empregos comece primeiro pelas comunidades que são mais atingidas, que façam obviamente esse escritório que vocês disseram que vão fazer e procure primeiramente as comunidades do Morrinho, a comunidade das Queimadas, vai estendendo por Santa Quitéria pra poder obviamente essas pessoas que são impactadas diretamente possam ter o benefício da geração de emprego e de renda, outro é na compensação, nas compensações que eu vi que terão aí durante toda a obra, que construam escolas nessas comunidades, que construam postos de saúde pra atender essa população, esta é a melhor forma que tem de um empreendimento como esse atender a comunidade e compensar a comunidade pelos transtornos que serão causados, essas são algumas das, das, das manifestações que eu quero fazer e dizer que nós da Assembleia Legislativa participamos lá em, no ano de dois mil e vinte ao lado mais uma vez de Tomás Figueiredo assinando um protocolo de intensão de vocês no governo do Estado do Ceará, muito foi prometido, muito foi prometido, inclusive a estrada que vai ligar lá a CE 366 passando por Itataia, o que eu quero aqui é que nós nos una, todos os vereadores de Santa Quitéria, as lideranças pra que a gente possa também cobrar, pra que esses benefícios possam vir para a população de Santa Quitéria, meu muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Obrigado deputado. Gostaria de passar a palavra, aqui não, não tem o nome especificamente, mas, é o presidente do Comitê da Bacia do Acaraú, o e-mail é zmvasconcelos.

Presidente do Comitê da Bacia do Acaraú: Senhoras e senhores boa noite, quero dizer pra vocês que essa é um momento histórico pra que a gente possa ter a capacidade de discernimento voltado basicamente naquilo que o bom Deus sempre deixou pra gente, cuidar das pessoas e cuidar da natureza, cuidar da nossa casa comum como bem diz o Papa Francisco, e nessa, nessa perspectiva eu tive lendo o material e fiquei muito preocupado em relação a questão da capacidade hídrica verdadeiramente para dar o suporte a esse empreendimento, porque serão oitocentos e cinquenta e cinco metros cúbicos d'água por hora, quase um milhão de litros d'água por hora, esse estudo levou em consideração a quadra chuvosa e a situação de semiárido que nós vivemos? Nós tivemos recentemente praticamente sete anos de seca e a comunidade Santa Quitéria sentiu isso na pele, inclusive agora o reservatório do qual abastece o município tá também com índice abaixo do esperado, então é preciso que a gente analise isso com bastante cautela pra depois a gente não pagar uma conta muito cara, eu duvido que esse empreendimento no momento em que precisar de água e vai deixar que a população fique sem a água ou vai dar prioridade ao empreendimento? Essas questões precisam ser bem claras e precisa também dizer que não há minha gente, não há estudo nenhum comprobatório de que essas ações e essas degradações feita por esse processo de degradação ambiental tenha havido uma recuperação de cem por cento, é preciso que a gente use o princípio da cautela, muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Nós que agradecemos a a manifestação e eu chamo o vereador Pé de Mola pra fazer sua manifestação.

Vereador Pé de Mola: Senhoras e senhores boa noite, primeiro eu quero dizer que eu sou antes de vereador assentado, pai de família lá do assentamento Grossas, distrito Saco de Belém. Vou falar também olhando pra aquela câmara ali pra que a gente, vocês possam também conseguir visualizar melhor.

Algumas posições que foram colocadas pelo consórcio né, e que eu fiz aqui algumas anotações e que possam também servir para que seja feita essa avaliação.

Primeiro que nós, a gente tá num processo para que haja as licenças prévias, beleza, as normas as quais o próprio IBAMA colocou aqui pra que nós possa, pra que nós visualizássemos todas essas normas elas são realmente vindouras, realmente são de cuidados com a, com a população, mas, nenhuma dessas normas foram capazes de conter aqueles grandes acidentes que tiveram em Brumadinho, que tiveram em as cidades que nós pudemos acompanhar lá durante vários período histórico no nosso país onde foram vários desastres

Brumadinho, Mariana e todas essas normas que foram colocadas ali elas tavam também sendo executadas lá, inclusive pelo IBAMA, isso tem que ser revisto.

Aí nós em Santa Quitéria temos que aceitar um projeto de um consórcio que traz dados, muitas vezes até tentando ludibriar as pessoas, e eu quero citar como exemplo aqui a questão dos empregos, que a mesma quantidade de emprego que é dita que será viabilizada pra Santa Quitéria também é dito lá em, lá em, em, em, em Itatira é dita em Madalena, então, e a população de Santa Quitéria ela tem que tá realmente apta e buscar os seus conhecimentos.

Foi dito também aqui nas apresentações de que são assim gerados dois mil e oitocentos empregos diretos na fase de construção, beleza, e após isso? Nós vamos ter quinhentos e trinta e oito míseros empregos onde terão que ser divididos entre essas três cidades. E Santa Quitéria, não, não se deixe enganar, não se deixe enganar, nós não temos pessoas capacitadas para exercer funções onde lá o máximo que poderá acontecer é essas mesmas perderem a vida. Então nós estamos aqui pra defender a classe trabalhadora do município de Santa Quitéria, nós não podemos se omitir, eu como parlamentar dessa cidade não posso me omitir de garantir a dignidade, o direito da produção agrícola, da produção ecológico, o direito à vida realmente do nosso povo, não temos mais condições de ficarmos calados, nosso parlamento, nosso legislativo tem que tomar posições, nós temos que tomar posições e a nossa posição é tá do lado do povo, as várias políticas de Santa Quitéria onde vários defensores do projeto de mineração aqui já se foram os políticos, nós temos que também ter essa visão, não dá mais pra nós ficarmos só ouvindo, não dá pra nós ouvirmos que será tirado vinte e quatro milhões de litros de água do açude Edson Queiroz por dia para abastecer o processo de mineração em nossa cidade e nós ficarmos calados, não dá pra aceitar isso, não dá para nós aceitarmos o consórcio dizer que já há o processo de liberação pela COGER pra que essa água seja disponibilizada, enquanto nós um agricultor quando precisa de uma outorga de água pra usar um poço profundo para produzir um alimento pra comercialização, nós num podemos ter, isso é vergonhoso, isso é uma vergonha né, isso é que tem que ser visto, isso é que nós temos que colocar em nossas cabeças, nossa mente, que Santa Quitéria precisa de mais amor, mais compaixão, mais respeito pela classe trabalhadora dessa cidade e não nós ficarmos se omitindo, dizer que não estamos aqui pra defender o povo, mas, na época de pedir o voto nós estamos todo mundo lá batendo na porta e pedindo, então a hora é agora, é ou nós abraçar a causa do povo ou nós esquecer o povo.

Processo de mineração não é viável pra o nosso município, infelizmente eu tenho a dizer aos senhores que nós temos que ter mais cautela e nós temos que observar mais. Santa Quitéria pode gerar emprego de outras formas. Senhores deputados que estão aqui presentes pode destinar recursos e a emenda parlamentar e Santa Quitéria irá abraçar com todo prazer, pra construir adutora como tá sem construir lá nos Burrinhos através de emendas que os deputados mandaram pra Santa Quitéria e que não necessariamente será possível tirar água do Edson Queiroz pra abastecer aquela comunidade, porque nós temos políticos também comprometido e com responsabilidade pelo povo de Santa Quitéria e o mais é véisse, e dizer ao deputado, ao nobre deputado que me antecedeu que, nós não temos compensação, nós não temos compensação pra

o projeto de morte, nós queremos é viver e viver dignamente em Santa Quitéria, meu boa noite.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Muito, muito obrigado vereador. Antes de eu passar pro consórcio fazer a sua manifestação eu queria só pontuar algum, algumas questões especialmente ao, ao deputado Daniel. Deputado, eu tenho aqui no processo, a gente havia recebido de um, de um outro deputado um, um pedido pra a realização da audiência pública e também alguns questionamentos e na época nós respondemos e convidamos em específico aquele deputado, realmente não saiu um documento específico para a Assembleia Legislativa embora a divulgação das audiências públicas ela ocorra não só através de convites ela, ela ocorre principalmente através do edital, através do Diário Oficial da União, e também a partir de um plano de divulgação, um plano de comunicação que é apresentado ao IBAMA pelo, pelo empreendedor e do qual o IBAMA analisa e aprova, e aí inclui inserções de rádio, TV, internet, faixas, enfim, as mais variadas, os mais variados tipos de divulgação, inclusive importante esclarecer que essa divulgação ela depois é apresentada ao IBAMA sob forma de relatório e o IBAMA avalia se ela foi ou não bem divulgada pra fins do, de licenciamento ambiental, pra verificar se ela realmente, se a audiência é válida para aquele fim, então só para esclarecer que de fato não saiu um convite específico para a Assembleia, mas a Assembleia de alguma forma soube da audiência e aí eu friso que mais uma vez, o IBAMA é um executor de políticas públicas e as câmaras municipais dos quais os vereadores fazem parte e as Assembleias Legislativas dos quais né, os deputados estaduais fazem parte, assim como também o Congresso Nacional, esses sim são instituições formuladoras de políticas públicas e eles né, essas instâncias, assim como também o executivo através das diversas prefeituras também tem o dever de prezar pelo meio ambiente e aí eu chamo atenção especialmente das prefeituras, porque embora o IBAMA expeça as licenças ambientais para que o projeto possa operar, as prefeituras também são responsáveis por expedir alvarás e outras autorizações que são de sua competência e que devem também primar por avaliar se aquele empreendimento pode ou não se estabelecer em determinado local né, assim como o IBAMA faz o seu licenciamento, a CNEN faz o licenciamento nuclear, a prefeitura também tem as suas autorizações, eventualmente tem o, o seu plano urbano e que isso pode influenciar ou não aí na instalação desse projeto ou de qualquer outro projeto certo?

Sobre compensações, importante a gente ter claro, existem vários tipos de compensações, uma das, das formas de compensação é a compensação que tá lá na, na lei 9.985, que todo empreendimento deve pagar para unidades de conservação certo, é a compen, chamada de compensação ambiental, isso tá previsto em legislação e o empreendedor tem que arcar com esse custo. Existe também compensações, por exemplo, no caso de supressão vegetal, aonde o empreendedor tem que repor aquela vegetação que porventura ele teve que suprimir e existem compensações que são oferecidas no caso de impactos ambientais que existam e que não possam ser mitigados, aí é exigido do empreendedor uma compensação, eu digo isso só pra gente ter claro de qual compensação que o vereador por exemplo estava se referindo.

Eu vou pedir agora pro consórcio pontuar algumas questões sobre os empregos, criação de empregos que foi comentado aqui, sobre,

Manifestação popular ao fundo: Sem clareza na captação.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Sobre água.

Manifestação popular ao fundo: Sem clareza na captação.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Gente, eu vou pedir pra vocês um pouquinho de paciência, mas, tal qual vocês se manifestaram, vão continuar se manifestando é importante que a empresa fale o que eles têm pra falar sobre empregos, afinal de contas alguns empregos são destinados para a população.

Manifestação popular ao fundo: Sem clareza na captação.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Nós ouvimos. Eu combinei de fazer blocos de cinco gente, eu vou pedir que eles se atenham a três minutos pra pontuar sobre empregos e sobre água, tá certo?

Rafael - INB: - Obrigado. Bom, na outra fala eu falei um pouco mais sobre os empregos na fase de implantação, mas, o que é importante destacar na fase de operação, esses quinhentos e trinta e oito empregos assim como eu falei da implantação é uma maioria de operadores e trabalhadores né, ao longo de vinte anos esses empregos serão sustentados e ao ano isso gera uma massa salarial de cem milhões de reais, esses cem milhões de reais eles geram outros empregos, no consumo, nos serviços de Santa Quitéria, de Itatira, Canindé e Madalena né, obviamente o empreendimento está no município de Santa Quitéria, também tá mais próximo de Itatira e o que que é importante né, a empresa ela tem um plano de durante a fase de implantação não concentrar seus trabalhadores em uma única localidade, isso vai trazer oportunidade pra todos os municípios.

Com relação a disponibilidade hídrica, é um ponto importante, nós recentemente começamos a participar de algumas reuniões do Comitê da Bacia do Acaraú, o consórcio ele se preocupa com esse assunto, nós mostramos pra vocês o quanto

reduzimos o consumo da água, o quanto a gente traz eficiência no consumo da água pra nossa produção e a importância que teve a mudança de processo na exclusão da barragem de rejeitos e na total reutilização de efluentes tratados sem descarte ao meio ambiente. A diretriz de disponibilidade hídrica ela é dada com muita clareza pela Secretaria de Recursos Hídricos e pela COGER, nesse documento a nota técnica é apresentado um planejamento ao longo dos próximos vinte anos da expansão do consumo do abastecimento humano, da irrigação, dos outros usos, são usos difusos e da indústria, e nesse planejamento é assegurado que esse sistema aonde o Edson Queiroz ele tá inserido, tem capacidade de suprir o aumento de todas as demandas, o que que é importante?

Manifestação popular ao fundo: Gritos e vaias.

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: O que é importante destacar e ficar bem claro, a prioridade no consumo d'água é o abastecimento humano e em segundo lugar a alimentação dos animais, 03:53:13 – falha no áudio, animal e se faltar água num cenário muito crítico mesmo de escassez hídrica o empreendimento ele reduz a operação, existe um plano de contingência e no limite ele paralisa a operação, isso é importante, é importante ser dito e é importante ser entendido por todos, existe uma priorização no uso d'água e o empreendimento ele possui um plano de contingência pra lidar num cenário de crise, então esse plano ele, ele faz parte do estudo, ele foi apresentado pra avaliação do IBAMA e já é um procedimento que a operação seguiria ao longa das, da, ao longo do projeto.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado pelo esclarecimento Rafael. Eu vou passar a palavra agora para Cecília Feitosa, pra sua manifestação oral.

Cecília Feitosa - : Boa noite né, a todas e todos aqui à mesa, aqui presente, saudar todo mundo que tá aqui até agora, meu nome é Cecília Feitosa sou bióloga de formação, eu faço parte da, do programa de pós graduação de uso sistemático e o uso e conservação da biodiversidade da UFC, também faço parte do laboratório de ecologia aquática da universidade Federal e também componho a assessoria do deputado estadual Renato Roseno é que, não está aqui nesse momento, deve participar de alguma das audiências, não pode vir hoje, mas, estou aqui o representando.

Bom, eu queria começa fazendo aqui algumas colocações entorno da questão do EIA, muito entorno da questão da biota, é, foi apresentado aqui pela empresa e tá bem no estudo do relatório de impacto ambiental um conjunto de informações e eu queria muito brevemente assim é, relatar assim, a gente vem de um processo do planeta que é a distinção em massa das espécies né, é, são cem vezes a taxa de extinção maior do que a taxa natural e nós estamos aqui

no Ceará é, o bioma caatinga que tem ocorrência na maior parte, ele predomina no estado do Ceará, o bioma caatinga ele foi historicamente negligenciado do ponto de vista dos estudos de conservação, não só bioma caatinga considerado pobre, seco por conta do regime hidrológico, mas, também do ponto de vista da sua biota, dos, do, da sua biota que tá presente nos rios e riachos né, a biota que tá presente na água doce, porque que eu tô colocando essas questões? Porque é também do ponto de vista né, dos estudos foram feitos, sobretudo, nos últimos anos descoberto que o grau de endemismo de espécies que só ocorrem nesse bioma que um bioma único no planeta, só acontecem aqui, se a casa delas deixar de existir elas não podem deixar de existir no planeta, é um elevado grau de endemismo porque elas só ocorrem num determinado lugar, o caso o endemismo que eu tô me referindo é o endemismo no bioma caatinga, ou seja, só ocorre no bioma caatinga, a gente tá aqui no estado do Ceará numa região que é a ecorregião da caatinga médio nordeste que também ocorre no Piauí e ocorre no estado do Rio Grande do Norte, porém, a gente tem um relato, e aí o estudo de impacto inclusive ele fala de setenta espécies né, no Estado, foi atualizado um documento a partir da secretaria muni, é, estadual de meio ambiente no ano de dois mil e vinte e um, que são mais de oitenta e cinco espécies nativas, o estudo fala de setenta só, e ele usa também, por exemplo, us, as amostragens do Acaraú, da bacia do Acaraú e também do Jaguaribe, é o que que a gente pode dizer em relação a isso, né?

Eu tô aqui também além do, EIA, né, tô aqui com o relatório de impacto ambiental, se eu for lá pra parte de peixe na página dezenove do relatório, aliás, página cinquenta e um, ele diz assim: na área do empreendimento foram encontradas dezessete espécies na maior parte de hábitos generalista, mas nenhuma é considerada migratória, nenhuma é considerada rara e nenhuma é considerada endêmica, e aí coloca entre parênteses, relacionada alguma doença. Não existe relação, nexos, cau, relacional, endemismo e doenças certo? Não tem nada a ver o conceito de endemismo com o conceito de uma espécie que, enfim, pode ocasionar doenças, não existe simplesmente. Eu tô colocando isso, porque isso é um dos estudos que foi feito pra ser divulgado pra população.

É bom, isso não é o mais grave, o mais grave, bom ele também fala assim, que não existe espécie ameaçada de extinção. Eu imagino que tá falando em relação aos peixes, mas o estudo que foi feito e aí eu tô falando dos dados secundários que foram levantados no estudo de impacto, por exemplo, em relação a fauna de peixe, certo?

A fauna de peixes que foi encontrada, tem alguns grupos, por exemplo, o grupo parotocinclus, ah é um número muito estranho, não foi identificado ainda em nível de espécie. Existem três espécies desse gênero que ocorre só no estado do Ceará, apenas no estado do Ceará. Na literatura as áreas de ocorrência são só no estado do Ceará, uma delas é uma espécie na lista vermelha ameaçada de extinção, ou seja, você não pode atestar se você não entrou no mérito da identificação da espécie pra dizer se ela de fato é uma espécie ameaçada ou não, porque você só classificou do ponto de vista do gênero e dentro desse gênero têm espécie que tão sim, na lista da fauna ameaçada, mas eu não quero falar só dos peixes não, que inclusive são dos grupos que são potencialmente mais preocupantes do ponto de vista da disseminação de doenças. Porque eles estão no topo da cadeia alimentar, geralmente os organismos que estão no topo

da cadeia alimentar são aqueles que são maiores, são predadores. Os seres humanos estão no topo da cadeia alimentar, eles vão, com, né, a fauna se alimenta dos vegetais que por sua vez essa fauna maior vai se alimentando assim por diante.

O processo na natureza, existe um fenômeno chamado de magnificação trófica, aqueles organismos, principalmente no caso dos peixes são grupos específicos que eles podem acumular substâncias no organismo e essa substância se acumulam e tentam ir em cima no topo da cadeia. O ser humano tá lá no topo, então no ser humano onde se acumula mais.

A gente sabe que o PROJETO SANTA QUITÉRIA, a área do empreendimento, a área de influência do empreendimento tá colocado inclusive sobre rios e riacho, alguns inclusive, né, tava aqui retomando aqui, por exemplo, o rio, o riacho Cunha-Moti ele desagua no rio Groaíras, o rio Groaíras por sua vez tem um barramento que constrói o açude Edson Queiroz. O açude Edson Queiroz alimenta o município de Santa Quitéria, então você tem o riacho que ele passa na área do empreendimento, ele pode desaguar, bom, desagua no Groaíras que por sua vez desagua no Edson Queiroz, ou seja, o potencial de contaminação de radionuclídeos e a partir da cadeia de decaimento do urânio, o urânio tem os filhos, né? Na cadeia de decaimento, que são radioativos. Eles se dispersam na forma, dos ventos, mas também nas águas.

A população de Queimadas, de Morrinhos, aquela população que tá ali no entorno da região da mina é uma população que é alimentada, por exemplo, por cisternas, que acumulam água das chuvas.

Os ventos, por sua vez, são levados pra aquela região, os ventos que passam na região do empreendimento, que podem se depositar nos telhados das casas, que por sua vez podem ser carregados pelas chuvas pra cisternas. Os reservatórios onde as criações que inclusive entram na área da mina. O pessoal que tá lá de Queimadas, de Morrinhos que tá aqui sabe. Vai pegar sua criação, seu bode, sua cabra, lá em cima nas locas de pedra, lá em cima, inclusive onde nasce os rios que desaguam na bacia do Acaraú.

Esses animais que se alimentam, inclusive podem ter contato com esse pó dos radionuclídeos, que podem se contaminar e que alimentam a população.

Qual é? Bom, eu não vi no estudo a contenção em relação a essa possibilidade desses contaminantes na água, no solo, no ar, na telha, no telhado das casas, que pode contaminar e que se acumula no organismo e leva a produção de câncer, de tumores. Já alguns colegas já colocaram aqui.

Pro IBAMA também uma pergunta, certo?

A gente tá numa região e eu quero concluir com isso, muita rapidamente, é se uma pessoa que, qualquer pessoa, um assentamento aqui for querer caçar avoante, além de crimes ambientais, diz que ele paga uma multa de quinhentos reais por avoante, porque avoante é uma espécie que tá ameaçada. Nós tamos falando aqui, no estudo inclusive atesta isso, aí eu quero falar da fauna agora.

Fauna, fauna, mastofauna que é mamífero, avifauna, né, vocês conhecem. Tem animais dentro do estudo que o próprio estudo que a TETRA + preparou que estão na lista vermelha da fauna ameaçada de extinção, ou seja, se for suprimida a casa dessas espécies elas podem deixar de existir e aí eu quero, que eu queria perguntar aqui agora, né. Bom, é o colega falou que são cinco cavidades que podem inclusive ser, não ter grandes danos se forem suprimidas e aí eu queria dizer que o próprio estudo fala que tem espécies de morcegos patrimônio espeleológico riquíssimo dessa região que não foram descritas pela ciência, se essas espécies que não foram descritas e que estiverem nessas cavidades que vão ser suprimidas, que não foram descritas, certo? Que não foram descritas é menos importante a existência delas? Elas podem ser suprimidas das cavidades, elas podem deixar de existir? Porque não foram descritas e podem, bom, não existem estudos, então não se sabe inclusive qual é o grau de vulnerabilidade a que estão dispostas, qual é o grau de distribuição delas na natureza? Quais são os locais de ocorrências dessas espécies.

É vou falar de outras aqui. Bom, essa espécie que eu tô falando inclusive tá na lista vermelha da fauna ameaçada, o furipiterus horrens, é uma espécie na lista que tá classificada como vulnerável, espécie vulnerável, espécie em perigo, elas são espécies que estão muito próximas, na beiradinha, certo? De deixar de existir. Tô falando aqui dessa, furipiterus horrens.

Vou falar aqui de outra, Torri.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Cecília, deixa eu lhe pedir um favor.

Cecília Feitosa -: Pois não.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
As suas perguntas, eu tô percebendo que elas são bastante técnicas. Eu vou te solicitar vou te solicitar que você apresente elas por escrito, que a gente vai passar inclusive pra nossa equipe técnica.

Cecília Feitosa -: Certo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Pra eles poderem te responder especificamente sobre esses pontos.

Cecília Feitosa -: Ok, eu queria só terminar então pra concluir aqui. Eu falei da avoante, mas eu tô falando aqui do tatu-bola, o tatu-bola inclusive que está na lista vermelha numa categoria de ameaça menor do que a lista estadual, secretaria estadual de meio ambiente acabou de publicar uma lista de espécies ameaçadas, local e que coloca algumas espécies inclusive num grau de

possibilidade de ameaça de extinção muito maior do que as listas nacionais, porque são estudos específicos, feitos só no Ceará.

Bom, então eu tô colocando isso, porque eu tô falando aqui de pelo menos, tô falando aqui de pelo menos seis espécies, pelo menos seis espécies. A gente vai formalizar esses questionamentos sobretudo porque do ponto de vista das amostragens que foram realizadas num período muito curto de tempo, a diversidade alfa, não foi possível de ser atingida justamente porque essa amostragem foi feita num período muito curto, por exemplo, pra herpetofauna. Então existe uma série de questionamentos que o estudo ele não deu conta de responder e na verdade ele tergiversa, na verdade ele condescende com a possibilidade inclusive de atuar, de se implementar no local muito rico, basta as primeiras chuvas chegarem, a gente vê como explode de vida, né, a caatinga e que podem deixar de existir por conta da implementação do empreendimento nesse local onde está o empreendimento projetado, o empreendimento SANTA QUITÉRIA. Então eu creio que pro IBAMA esses temas são muito importantes do ponto de vista da conservação e aí sobre tudo pro o IBAMA a quem eu queria direcionar as perguntas sobre o processo de licenciamento que pode implicar na ameaça e na extinção dessas espécies que tão nessas categorias de ameaça na natureza.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Cecília. Eu queria chamar agora, o senhor Amílcar Silveira, presidente da federação de agricultura do Ceará.

Amílcar Silveira- Presidente da Federação de Agricultura do Ceará: Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar ali o Tomás Figueiredo, que eu sei que você tem uma luta por essa mina de Itataia aqui e venho me somar a sua luta Tatá. Calma pessoal, calma, calma.

Cumprimentar aqui os meus companheiros, parceiro Junior, a Rubinho, ao ex-prefeito senhor José Francisco, a Carlos Bezerra.

Primeiro eu queria dizer pra vocês e pra todos que vieram de longe pra conhecer um pouco da realidade do Ceará. Nós temos vinte e dois por cento da população desse estado que mora em áreas rurais e infelizmente sessenta e seis por cento da pobreza. Essa luta por essa mina de Itataia ela não é só de Santa Quitéria, não, ela é de todos os cearenses. E eu vim aqui porque eu represento trezentas e noventa e cinco mil estabelecimentos rurais. Nós importamos fertilizantes, importamos e custa muito pra nós, somos o maior produtor individual de melão do mundo. E trazemos fertilizantes do Marrocos, da Rússia e tamos pagando caro pra isso. Somos o maior produtor de acerola. Só um minutinho. Educação manda lembrança pra vocês aí.

Há uma manifestação do público.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Gente, só um pouquinho.

Amílcar Silveira, presidente da federação de agricultura do Ceará: Somos o maior produtor.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Seu Amílcar só um minutinho. Eu vou pedir a todos, até agora todo mundo escutou todas as manifestações, eu acho que é importante nós respeitarmos todos os pontos de vista. Então eu vou pedir que ao longo da fala do senhor Amílcar ele possa se expressar sem que a gente tenha gritaria, tá certo gente? Agradeço desde já a compreensão.

Amílcar Silveira, presidente da federação de agricultura do Ceará: Somos o maior produtor de acerola desse país, em dois mil e dezessete nós do dez maior produtor de leite estado, três estavam aqui e um inclusive em Madalena, da fazenda Teotônio e precisamos do fosfato de cálcio.

Você sabe qual é dragão que vai ter nessa mina, que ela vai matar? É dragão da fome, da fome do produtor rural que taí.

Então eu vim pedir aos senhores e a todos que tão aqui e dizer que vou vir aqui quer queira ou não queiram, nós vamos vir aqui pra inaugurar essa usina que vai ser montada em Santa Quitéria. Vocês vão instalar torcendo pelo desenvolvimento da nossa cidade e nosso estado. Obrigado a vocês.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado senhor Amílcar. Agora eu chamo o senhor José Braga Barreto, senhor prefeito de Santa Quitéria.

José Braga Barreto - Prefeito de Santa Quitéria: É, boa noite a todos! Eu quero, quero cumprimentar aqui a mesa, a pessoa do presidente aqui, da, dessa Audiência, doutor Regis Fontana Pinto, saudar o público presente aqui na pessoa dos quiteriense, dos nossos colaboradores, dos nossos vereadores aqui na pessoa do senhor Douglas Lira. Eu quero dizer pra vocês que o, nós como representante do município, como prefeito municipal entregamos para ser protocolado, para ser posta em Ata, senhor Regis, um documento em que nós mitigamos, nós apresentamos as contrapartidas do município de Santa Quitéria, sejam elas área de proteção ambiental, seja saneamento básico, seja benfeitorias para a saúde. Tem muitas, vamos dizer assim, muitas compensações que seja postos na Ata para ser analisada pelo IBAMA.

Eu sei, cita-se aqui muito nos efeitos negativos, tem sim, tem também os efeitos positivos, na geração de emprego e renda. Na geração de emprego e renda, no desenvolvimento do nosso município, mas é preciso também que se acredite que se faça um estudo de responsabilidade e aí nós cobramos do IBAMA. O IBAMA que é responsável, não é o gestor, não é ninguém que vai autorizar ou

negar a exploração da mina, eu espero que todo mundo analise com muita competência os efeitos sejam positivos, sejam negativos, para que se faça. Ah é porque existe isso, não se tente, se esbarre, eu sei que cada dia surgem tecnologias novas que sejam capazes, não tô querendo dizer aqui que vai ser autorizado, já foi negada, acho que duas vezes já.

Então espero que o IBAMA com muita responsabilidade analise e se for viável que explore, e se for negativa que não autorize.

Então esta noite acompanhamos uma das mais, das mais etapas do processo de licenciamento ambiental da mina de Itataia, que há muito tempo se discute com cautela e prudência devido aos riscos ambientais decorrentes da atividade de mineração e mais ainda diante da presença do mineral radioativo.

Sabemos que todas as atividades produtivas implicam em algum risco ao impacto ambiental e entendemos nessa necessária a cautela e prudência especial desse processo de licenciamento, pois o que se busca é avaliar os riscos e danos e determina as formas de redução desses impactos no meio ambiente e especialmente para a população.

O PROJETO SANTA QUITÉRIA anuncia um incremento da atividade econômica local é o licen, e o licenciamento busca equilibrar as forças para que esse crescimento econômico não seja a qualquer custo, posto que, o que se busca proteger vidas e o meio ambiente equilibrado não tem preço.

Assim conforme o princípio do desenvolvimento sustentável o crescimento econômico deve preservar o bem-estar social, bom como, a manutenção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado essencial, essencial a sadia qualidade de vida, pois os presentes e futu, para as presentes e futuras gerações.

Destacamos que o IBAMA e a COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR são os órgãos federais responsáveis pelo licenciamento dos empreendimentos, sendo a decisão de competência do Governo Federal, mas que o município acompanha cada movimento desse projeto, não medindo esforços para proteger os interesses da população quiteriense, seja buscando amenizar os riscos na área diretamente afetada, bem como, na capa, captação de contrapartidas, investimentos necessários para o desenvolvimento regular e seguro da atividade proposta.

Assim ciente que os órgãos competentes estão conduzindo o licenciamento de forma correta, com cuidado e cautela necessária, entendemos que a decisão que for tomada será afe, acertada e terá a contribuição do Poder executivo municipal, na defesa dos interesses de sua população visando o desenvolvimento econômico regional de forma a preservar o meio ambiente e garantir o bem-estar social, a saúde e a vida de nossa população. Esta é a minha mensagem para vocês.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Prefeito Baquinha, Braguinha, eu agradeço suas palavras e em seu nome eu agradeço toda a população de Santa Quitéria que nos acolheu aqui hoje para essa Audiência e pela grande participação que tem sido ao longo da Audiência Pública que vai fazer parte pro nosso licenciamento ambiental. Deixo também registrado que a nossa equipe já recebeu ali o seu documento vai fazer parte do nosso processo de licenciamento ambiental. Queria chamar agora o senhor Tomás Figueiredo pra fazer a sua manifestação oral.

Tomás Figueiredo: Boa noite a todos, queria saudar a mesa em nome do doutor Regis Fontana Pinto, meus senhores, minhas senhoras. Boa noite a todos, queria aqui saudar o deputado João Alfredo, o deputado Daniel, a meu amigo Amílcar presidente da FAEC, aos vereadores Geciane Viana, Aures Mendes, Miúdo, o mãezinha aqui representando a sociedade, os empresários de Santa Quitéria. Obrigado a equipe pela oportunidade.

Eu queria aqui primeiro dizer aqui até com o João Alfredo, né, que essa é a terceira Audiência que nós participamos e eu queria aqui, ouvir muitas palavras, muitas pessoas falando, mas uma coisa tem que acontecer. O Brasil precisa das reservas minerais do município de Santa Quitéria.

Há uma manifestação do público.

Tomás Figueiredo: E eu luto, eu luto a trinta e dois anos por essas reservas minerais, e são, nós tamos na terceira, tamos talvez no quarto EIA/RIMA, tamo no quarto EIA/RIMA, tamo no quarto EIA/RIMA que já tivemos o anterior na época do, na época do presidente Figueiredo que o ministro era o Cesar Cali que era o cearense que foi que fez as primeiras galerias e aqui tem o Zé Roberto que é o engenheiro da INB que acompanha esse projeto há mais de trinta anos e é necessário pra nós brasileiros, eu consegui em dois mil e quatro a primeira Audiência Pública no Riacho das Pedras que é a Liduína bem falou aqui que foi esquecida, o Riacho das Pedras e algumas comunidades de Santa Quitéria, foras esquecida, mas nós conseguimos naquela época que fosse explorado o fosfato independente do urânio, porque infelizmente onde tem fosfato tem uma quantidade mínima ou de qualquer coisa de urânio. Eu acho que os senhores do IBAMA sabem disso.

E eu vi aqui algumas colocações, por exemplo do Zé Maria, Zé Maria, o açude Cerrote foi construído para atender a mina, a mina de Santa Quitéria.

Ele foi construído pra atender a mina de santa Quitéria e os oitocentos e cinquenta, e os oitocentos e cinquenta litros por segundo que vão subir nessa adutora, a metade vai atender a humano, a metade é pro Riacho das Pedras, a metade é para o Morrinho, a metade é lá pras Queimadas, ele vai atender a isso. Agora a COGE, a COGE deveria construir o poço cumprido, que é um açude o dobro, o dobro do Cerrote que nós quiteriense lutamos há mais de trinta anos pela construção do açude Poço Cumprido do rio do Macaco. E eu a última vez

que tive na prefeitura de Santa Quitéria, me lembro muito bem em dois mil e dezenove com a escarces de agua, aí o COGE liberou mil e duzentos litros de água por segundo pra atender o Baixo Acaraú e eu entrei na justiça, eu entrei na justiça e a justiça me concedeu apenas setecentos e cinquenta litros por segundo naquela época, porque o Cerrote é de Santa Quitéria, não é pra atender o Baixo Acaraú não, nós precisamos, nós precisamos da construção do Poço Cumprido, eu acho que os nossos lidere políticos que tão aqui hoje deveriam tá torcendo pelo Poço Cumprido que vai atender não só Sobral como o Baixo Acaraú. E vimos muitas outras coisas, mas a única coisa que eu tenho certeza que o Brasil, o Ceará precisa das reservas minerais de Santa Quitéria. O meu muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Muito obrigado senhor Tomás.

Manifestação do público.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Dando continuidade, eu chamo para a sua manifestação o senhor Alex da prefeitura municipal de Santa Quitéria. Senhor Alex. Aqui está como PM Santa Quitéria, imagino que seja prefeitura municipal, senhor Alex.

(Alguém o responde ao fundo).

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Já foi? Ok. Anota aqui.

Ele fala com alguém ao fundo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
A gente vai registrar aqui que a pessoa fez a mani, solicitou a manifestação, mas infelizmente não pode permanecer. O senhor Gleidson Mendes, do assentamento Roseli Nunes.

Gleidson Mendes - Assentamento Roseli Nunes: Boa noite companheiros e companheiras! A gente saúda a todos em nome das comunidades dos assentamentos de reforma agrária.

Dizer aqui que é momento de manifestar opiniões e que eu queria manifestar opinião do lado da reforma agrária, dos lados dos assentamentos, das comunidades que tão no entorno da mina e que seja visto sim, o que é colocado no território aqui de Santa Quitéria através dessa Audiência Pública, os

interesses maiores, que é o interesse do povo. E aí fundamento a minha fala nesse sentido.

Companheirada, Santa Quitéria, ela vive uma era de prosperidade, de soberania alimentar do cumpadi, da cumadi, do dia a dia na comunidade no assentamento de reforma agrária, livre de uma estrutura que vai comprometer a vida, comprometer a estrutura produtiva, comprometer a estrutura do dia a dia nos processos educativos, nos processos culturais, nas comunidades em todo de modo geral, não só Santa Quitéria, mas por onde vai a radiação do urânio.

Companheiros, o nuclear já tá comprovado no mundo que ele é inviável para a humanidade. Quantas décadas futuras isso vai ser utilizada? Que eu creio que não, não há necessidade. Qual é o argumento e a justificativa do urânio companheirada?

Brasil produz, dois por cento da energia brasileira é movida a reator nuclear que tenham possibilidades de mudanças climáticas sem destruir o reator nuclear em ANGRA I e ANGRA II no Rio de Janeiro, agora construindo ANGRA III, né?

Então as possibilidades de mudanças climáticas pra fazer uma destruição dessa como aconteceu em Fukushima, no Japão, como aconteceu em Chernobyl, na Ucrânia em oitenta e seis, é só a gente pesquisar companheirada a inviabilidade, a contramão do destino da questão nuclear.

E companheiros, Santa Quitéria, ela tá em uma fazer que tem que ser trabalhada o processo da consciência pra o entendimento que a população tem que, tem cair em campo nos estudos, pra que a população se manifeste e não só com a informação trazida pela empresa, presidente do IBAMA que eu me esqueci o nome, mas é dizer que eu acho uma irresponsabilidade o estado permitir que uma instituição que regula, é a mesma que fiscaliza, não tem sentido. Você elege, você constrói a lei e ao mesmo tempo fiscaliza, a CNEM é uma estrutura que precisa ser avaliado no estado, é uma estatal. E é uma irresponsabilidade o estado permitir que ela vai fazer o estudo do relatório de impacto ambiental, ela mesmo quem faz e al mesmo fiscaliza. Então dentro da estrutura do estado isso tem que ser visto.

Então chegar aqui companheiros e companheiras na estrutura que tá sendo pautada pelo agronegócio no Nordeste, nós tem que discutir o seguinte companheirada. O que que gera emprego e renda num país?

Aqui em santa Quitéria nós pode ter uma certeza, o mundo passou por uma deportação social de mudança cultural do campo pra industrialização na cidade. Isso tem que ser ao contrário agora.

Quer gerar emprego? O estado brasileiro quer gerar emprego? Realize amplo processo de reforma agraria nesse Brasil, que vai sim, gerar emprego e renda em todas as regiões desse Brasil.

Então companheiros dizer que o mundo, o Brasil, setenta e quatro por cento da alimentação que é consumida aqui dentro, ele vem da agricultura familiar e camponesa, não vem do agronegócio não. O agronegócio pra produzir

Commodities pra exportar pra fora pra gerar simplesmente juro pros empresários brasileiros e estrangeiros também. Então, então companheiro dizer que quer gerar emprego, faça a reforma agrária, acabe com os grandes fazendeiros que só produz pra exportar pra fora e bote a terra na mão do povo que aí gera emprego e renda. Não é simplesmente quinhentos empregos que vai ser colocado na mina aqui pra dividir pra três municípios.

E a pergunta que a gente faz pra empresa que não, eu não tenho dúvida nenhuma, mas uma pergunta que eu faço pra nós quiteriense, pra nós cearense, Santa Quitéria, o que vai ser de Santa Quitéria pós vinte anos de desenvolvimento econômico e progresso que tão dizendo tudo que é mentira, ultrapassa Sobral e vinte anos depois vai ser o que, uma sociedade fantasma? Uma sociedade de baratas? Porque só baratas consegue resistir à radiação até mil vezes mais a que o ser humano consegue, então não tem sentido, sentido econômico pra que e pra quem? Porque pra Santa Quitéria não tem. Aí Braguinha, prefeito Braguinha, é isso o que vai ser de Santa Quitéria vinte anos depois? É essa sociedade que nós quer? A sociedade quem, só o que vai ficar no resto duvidas companheiros, só com os desastres ambientais que vai ser trazidos pela mineração. Então é dizer é momento de a população de Santa Quitéria se manifestar e se mobilizar e colocar os seus interesses e as suas propostas realmente de geração de emprego e renda e que dizer que os assentamentos, as comunidades precisam sim de recursos pra se desenvolver, de pra investir no processo cooperativista, o processo coletivo de produção com base na alimentação saudável companheirada, nós quer arrancar um minério da terra pra poder fazer adubo químico, fazer fertilizante que futuramente só vai criar mais câncer na humanidade. A gente vive numa sociedade doente não é por outra coisa não, é pelo que come. Se não, o adubo que nos precisa companheirada é aquele que vem lá do curral, da criação, do gado, o adubo orgânico e esse aí pra agronegócio não serve, só serve pra nós. Então companheiros dizer que um boa noite pra nós e que essa Audiência está sendo muito importante que tamo ouvindo e dá pra perceber num tom muito agudo e que Santa Quitéria não quer essa mineração, com certeza.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Gleidson. Eu gostaria de passar agora a palavra pra tecer alguns comentários especialmente sobre a elaboração do EIA pro pessoal da TETRAMAIS e para abordar especialmente a questão do diagnóstico da ictiofauna e de morcegos, especialmente também relacionados as cavernas.

Ricardo Lieutaud – Gerente TETRAMAIS: Bom, boa noite. Obrigado Regis, obrigado também a Cecília que fez as perguntas, as considerações.

Começando pelas cavidades, tá? O estudo ele fez, ele fez toda, todos os levantamentos, as especeis que você citou foram furipterus horrens foi identificado dentro de cavidades, essas cavidades são, foram consideradas inclusive de máxima relevância, elas tão fora da área do empreendimento, da área PROJETO SANTA QUITÉRIA, elas serão conservadas, um dos exemplos que eu dei, não se se lembra da apresentação? É o contorno da mina pra

justamente não afetar a área do, de cavidades. Então todo esse cuidado foi levado em consideração, especificamente dessa espécie, ela também foi identificada fora de cavidades, então a gente teve dois levantamentos de que, de quirópteros, de morcegos, o de cavidades para o estudo de relevância propriamente dito e a fauna terrestre, a fauna convencional que pegou os pontos que eu apresentei no mapa e também tá no RIMA.

É sobre a questão das cinco cavidades. O porquê elas vão ser suprimidas? Duas delas tão na área da mina, isso você tem uma rigidez locacional, ela a mina você não consegue alterar ou modificar, ela tá lá porque a natureza, a geologia colocou ela lá. Essa cavidade também todos os estudos de relevância foram feitos, não há os quatro componentes, os critérios que definem a máxima relevância, então não foram identificados animais ameaçados de extinção. A parte de, da, de patrimônio espelholó, é, arqueológico dessas cavidades também não foram significativos, não foram registrados, a parte da geologia, todo o aporte de nutrientes. Então por isso que elas são de baixa relevância. Das cinco, quatro de baixa relevância, sendo que algumas, elas nem tem o tamanho, o delineamento linear de cinco metros, o que configura aí já todo o estudo topografia de acordo com a legislação.

Sobre a espécie que você citou sobre a, o leucofila né, eu citei esse tópico sobre só o gênero, ela foi identificada sim, no estudo, é uma espécie que tá em processo de descrição pra ciência, ela abrange, ela ocorre na caatinga, no bioma caatinga como um todo, específico de uma região ou outra do bioma de forma geral.

A leucofila, leucofila. (Ele fala com alguém).

Isso também tá sendo considerado e apresentado. Todos os grupos de fauna estudado foram avaliados de acordo com a lista nacional a IN 446 do MMA, a lista internacional de fauna ameaçada, então todos os dados, tão apresentados descritos como eu citei pra dona Maria do Carmo, existem algumas espécies chaves que tão sendo monitoradas de perto com, como indicadores de qualidade ambiental.

Passando aqui pra parte da ictiofauna e da limnologia, o estudo ele, ele tem uma abrangência espacial, ele considerou os pontos principais pra justamente fazer essa caracterização do impacto ambiental. Então foram sim, considerados, os, o endemismo, do, da de todas as espécies, então ao final de cada capítulo do EIA se tiver oportunidade, você vai ver quais são os grupos, as espécies ameaçadas, os grupos endêmicos de interesses médicos veterinário, interesse conservacionista, ligado também a parte de, ameaçada e de interesse comercial ou médico veterinário que eu já citei. Então todos esses grupos avifauna, mastofauna incluindo o quiróptero, ictiofauna, leve em consideração essa análise, tem programas específicos e os regastes. Eu só queria destacar que a área a ser afetada do empreendimento, hoje ela tá de trezentos e oitenta hectares, isso equivale a cerca de nove por cento de toda a área fazenda Itataia. Se tiver também a gente pode, é seria legal trazer esse dado, o, toda conectividade não há uma previsão de impacto sobre isso, foi feito o estudo de análise da paisagem, dois por cento apenas de toda a AID vão sofrer alterações

quanto a supressão vegetal. Então espero ter respondido e fico à disposição também. Obrigado Régis.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Obrigado Ricardo. Eu gostaria de fazer aqui um bloquinho de duas perguntas escritas que tratam sobre questão de saúde que eu gostaria muito de aproveitar a presença do Ricardo aqui da CNEM para, para poder fazer um esclarecimento que eu acho importante.

A gente tem aqui uma pergunta que diz assim, por que explorar a mina se ela pode causar muitas doenças as pessoas?

A pessoa não se identificou. A outra pergunta é a pergunta da, do Naltenir Ribeiro, ele pergunta, gostaria de saber onde ficará os rejeitos do urânio e qual forma de armazenagem? E explicar de forma mais entendível aos leigos sobre a diferença de radiação do urânio no seu estado normal e no seu estado de rejeito, que é bem mais prejudicial à população entorno da mina. Eu queria então que o Ricardo pudesse esclarecer a respeito desses dois pontos.

Ricardo Guterres – CNEM: Obrigado Régis. Bom, eu vou tentar tratar esses pontos, primeiramente eu gostaria de reiterar as palavras do Regis, à COMISSÃO DE ENERGIA NUCLEAR, na atuação diretoria de radioproteção de segurança nuclear não visa promoção da energia nuclear, mas visa sua fiscalização o licenciamento observando parâmetros como eu falei, são estabelecidos a nível internacional, então nós não estamos inventando, estamos simplesmente buscando aplicar os parâmetros de fiscalização e licenciamento e segurança que são estabelecidos no nível internacional.

E novamente como o Regis colocou, caso o empreendedor não apresente as garantias necessárias para que esse empreendimento seja seguro, ele simplesmente não vai ser licenciado, não vai ter sua autorização emitida.

Bom, esse primeiro ponto eu acho muito importante frisar, e eu gostaria de mencionar também que tem se repetido uma fala associando a exposição à radiação a câncer, essa fala no meu entendimento é uma fala imprudente, pra usar a palavra mais leve, isso é uma matéria científica que é abordada em diversos estudos, é muito difícil estabelecer esse tipo de correlação, como vocês viram aqui nos dados apresentados, a taxa de doenças oncológicas em município vizinhos, ela varia muito, ela tem uma variação muito grande, por que que varia? São diversos parâmetros que são colocados, é muito difícil você estabelecer. Então essa correlação não, nos nossos, no nosso entendimento não é possível para um empreendimento corretamente licenciado fazer essa associação entre enfermidade oncológicas e a, e a instalação em si. Agora do, a pergunta, quando você tem a modificação do meio ambiente, veja bem, existem locais que tem doses de radiação natural vinte e cinco vezes maiores do que, por exemplo, que nós temos aqui em Santa Quitéria, no Irã, tem localidades onde a radiação natural é maior, tem vezes, tem locais que são dez vezes maiores, quinze vezes maiores, tem lugares que são vinte e cinco vezes maiores, depende do local, mas quando você modifica o meio ambiente você pode criar

rotas que levam a eventual exposição da população e por isso, foi citado aqui o caso da poeira, o caso, é por isso que existe o estudo de impacto ambiental, há um estudo sobre isso, que não é um estudo que é feito, apresentado e tudo bem, é um estudo que é aplicado, ele é considerado, ele é avaliado e somente após a avaliação dele, é avaliado, é validade que verifica que de fato esse impacto ambiental ele, ele é abaixo dos limites estabelecidos internacionalmente por exposição e caso isso seja verificado, então nós podemos assegurar que essa correlação entre a atividade e doenças oncológicas, por exemplo, não é, não é possível ser estabelecida.

Esse é um ponto que eu gostaria de mencionar e por fim só mencionar aqui de fato a questão de Caldas, é um passivo ambiental, mas não há abandono, não há abandono, é uma instalação da INB e nós temos um laboratório, diretor de laboratório aqui de Poços de Calda está aqui presente, nós temos uma inspetoria residente que atua diuturnamente fiscalizando a instalação de Caldas que precisa de uma solução que está judicializada, que tem um termo de ajuste de conduta firmado com o ministério público, cujo a comissão é fiadora desse termo, então assim, eu acho que nós precisamos ser preciso na informação pra não causar confusão, acho que existem questões que são, que foram colocadas aqui, que são importantes, que estão sendo consideradas no âmbito do licenciamento, mas outras eu acho que são imprudentes, pra usar uma palavra bem leve pra serem tratadas da forma como foram tratadas. Obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Ricardo. Vou passar pra mais uma rodada de manifestações orais, eu queria chamar a senhora Louise Santana, vereadora de Fortaleza.

Louise Santana – Vereadora: Boa noite a todos e a todas, boa noite a população, quero aqui saudar a população que está aqui e dizer que é louvável a resistência desses trabalhadores, dessas trabalhadoras que com certeza passaram o dia na luta, na lida e ainda se encontram aqui por saberem a importância desse processo para a vida, para o futuro para as famílias de você, então eu gostaria de saudá-los em nome dessa saudação inclusive apresentar, já que foi apresentado que vai haver outras audiências, sugestionar que o tempo de fala empresa, que o tempo de fala do consórcio seja de fato cronometrado pra que a gente não submeta essa população nos outros lugares a estarem de forma tão tardia fora de suas casas e muitas vezes vão voltar em terrenos que a gente sabe que é atingidos pelas chuvas, são estradas carroçal, as vezes a gente já começa a colocar essas pessoas em risco a partir das audiências, então não é prudente que a gente faça esse tipo de condução. E aí eu gostaria de iniciar explicando porque que estamos aqui, eu sou Louise Santana, sou vereadora de Fortaleza pela mandata coletiva Nossa Cara, estive, estamos acompanhando esse processo e por que que alguém de Fortaleza esta acompanhando esse processo? Porque hoje nós temos em Fortaleza uma situação crítica quando se trata de população de rua mais recentemente nós inclusive tivemos infelizmente um incidente grave em que um morador rua de Fortaleza que era um trabalhador acabou inclusive se envolvendo em uma situação criminosa co0ntra agente de segurança, Fortaleza atravessa uma

situação crítica com relação a saúde pública, Fortaleza atravessa uma situação crítica com relação as medidas de acompanhamento socioassistenciais e por que falar disso aqui? Porque Fortaleza é a capital desse estado, e porque Fortaleza conta com as unidades e os complexos de saúde que tem a obrigação de receber quando há sobrecarga em municípios vizinhos ou circunvizinhos, as pessoas que são encaminhadas com processo de adoecimento ou com questões sociais. E eu senti falta, inclusive quero aqui ressaltar a importância de vocês terem feito esse documento pra apresentar a população, é muito importante, mas inclusive nesse documento não há previsão de resolução para esses conflitos que podem existir e que já existiram. Fortaleza, por exemplo vivenciou um projeto de uma mega construção com a ampliação do estádio do castelão e o que nós vivenciamos no entorno daquela produção foi o afastamento das famílias, uma disputa que inclusive ainda hoje nós temos famílias que não receberam as suas casas, as suas moradias que estão disputando inclusive o aluguel social ano a ano, o aumento da prostituição infantil, o aumento do uso de drogas, a dificuldade de nós termos políticas públicas para a juventude e é essa a nossa preocupação quando nós olhamos pra cá.

Nos preocupamos porque nós estamos interligados, eu, por exemplo, estou vereadora em Fortaleza, mas sou professora da cidade de São Gonçalo e a cidade de São Gonçalo enfrenta problemas também advindos de interferências no espaço natural e inclusive a cidade de São Gonçalo está prevista no Projeto para fazer parte desse processo. Lá nós temos crianças e pessoas idosas que atravessam adoecimentos, inclusive por conta da fumaça do carvão, temos processos sociais e problemáticas sócias que se agravam dia a dia e é por isso que o nosso apelo, o meu apelo enquanto representante da câmara de vereadores de Fortaleza é que a análise seja feita, também dos impactos sociais e da distribuição do que vai ser construído aqui. É preciso a gente entender que nós estamos todos interligados e que nós precisamos ter responsabilidade quando propomos algo desse tamanho para cá.

E quero fechar dizendo inclusive que essa responsabilidade ela precisa se estender em todas as etapas, quando, por exemplo, a gente pensa duas mil e oitocentas pessoas empregadas no início e apenas quinhentos e trinta e oito ao final, cerca de um quinto, a minha pergunta é, quais os direitos para as cerca de duas mil e trezentas pessoas que vão estar desempregadas depois desse início? Qual é a cobertura social e a cobertura de saúde que vai ser ofertada para esses trabalhadores? Qual o plano de saúde que esses trabalhadores vão receber? Qual é a proteção social e de saúde para a família desses trabalhadores?

A gente precisa ter essa responsabilidade, porque se você diz que você vai ficar apenas com um quinto e aí já foi falado e reiterado várias vezes aqui que esses trabalhadores iniciais serão técnicos, serão na verdade operadores e não técnicos, o corpo técnico, se eu não me engano, o número que deram aqui será em torno de cem pessoas.

Renata Catarina Maia – Pesquisadora do Trabalho Ambiente Saúde da UFCE: Boa noite eu sou Renata, sou pesquisadora de Núcleo 5:00:20- falha no áudio, assim, assim, pra contemplar ambos. Sou pesquisadora do Núcleo Trabalho, Ambiente, Saúde da Universidade Federal do Ceará e inicialmente peço licença aos povos indígenas e as demais comunidades que tão aqui presentes e também aos seres não humanos que os acompanham, pra, pra ver algumas questões importantes pro processo de licenciamento que a gente tá hoje em uma das fases.

O Estudo de Impacto Ambiental apresentado pelo CONSÓRCIO SANTA QUITÉRIA ele aponta que não existem povos indígenas, comunidades quilombolas, e povos e comunidades tradicionais nas áreas que podem ser afetadas, nas áreas de influência direta e indireta do empreendimento, e aí como pesquisadora e como também membro um grupo de pesquisa da universidade pública que precisa cumprir com sua função social, eu preciso apresentar essa denúncia aqui a vocês, essa informação está equivocada, existem diversos povos indígenas, quilombolas, povos de terreiros e outras comunidades tradicionais que podem ser diretamente afetadas pelo projeto SANTA QUITÉRIA, queria apresentar aqui, há imprecisões na definição das áreas de influência apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental inclusive porque não existem dados suficientes como os dados que fazem parte do licenciamento que tá sendo conduzido no âmbito da CNEN pra avaliação desses impactos. Mas, mesmo que a gente desconsidere isso, se a gente olhar só pro que o Estudo de Impacto Ambiental apresenta ele apresenta como área de influência direta os municípios de Santa Quitéria e Itaitira, a gente tem terra indígena aqui em Santa Quitéria, a terra indígena Serra das Matas da qual o Elvis, inclusive, faz parte, a terra indígena Serra das Matas contempla o município de Santa Quitéria também, as aldeias Quixaba e Lagoa dos Guinutos, estão em Santa Quitéria, inclusive as habitações da Aldeia Lagoa dos Guinutos estão dentro do município de Santa Quitéria, dentro dos limites territoriais. A área produtiva da Aldeia Quixaba tá dentro de Santa Quitéria também e a terra indígena não tem essas caixinhas que a gente as vezes costuma utilizar, então a área produtiva faz parte da terra indígena também. A terra indígena Serra das Matas ela é um território compartilhado pelo povo Potiguara, povo Tabajara, povo Tubiba Tapuia e ela contempla Santa Quitéria, mas, também contempla Monsenhor Tabosa, Tamboril, Catunda e Boa Viagem. Além da terra indígena Serra das Matas que tem mais de quarenta e cinco aldeias, mais de quarenta e cinco aldeias que compartilham esse território a gente também tem em Canindé que vocês consideram dentro do critério socioeconômico como a área de influência indireta o povo Canindé, o povo Canindé de Canindé, que também tá em Aratuba, povo Canindé de Aratuba, a gente tem a aldeia Gameleira lá, esse povo existe, existe e em Canindé existe um outro povo indígena Caraã Jaguaribara, com mais de cinco aldeias, que ocupa não só Canindé, mas, também Aratuba, Capistrano, Baixo do Baturité e outros municípios.

No caso da terra indígena da Serra das Matas ela tá em estudo de identificação e delimitação no âmbito da FUNAI, no caso do povo Caraã Jaguaribara a demanda já tá qualificada, de reivindicação fundiária. No caso do povo Canindé tá em 5:04:03??? – falha de áudio, de qualificação e se a gente olhasse também pros municípios que estão contemplados na rota de transporte do concentrado

de urânio que sequer é citada como área de influência nem mesmo indireta equivocadamente no estudo, os municípios que vão passar, por onde vai passar o concentrado de urânio não são apresentados, mas, eu queria trazer um destaque pra dois deles, o município de Caucaia e o município de São Gonçalo do Amarante, esses dois municípios também tem povos indígenas que podem ser afetados pelo PROJETO SANTA QUITÉRIA, o povo Tapeba por exemplo tá dentro de uma terra já declarada inclusive de posse permanente do povo Tapeba pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública desde dois mil e dezessete, mais de vinte aldeias Tapeba existem compondo o território deste povo. Além disso o povo Anacé que tá em São Gonçalo do Amarante e que também tá em Caucaia, existem aldeias Anacé em estudo de identificação e delimitação também e existe uma reserva indígena já constituída, inclusive uma reserva indígena chamada Taba do Anacé que foi constituída e Caucaia por causa dos impactos do Complexo Industrial e Portuário do Pecém sobre os povos indígenas, no caso sobre o povo indígena Anacés especificamente, esse povo foi desterritorializado pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém, justamente o espaço que vocês estão apontando que é por onde vai passar, é por onde vão chegar os caminhões pra fazer o processo de exportação do concentrado de urânio.

Além dos povos indígenas eu queria mencionar que existem comunidades quilombolas, porque que elas não aparecem no estudo apresentado? Há uma comunidade quilombola inclusive em Canindé, eles chamam Quilombo Benfica e há outras comunidades quilombolas na área que pode ser afetada pelo projeto, inclusive Tamboril onde também estão os indígenas que compõem a terra indígena Serra das Matas, mas, também tem comunidade quilombola em Sobral, também tem comunidade quilombola em Caucaia. Além das comunidades quilombolas eu queria falar de outros grupos, os povos de terreiro. Os povos de terreiro gente também entram na história, eles também existem, ele também tem uma formulação diferenciada e específica com seus territórios, se a gente olhar só os municípios que vocês estão citando, percebam, eu nem tô fazendo aqui a avaliação, que merece ser feita, de que as áreas de influência apresentadas no Estudo de impacto Ambiental elas estão tecnicamente com problemas, inclusive por falta de informações, mas, se a gente olhar aqui só pra o que tá apresentado lá já tem equívocos importantes, já tem irregularidades importantes, porque existem comunidades de terreiro também em Santa Quitéria, também em Itatira, área de influência direta, de acordo com o consórcio, assim como no Canindé, assim como em Madalena, que de acordo com o consórcio também, dentro do critério socioeconômico, compõe aí a área de influência indireta do projeto. Além dos povos de terreiro em Caucaia por exemplo, em Sobral e em outros municípios, além deles a gente tem comunidades camponesas, o estudo da Lívia Ribeiro e do Rafael Dias de Melo por exemplo aponta que só em Santa Quitéria e em Itatira a gente tem mais de cento e cinquenta comunidades, eles falam em cento e cinquenta e seis comunidades camponesas. Eu tô citando esses vários exemplos que são de fato exemplos, essa não é uma análise taxativa, pra colocar pra vocês que existe uma diversidade desse território, existem povos camponeses, indígenas, quilombolas, de terreiro, existem também pescadores inclusive na parede do açude Edson Queiroz, e eu gostaria de saber porque eles não aparecem no Estudo de Impacto Ambiental? Então há uma, uma questão importante, que precisa ser colocada aqui, precisa ser registrada na ATA desta audiência que a ausência dos estudos de componente indígena, quilombola e

tradicionais previstas na legislação em relação ao PROJETO SANTA QUITÉRIA, esses estudos não foram realizados, o Estudo de impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental apresentados apontam que não existem povos e comunidades tradicionais, mas, eles existem, estão vivos e ocupam tradicionalmente essa região, inclusive são territórios, no caso dos povos indígenas, territórios originários, e há uma questão importante porque isso não se confunde à perspectiva do estudo de componente indígena é uma coisa, mas, isso não se confunde com o outro direito que tá sendo desrespeitado, desconsiderado também nesse processo de licenciamento ambiental que é o direito a consulta livre prévia informada, a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que é um documento ratificado integralmente pelo Estado Brasileiro ela aponta que os povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais que tem relações específicas e diferenciadas com os seus territórios tem o direito de serem consultados diante de qualquer medida administrativa ou legislativa que possa afetá-los diretamente. Esse diploma internacional que é ratificado, que é confirmado pelo Estado Brasileiro ele tá sendo descumprido diante de qualquer medida a convenção aponta, qualquer medida administrativa ou legislativa que possa afetar esses povos, a consulta precisa ser livre, precisa ser prévia, precisa ser informada, e ela não foi realizada até este momento.

É muito grave que a gente esteja hoje numa audiência pública quando sequer houve consulta aos povos indígenas, quilombolas e aos demais comunidades que podem ser afetadas diretamente por esse empreendimento. Eu queria colocar isso pra vocês com muita tranquilidade, porque nós estamos num espaço importante que é o da audiência, mas, a audiência não é consulta livre, prévia e informada, ela não é. A consulta livre, prévia e informada exigem procedimentos específicos, exige procedimentos que vão inclusive ser diferentes, porque eles vão ser formulados a partir da realidade de cada povo indígena, quilombola, de cada povo pescador, ribeirinho, cigano, de cada povo envolvido que possa ser impactado por um determinado projeto ou um determinado programa, porque a consulta ela não tá restrita ao licenciamento ambiental, ela é autônoma inclusive ao processo de licenciamento e nós temos diversas decisões, queria assim também compartilhar, porque o representante do IBAMA apontou algumas questões em relação a consulta, a consulta tem plena eficácia, inclusive imediata no Brasil, diversas decisões importantes agente tem uma jurisprudência bastante farta, na Justiça Federal, Tribunal Regional Federal, e também no Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O caso de Belo Monte por exemplo, nós temos uma medida cautelar estipulada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos apontando a necessidade de consulta, no caso de Belo Sun a Justiça Federal também solicita a realização de consulta livre e prévia informada aos povos, no caso do Porto do Lago do Humaitá, da mesma forma, a Justiça Federal solicitou a suspensão do licenciamento pra que houvesse a consulta livre, prévia, informada aos povos, a Usina Hidrelétrica São Luiz Tapajós, da mesma forma, então existem, eu tô citando aqui alguns exemplos de casos em que o próprio Poder Judiciário tem suspenso o processo de licenciamento ambiental pra determinar a consulta aos povos indígenas, quilombolas e a todos os povos e comunidades tradicionais que possam ser afetados diretamente por um determinado empreendimento ou por um determinado projeto de desenvolvimento ou por um determinado de política pública, isso existe. Além

das decisões Judiciais a gente tem também importantes instrumentos aí extrajudiciais, aí eu destacaria a atuação do Ministério Público Federal no Brasil e também na Defensoria Pública da União, eles têm recomendações importantes, existem procedimentos ainda numa fase administrativa com essas recomendações, então eles também informam a necessidade de realização de consulta, e aí.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Renata, vou pedir pra você concluir.

Renata Catarina Maia – Pesquisadora do Trabalho Ambiente Saúde da UFCE: Certo, eu tô, tô concluindo. Eu queria colocar também que uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Porque que eu tô dizendo isso? Porque existe aqui, me parece, uma certa, vamos chamar incongruência em relação ao que dispõe a portaria interministerial número 60 de 2015 e o direito a consulta livre, prévia, informada. A portaria número 60 de 2015 ela regula a atuação da administração pública federal no caso, dentro dos processos de licenciamento ambiental, a consulta livre, prévia e informada é aplicada, ela é autônoma ao processo de licenciamento ambiental ela, inclusive, já deveria ter acontecido muito antes deste momento aqui da audiência pública, inclusive na definição do termo de referência do PROJETO SANTA QUITÉRIA, só pra vocês terem uma ideia do quão grave é nós estarmos aqui hoje sendo que um procedimento importante, normas de caráter suprallegal estão sendo desrespeitadas como acontece no artigo 6º da Convenção 169 da OIT.

Importante apontar também que a portaria Interministerial número 60 de 2015 ela apresenta uma série de questões que já tão sendo também ventiladas no Judiciário, inclusive, ela própria afirma, que os limites lá estabelecidos eles são parâmetros, o limite por exemplo de oito quilômetros e no caso aqui de dez quilômetros nos casos de empreendimento que envolvem mineração, são parâmetros, mas, podem ser exigíveis a partir da análise de cada caso concreto e o IBAMA inclusive os empreendedores podem dialogar sobre isso, podem ser exigíveis outros limites, porque tem só um processo de uma mineração por exemplo de carvão e de uma mineração de urânio, são processos completamente diferentes, a portaria estabelece o mesmo limite fixo, mas, a jurisprudência aponta que o limite de dez quilômetros, no caso de empreendimentos que envolvem mineração fora da Amazônia Legal, ele não é absoluto, há uma diretriz nessa portaria de caráter administrativo, mas, os empreendimentos tem que ser avaliados a partir do caso concreto e por isso é tão importante o Estudo de Impacto Ambiental, porque se é comprovado por exemplo a existência de impactos para além disso dos limites que são estabelecidos lá, isso deve ser levado em consideração pelo órgão licenciador. Então eu tô trazendo esses elementos pra vocês pra colocar aqui em síntese, eu vou aproveitar essa fala pra dizer que existe um desrespeito dentro do processo em curso, porque não houve consulta livre, prévia e informada, esse é um ponto, essa é uma irregularidade e isso enseja a suspensão do processo de licenciamento do PROJETO SANTA QUITÉRIA, esse é um ponto, além disso

existe uma outra violação, a ausência de estudos de componente indígena, quilombola, de povos e comunidades tradicionais dentro do EIA/RIAM, essa violação tá dentro do processo de licenciamento ambiental também e ela precisa ser sanada.

Essa mulher aqui ela foi feita pelo Alcides Potiguara da terra indígena Serra das Matas, ele é artesão e ela é muito representativa, é uma mulher carregando água na cabeça, os povos indígenas das terras indígenas Serra das Matas eles recebem água também através de carros pipa e água pra consumo humano as vezes não é suficiente, eu nem tô falando da água pra produção e eles produzem muito, esse mel que eu tô segurando aqui é um mel produzido na Aldeia Quixaba, a Aldeia Quixaba fica em Santa Quitéria e em Monsenhor Tabosa, pega os dois municípios, os povos indígenas não tem essa questão das sua fronteira delimitada não, a ocupação dos povos indígenas ela é originária, ela é anterior a própria constituição do Estado Brasileiro, os direitos dos povos indígenas, os direitos territoriais eles são originários. Portanto, a regularização fundiária de uma terra indígena, o ato de uma homologação de uma terra indígena ele é meramente declaratório e isso a própria constituição no direito constitucional que se baseia no indígena natu reconhece isso, o ato é só declaratório ele não é constitutivo, isso significa que a existência desses povos já faz que eles sejam sujeitos do direito a consulta independentemente da fase do processo de regularização fundiária das terras tradicionalmente ocupadas tá lá previsto no artigo 231 da constituição e no decreto 1775 de 96. Então esses povos inclusive tão lutando pelo processo de regularização fundiária das suas terras e eles precisam ser levados em consideração.

Vou concluir minha fala pra que outras pessoas também possam falar, mas, apontando essas duas irregularidades e colocando uma terceira, que é o fato de que a definição das áreas de influência apresentadas no EIA ela tem insuficiências técnicas importantes no que diz respeito a desconsideração da bacia hidrográfica, inclusive do Acaraú, e queria também deixar registrado em ATA que a nascente do Acaraú fica na terra indígena Serra das Matas e pode ser comprometida pelo PROJETO SANTA QUITÉRIA.

Então é preciso ampliar a avaliação apresentada pelo Estudo de impacto Ambiental e pelo relatório de impacto ao meio ambiente pra incluir o que que significa esse empreendimento pra toda a bacia do Rio Acaraú e pra sub bacia do Rio Groaíras que são imprescindíveis pra essas mulheres, pra esses homens, pra esses jovens que todo dia carregam lata d'água na cabeça, que dependem de carros pipa pra viver, que dependem de carros pipa pra conseguir produzir e que produzem, produzem mel, esse mel aqui que seu Zé Antônio trouxe da Aldeia Quixaba a Associação de Apicultores de Monsenhor Tabosa, da qual a Aldeia Quixaba faz parte, produziu vinte e oito mil toneladas de mel só em dois mil e vinte e um gente, imagine se eles tivessem acesso a políticas públicas pra produção, pra água, então tem indefinições importantes na área de influência e é preciso levar em consideração tanto o licenciamento nuclear, os dados do licenciamento nuclear, tem que ser levado em consideração pelo IBAMA dentro do EIA/RIMA, e também os dados referentes a infraestrutura hídrica que está fragmentada né, que está agora sendo licenciada pela SEMACE, essa é uma outra irregularidade, os dados referentes a esse processo precisam ser

integrados, essa adutora ela pode ter o título de que é pras comunidades, mas, na verdade ela é para o PROJETO SANTA QUITÉRIA, que prevê aí um consumo de oitenta e nove carros pipa de água por hora, enquanto essas comunidades das quais eu estou falando aqui de agricultores, de indígenas, de quilombolas, muitas vezes sobrevivem com seis, oito, dez carros pipa por mês.

Os dados referentes ao licenciamento nuclear e os dados referentes ao licenciamento da adutora, parte integrante do PROJETO SANTA QUITÉRIA, precisam fazer parte do EIA/RIMA.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Renata?

Renata Catarina Maia – Pesquisadora do Trabalho Ambiente Saúde da UFCE: Pra que haja uma correta avaliação.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Por favor.

Renata Catarina Maia – Pesquisadora do Trabalho Ambiente Saúde da UFCE: De impacto ambiental. Obrigada. Desculpa, é porque é pouco tempo.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Dando prosseguimento, eu vou chamar o senhor Chico Froésio do Assentamento Morrinhos.

Chico Froésio -: Boa noite a todos e a todas que tão aqui presente, o meu nome é Francisco Câmara Silva, conhecido como Chico Froésio do Assentamento Morrinho. Cheguei lá com seis anos naquela região e, portanto, eu acho muito bom naquela região.

O que que acontece, hoje eu tô aqui representando a comunidade do Assentamento Morrinhos porque nós, nós do, da região nós não queremos este empreendimento que aqui pra Santa Quitéria vai ser bom, que vai alimentar os cofre público e parabenizar também esse vereador, que botaram a cara aqui e falaram sobre mais ou menos por a gente que é contra, a gente diz que é contra porque, a gente vê os exemplo que tem acontecido em, em Brumadinho, em Malhame, em Caetité, é porque naquele tempo a mídia não apresentava muito, mas, agora nós tem a mídia pra apresentar e outra coisa, esse que é produzido na nossa região, isso aqui lá em Caetité eles não querem, pois o que é produzido lá porque, o que que acontece, tudo contaminado e isso gente que tem gente

que visitou Caetité e di, e viu lá com os próprio zolho o que é que acontece em Caetité e nós não queremos isso pra nós em Morrinhos e nem na região de Santa Quitéria, porque, o Rio Camotim bota dentro do Goáira e abastece o, o açude Edson Queiroz que, que abastece Santa Quitéria e nós não queremos isso pra nossa região, e nós dissemos não a exploração de mina de Itataia, porque lá pra nós só via ficar o rejeito, o que é que eles vão oferece a nós? Na nossa comunidade não vão oferecer nada, porque capacidade pra operar uma máquina daquela, vai vim todo mundo de fora, a gente já viu inxempri lá na explora réia, só em pesquisa, gente que morreu queimado nos mato, naquele tempo era diferenciado, mas aconteceu isso, esse, vem o pessoal de fora quando chega eles quer tomar de conta da região no que mora, tem uma região bem quieta, eles querem acoitar os próprio pessoal lá que isso aconteceu na Lagoa do Mato, e nós não queremos isso pra nossa região, porque é uma região muito boa, é onde a gente produzi, mais é o criatório e agricultura, o meu pai criou eu, os meu avôre ele e nunca perto de suas fertealizante porque eu tô com sessenta e dois anos não sei nem o que é isso. Pra nossa região aqui é o, é o esterco de gado e, e de criação, pra nós aqui não precisa de fetealizante, isso aí é pra, pras grandes indústrias é aí pro lado de Goiás essa região, mas, pra nós aqui eu não conheço, não conheço não pessoal pefitualizante não, é a primeira vez que eu tô vendo falar e nós não queremos isso, isso tem mais lá é urânio, não é, não é fosfato não. E meu muito obrigado e desculpe alguma palavra errada aí.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Muito obrigado seu Chico. Eu queria chamar aqui a Regiane Mateus do Assentamento Queimadas.

Regiane Mateus -: Boa noite a todos e a todas, eu queria frisar que quilambolos mora a cinquenta e dois, sessenta quilômetros da jazida de Itatira, se fala muito dos povos e as comunidades que moram a cinco quilômetros da jazida de Itatira? Assentamento Queimadas, Assentamento Morrinhos, Fazenda Tapera, a gente mora lá em cima, e porque que nós não somos mencionados nem no próprio projeto? Eu queria saber o IBAMA, são frases do meu pai Evaristo Mateus, que vive lá da agricultura familiar, o IBAMA protege vidas, certo ou tô errada? E nós, nós não somos vida? Porque não somos nem mencionados.

O projeto de Brumadinho, tenho certeza eu que ele foi projetado pra ser cem por cento eficaz, ele foi? O projeto Santa Quitéria está projetado pra ser cem por cento eficaz, como é que vão me dar essa certeza se ele ainda não foi executado? Como que eu posso ter essa certeza, ah é um projeto novo, é, mas, quando fizeram os demais eles tinham a certeza que ele seria eficaz, e é era um projeto novo também. Nós, diretamente afetados, nós moramos lá a cinco quilômetros, vai gerar emprego, já tá gerando, tem uma empresa terceirizada fazendo perfuração de poços, tão usando as pessoas que moram lá, tão, mas, eu pergunto, porque que a empresa que estava lá com as pessoas que trouxeram de Fortaleza, de Quixeramobim, chegou um representante da empresa INB e tirou eles de lá, porque não era lugar pra eles ficarem e, porque que é lugar pra nós? Porque que não tem nada que nos favorece, qual a garantia

que esse projeto tem pra essas comunidades? Eu ainda posso ter uma vida lá fora, e o meu pai? O Chico Frásio? Que não tem, que nasceram, que lutaram, se o governo sabia que essa jazida ia ser explorada, porque que ele liberou pra ser assentamento? Se sabia. Os assentamento lá gente eles não tem cinquenta anos não, eles tem vinte anos, quantos anos faz? Que essas empresas vem tentando liberar a jazida? Então o próprio governo, olha as falhas. Porque um assentamento é do INCRA e outro é do IDAS, se sabiam que ia ser explorado, é cinco seis quilômetro do máximo, isso lá do urânio, mas, é um quilômetro e meio pra entrada. Como é que nós vão ficar? Nossa água, nosso solos, nossos animais? A gente vive da agricultura. Vão usar as pessoas de lá, mas, pra burro de carga, porque ninguém é especializado, ninguém tem especialização pra ir pra dentro do escritório pra usar os EPIs, eu Rejane já pedi, obrigatoriamente as empresas vão levar a medicina ocupacional lá pra dentro, porque que eles não pegam, escolhem algumas famílias e faz os exames periodicamente e nos apresentam? Porque vão lá, pega amostra de água, pega amostra de ave, cadê as resposta que nunca trazem pra nós? Porque que eles não trazem isso pra nós? Nós moramos lá. E a nossa vida, e o nosso criar?

O impacto, só falam dos impactos, que impactos são esses? Se for impacto negativo, vão parar se der errado por nossa causa? Se não falam de nós nem agora, imagina depois que tiver funcionando? Nós somos cinza pra eles, porque a infraestrutura é maravilhosa, pra eles, pro grandes.

Outro dia eu usei o exemplo de Caetité pra uma representante da INB, eu falei que as pessoas dos assentamentos foram lá e viram o lado negro, vocês sabem o que que ela me respondeu? Procuraram as pessoas erradas. Quem são as pessoas erradas pra ela, nós que vivemos lá, que vamos viver a mesma vida que as pessoas de Caetité? Nós que não temos condições de sair de lá? Nós que lutamos por um pedaço de terra que nós temos?

Se for preciso nós sair de lá, o que já ouvimos foi que ninguém vai ser indenizado não, porque não precisa, não precisa? E a nossa saúde? E a nossa vida? E a nossa segurança?

Porque vocês já viram que se você somar dá aí três mil empregos diretos, quantas pessoas que vão vir praquele lugar, prostituição, a droga, e a nossa paz, e a nossa tranquilidade, cabô. Alguém tá olhando pra nós? O projeto tá olhando pra nós? Claro que não tá. Porque nós pra eles nós não somos nada, nós não representamos nada, toda vez que vão lá a gente fica, só faz as pergunta e não tem as respostas, nós queremos repostas por que? Eles não tem como me garantir que o projeto vai ser cem por cento eficaz, se ele nunca foi executado? Eu não posso garantir, eu sei que os outros também era pra ser cem por cento eficaz, eles não foram, houve falhas. Se vão levar tudo, alguém aqui já falou, se vão levar tudo, porque que não levam o rejeito também? Porque que tem que deixar lá?

Aí se imagina essa terra lá que há vinte anos, enquanto tá executado, maravilha, vão deixar pra nós o que? Tudo o que não presta.

Primeiro que as pessoas que vão vir de fora vão se estalar, vão formar as suas famílias e depois, como é que vão ficar? Resumindo, pra nós não tem nada, pra nossas comunidades, pode não me atingir, mas, vai atingir o meu neto, os meus filhos, certo?

Essa é a nossa preocupação, como diz o meu pai, o IBAMA ele protege as avoantes, lá nós somos prova viva, na, na própria terra da jazida tem lá, proibido caçar, e porque que agora eles estão caçando as nossas vidas? Porque isso é caçar nossas vidas, porque não dá nenhuma segurança concreta pra nós, e é isso que a gente quer, a gente quer segurança em todos os aspectos, segurança. Muito obrigada a todos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa
Obrigado Rejane. A gente vai passar agora prum bloco pra dar devolutivas sobre alguns pontos que eu anotei, inicialmente eu quero passar pra minha colega Telda e, e depois pro Ricardo da CNEN, pra abordar sobre os rejeitos nucleares, especialmente a questão do gás carbono e do acúmulo de polônio.

Telda Costa – Analista IBAMA: Boa noite novamente, eu vou ser bem rápida pra dar atenção a todos que se for possível.

Rejane, vou começar por você. A grande preocupação do IBAMA é a comunidade entorno, e o IBAMA está iniciando a análise do EIA/RIMA e se essas comunidades não tiverem sido cara, caracterizadas, se os impactos não tiverem sido caracterizados sobre essas comunidades com certeza o EIA/RIMA será devolvido e vai ter que ser refeito. Tá, é uma preocupação direta do IBAMA, as comunidades mais próximas e elas não são invisíveis pra IBAMA, tá, inclusive o IBAMA marcou uma vistoria na área pra visitar todas as comunidades possíveis nessa vistoria, claro que não vamos abranger todas. E essa fala também ela serve para a colega Renata, que ela falou muito da questão das comunidades tradicionais que não são mencionadas no EIA/RIMA, algo que o IBAMA vai verificar, não se preocupe Renata, isso não vai passar em branco. Agora, tem algumas questões que a Renata trouxe que não só, não depende só do IBAMA, nossos temos chamados órgãos intervenientes que hoje remanescentes quilombolas é o INCRA e nós temos a FUNAI inserida no pro, no processo, temos o IPHAN e outros. Lembrando que esses órgãos foram todos convocados a estar aqui hoje e poderiam responder melhor ainda do que eu sobre esses temas, eles categoricamente nos informaram que não existia corroborando com a informação que a empresa tinha trazido, que essas comunidade não tinha sido identificadas, mas, o IBAMA não vai se, se satisfazer só com essas respostas dos órgãos intervenientes, o IBAMA também vai verificar em campo essas comunidades e achando elas e a gen, e a Renata fez uma fala que eu achei muito importante, porque a portaria interministerial 60 de 2015 ela traz uma, é uma referência sim, ela é uma referência que ela não é limitadora, ela é uma referência que o IBAMA tem, que os órgãos tem para impactos diretos sobre as comunidades tradicionais né, e isso é importante sermos dito, nós temos processos de licenciamento que essa referência ela se expandiu sim, porque foi provado. Nós temos empreendimentos que a empreendimento não alcançava a

terra indígena, mas, alcançava a área que eles faziam o extrativismo, então sim houve todo um cuidado sobre isso. Então, essas questões serão verificadas em campo também viu? Gostei de falar tanto com a Rejane como pra Renata, e o IBAMA está olhando com cuidado sobre isso, muito obrigada.

Ricardo ??? – CNEN: O comentário sobre a questão do radônio é muito interessante né, ele traz esse, esse aspecto ná, da, da, da produção do gás radônio e é um problema que na, em escala mundial ele é considerado né. No Brasil ele é relativamente pouco considerado porque ele tem muito a ver com confinamento né, com casa confinadas, mas, existem limites hoje estabelecidos na Europa pra concentração de gás radônios em habitações, que são bastante restritivos e tem que ser considerado porque há uma acumulação desses gases em função da ausência de ventilação nesses locais né.

É certamente uma, um ponto que tem que ser considerado na, na avaliação do impacto que nós chamamos de, de impacto ambiental, que na verdade considera a perspectiva do impacto das rotas né, de exposição aos indivíduos, do público, dos trabalhadores lá, mas, eu diria que, veja bem, é até uma, uma questão relativamente lógica né, a origem do radônio é o urânio e o urânio está presente no local, então, há uma produção natural de radônio que se dissipa na atmosfera e essa produção não tende a aumentar, porque você não vai criar urânio né, não tende a aumentar porque você tá fazendo a mineração ela pode localmente né, se houver algum tipo de galpão, se houver algum tipo de local onde, onde há acumulação desse material ela pode localmente ser um problema, mas, esse problema ele normalmente está associado a exposições ocupacionais dos trabalhadores onde tem que haver cuidados específicos ali pra eles né. Mas, em termos de público em geral essa não é uma rota que aumenta a exposição da população.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado Ricardo. Eu queria passar pro consórcio, pra consultoria, pra que abordassem sobre o diagnóstico social e também sobre a questão que a Luíse tinha trazido sobre os impactos relacionados a empregos após a obra.

Consórcio: Bom, obrigado Regis, obrigado as perguntas. Sobre a questão do, das áreas de influências que a Renata comentou. Tanto pro meio socioeconômico como pro meio físico e biótico essas áreas de influência elas foram delimitadas de uma, de um pros, num primeiro momento, feito o diagnóstico e revalidado essa pós avaliação dos impactos né, eu citei durante a apresentação a maioria dos impactos de forma local, de forma pontual, em alguns casos dentro do, do, do, do projeto e as comunidades de entorno sim, especialmente Morrinhos, Queimadas, Riacho das Pedras foram avaliadas, foram consideradas dentro do nosso estudo e os, os impactos, eventuais impactos sobre essas comunidades foram tão também apresentadas e com, com medidas de com, é, de controle e programas especiais. Então só concluindo

minha fala é, a, não há previsão de impactos sobre, sobre essas comunidades, em nenhum dos casos do, do, da questão tanto do meio físico né, questão da, da, do ar, da água, da, do, do, do solo, como do meio biótico também, obrigado.

Em relação a pergunta da vereadora Luísa Santana. É muito importante nós caracterizarmos as duas fases do empreendimento, a fase da implantação e a fase da operação, se por um lado existem dois mil e seiscentos empregos gerados durante a construção, eles são efetivos e são empregos justos e honestos e que vão capacitar essas duas mil e seiscentas pessoas, essas duas mil e seiscentas pessoas sejam os mais jovens, sejam as pessoas que saem com meia idade, sejam os mais experientes, eles vão participar efetivamente da construção, e os mais jovens vão aprender com os mais velhos, então é uma benefício, um benefício de aprendizado. Além disso quando a fase de implantação terminar, fica a fase de operação e uma parcela das pessoas que trabalharam na implantação vão pra operação e a operação vão ser vinte anos, então se nós fizermos uma, uma conta bem simples né, pegar quinhentos e trinta e oito pessoas multiplicarmos por vinte anos nós estamos falando dez mil postos de trabalho sendo gerados, que vão se beneficiar da mineração, do empreendimento e que vão ao longo do tempo se capacitar dentro do empreendimento pra exercer outras funções também, então é um ganho social enorme, é um ganho trazido na mineração e a mineração a gente sempre costuma dizer que é a indústria que gera matéria prima pra todas as outras indústrias, inclusive a mão de obra.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Só complementando a questão do impacto sobre os empregos que serão criados nas obras e que não vão ser perpetuados durante a operação, é importante a gente pontuar que nós estamos no momento de licenciamento prévio, onde a gente vai atestar a possível viabilidade ambiental do projeto, no próximo passo né, caso saia a licença prévia, caso vá pra o, o próximo momento que seria de avaliação da licença de avaliação, o empreendedor é obrigado a apresentar o que a gente chama de PGA, de o Programa de Gestão Ambiental, com todos os programas ambientais que serão desenvolvidos ao longo da instalação e depois da operação e é nesse momento aonde o IBAMA vai exigir um detalhamento maior dos programas sociais voltados justamente para a contratação e depois desmobilização dessa mão de obra, nesse momento agora prévio ele faz uma indicação disso, mas, o detalhamento é na próxima fase, então na próxima fase o IBAMA vai se debruçar com mais detalhe sobre aquilo que vai ser apresentado pelo empreendedor na próxima fase.

Passando pra mais uma rodada de perguntas escritas. Bom todos já ouvimos muito a respeito de vários benefícios que esse projeto de exploração irá trazer, eu gostaria de saber se haverá algum impacto de forma negativa que possa vir a atingir a população?

A gente já falou bastante sobre alguns impactos, mas, eu gostaria que a empresa, especialmente a TETRAMAIS, fora a questão dos, eu acho que a gente tem discutido ao longo da audiência bastante sobre os impactos relacionados a

radiação né, a questão radioativa, mas, eu gostaria de saber outros impactos ambientais, especialmente os negativos, que foram previstos ao longo do estudo.

Consórcio: Bom, eu vou passar Régis por blocos tá, eu acho que fica mais fácil apresentar. Dentro do meio físico a gente tem algumas questões aí de, de, de possíveis assoreamentos né, do, de curso d'água, tem de possíveis deslocamento de terra né, soltura de blocos, Willian depois pode me complementar em alguns pontos, mas, os impactos do meio físico tá muito mais associados a parte de, de instalação, com a movimentação de terra, terraplanagem, com a exploração da mina, com a alteração do relevo né, da configuração natural. Já o meio biótico tem o impacto direto que é o mais conhecido que é a perda da cobertura vegetal, a possível perda de indivíduos de fauna terrestre né, de, durante a fase de obras principalmente a alteração aí de comunidade planctônicas né, da biota aquática, da, da ictofauna. Do meio socioeconômico a gente pode citar aqui o aumento do tráfego, a atração de mão de obra né, o aumento da população, a gente pode citar também a, uma sobrecarga, possíveis sobrecargas sobre os se, o sis, os serviços públicos, seja de hospital, seja de educação e de infraestrutura também, então, e ressaltando que todos esses impactos pensados foram apresentados também aí as medidas de controle né, pra acompanhamento, os programas de gestão sobre eles, seja de mitigação, ou de, de acompanhamento, de monitoramento.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Ok. Fazer mais um, um bloco de manifestações orais, gostaria de passar a palavra pro senhor João Alfredo.

João Alfredo -: Bom, bom dia né? Já é quase uma da madrugada é, eu vou me permitir aqui senhor presidente dessa Audiência Pública em fazer três homenagens tá, me permita aqui. Primeiro eu queria homenagear os povos indígenas na pessoa do Aruerê Tabajara, amanhã, amanhã não, logo mais, hoje às catorze horas em Fortaleza lá na OAB por ocasião da Semana do Meio Ambiente, nós vamos fazer um ato solene de homenagem aos povos indígenas. Porque efetivamente, creio que vocês conhecem esses dados, pelo menos o pessoal do IBAMA, a maior proteção da nossa natureza é feita pelos povos indígenas, quilombolas, tradicionais, um dado do Instituto ACATU é fantástico, qual é, os povos indígenas no mundo todo ocupam cinco por cento do território do planeta, aliás não, são cinco por cento, ocupam vinte e seis por cento e preservam oitenta e dois por cento da nossa biodiversidade. Eu tô querendo dizer isso porque é um modo de vida que tá sendo ameaçado por esse projeto, aqui é muito claro, não vamos dourar a pílula, são os interesses do grande capital, do capital minerário, do agronegócio e os modos de vida das populações originárias tradicionais, é luta de classes, desculpa eu tenho que falar é nisso, luta de classes esse é o nome. A segunda homenagem vai pro MST, que é o maior produtor orgânico de arroz ou produtor de arroz orgânico da América Latina e eu não vi ninguém do MST aqui dizendo que queria essa mineração pra

ficar com os fosfatos porque tão importando ou deixaram de importar um fosfato da Rússia, da Ucrânia ou da Argélia, porque eles fazem agroecologia, eles não poluem e essa é uma questão que a gente tem que debater aqui. E a terceira homenagem vai pra vocês servidores públicos, Bruno Pereira, eu acho que vocês sabem dessa história, servidor da FUNAI, tá desaparecido há três dias na Amazônia, há três dias na Amazônia e o genocida, o crápula, o canalha que tá sentado na cadeira da presidência dizer assim, ele foi prum canto perigoso. Vamo ver a história dele, do Bruno Pereira, ele foi afastado da FUNAI porque tava investigando a invasão de terras Yanomâmis, ninguém sabe mais dele. Então, quando eu olho pra vocês servidores públicos com respeito muito grande é porque eu espero, honestamente, que eu espero que vocês possam tomar uma decisão, não para atender ao lobby, mas, pra entender a nossa legislação, aí me permita Regis reforçar o que falou, uma bela fala da minha colega, advogada, pesquisadora a Catarina, eu vi no começo você falar que a portaria não tratava da consulta livre, prévia e informada, a consulta livre, prévia e informada é um tratado e que o Brasil é parte e o artigo quinto da constituição brasileira diz que os tratados, que num caso como esse, que foi referendado pelo congresso, eles tem um peso, uma importância de emenda constitucional, isso quer dizer que ele tá a cima da lei, ele tá acima do decreto, ele está acima da resolução, ele tá acima da portaria, tá aqui, ó aqui a portaria, aqui a portaria, tá aqui a emenda constitucional, tá aqui, tá aqui a convenção 169 da OIT. Então nós não podemos aceitar de maneira nenhuma, por mais que seja importante essa Audiência Pública, por mais que vocês estejam conduzindo pra ouvir todo mundo, isso não substitui a consulta livre, prévia e informada.

Segunda questão ou terceira, a questão da água, eu ouvi o pessoal aqui da empresa dizer que, não porque se faltar água, tá certo, a gente suspende, suspende. Conversa fiada, vou dar um exemplo, vou dar o exemplo porque eu acompanhei na minha tese de doutorado, Pecém, que alguns aqui elogiaram o Pecém, dess, o do lado do capital o Pecém, Complexo Industrial e Portuário do Pecém, Companhia Siderúrgica do Pecém, que foi elogiada aqui, que polui e causa doença praquelas comunidades, consumiu durante dez anos mil e quinhentos litros por segundo, por segundo, mil e quinhentos litro, a outorga caiu depois de dez anos pra mil litros. As termelétricas, setecentos e cinquenta litros por segundo, o Ceará experimentou uma seca centenária, centenária, comparada a de cem anos, a de mil novecentos e quinze em dois mil e quinze, faltou água pra essas empresas? Nunca, nunca, faltou água pro povo de interior, faltou até carro pipa pro pessoal de Boa Viagem que teve que queimar pneu na estrada porque não tinha água pra beber, não tinha água pra beber, mas, não faltou um litrinho d'água, um litrinho d'água pra siderúrgica e nem tampouco pra termelétrica, aí a empresa vem dizer, nós diminuímos, dezessete por cento, dezessete por cento, parece assim que eles diminuíram cinquenta por cento do consumo da água, parece que diminuíram trinta, quarenta, dezessete por cento. Era oito bilhões, bilhões de litros por ano, passou pra quase sete bilhões.

Que conversa é essa pessoal? Vocês que são aqui de Santa Quitéria, imaginem se nesse período da seca a mina tivesse funcionando? Com o açude Edson Queiroz chegou, que chegou no seu volume morto, aí vem dizer que se isso faltar água porque a lei 9.433 de 97, que eu conheço muito bem, que é lei da política de recursos hídricos, garante o direito humano a água, garante, mas, o capital

fala mais alto do que a lei no nosso estado, no nosso país. Falta água, segurança hídrica, que devia ser, como vocês disseram, abastecimento humano, dessedentação animal como prioridades, aqui não, é siderúrgica, é termelétrica, é usina, não é a população, o que a 5:53:15 falha de áudio, tem que dizer é isso, não há nenhuma garantia. Vocês aqui, e me lembrava o professor Emerson, e ninguém fala nisso o pessoal da empresa. Nós estamos em época de emergência climática ou eu tô inventando alguma coisa? Alguém lê pelo menos o que tá acontecendo no IPCC? Alguém leu o painel brasileiro de mudanças climáticas que disse que no Nordeste a disponibilidade da água vai ficar entorno de cinquenta por cento? E as pessoas ficam projetando tudo como se nada disso fosse acontecer.

Um, um, um empreendimento desses que vai sair umas, umas adutoras, só que a empresa, ela consome cem vezes mais do que a população e se tiver alguma dúvida, no momento que faltar pra um ou pra outro a gente já sabe o que resolve, não é sério senhores da empresa vim passar filminho aqui chovendo dinheiro em cima do povo, que vergonha, como é que vocês fazem um negócio desse? O povo foi pra Caetité, eu disse assim, vão pra Caetité. Mas, o povo foi pra Caetité, conversar com as pessoas erradas, quem? Os trabalhadores, conversaram com os pequenos agricultores, porque que não foram conversar com os empresários? Porque que não forma conversar com o prefeito? Que certamente diria que tava tudo lindo e maravilhoso. Foram conversar com as pessoas que tão sofrendo. Vocês erraram, não é? Foi lá, pela posição deles vocês erraram. E aí vem com história de filmim caindo, vão lá pra Poços de Caldas onde tem um lago de água ácida e não sabem o que fazer, como disse o Pedro aqui, a questão do descomissionamento. E vamo acabar com essa conversa fiada de compensação, quem fala em compensação tá na sua casa boa ou mansão, tá certo? Tá com seus filhos vivendo muito bem nos melhores bairros e querem dizer, não, mas, vão compensar. Vamos ver o que é que a gente resolve, não há compensação pra contaminação da água, não há contaminação, compensação pra contaminação do solo, não há compensação para o câncer senhor Ricardo, o senhor Ricardo disse que não é científico falar em câncer nesses casos, diziam isso dos agrotóxicos também senhor Ricardo, até que houve o caso do Vanderlei Matos em Limoeiro, que cuidava da calda de agrotóxico de uma empresa multinacional chamada Delmonte, que morreu completamente tomado pelo câncer causado pelos agrotóxicos, ou a deformação dessas crianças.

Vamo, vamos ser sério pessoal. Muito bem disse, disseram o pessoal das comunidades, pra empresas o lucro, para o exterior, pra usinas nucleares o yellow cake, o fosfato para o agronegócio, pra população local o rejeito, o lixo nuclear e a contaminação das suas águas.

Eu espero honestamente, honestamente, não tô fazendo nenhuma demagogia, honestamente, porque eu sei o que ser um servidor público num governo que desrespeita o servidor público todo dia, todo dia. Eu espero honestamente, não espero nada de vocês da empresa, de consultoria, nada, mas, eu espero honestamente que o IBAMA cumpra o seu dever.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

João, eu agradeço a confiança depositada em nós e, e tenho certeza que nós vamos fazer o nosso melhor pra fazer o melhor trabalho que a gente pode em relação a esse projeto. Eu gostaria de passar a palavra para o senhor Daniel de Paula para a sua manifestação oral.

Daniel de Paula -: Olá, boa noite a todos e a todas, sou Daniel de Paula, sou assessor parlamentar do vereador Gabriel Aguiar de Fortaleza e também sou estudante de biologia na UFC, trabalho com fauna e conservação. E eu gostaria ne, de fazer e trazer aqui algumas preocupações né, que a gente tem em relação as questões ambientais que vão afetar diretamente a população, as comunidades não é, e trazer aqui ao exemplo, porque a empresa que vai vir aqui se instalar em Santa Quitéria, mas, que nós vamos impedir, já tem uma vasta experiência em fazer coisa errada em fazer coisa ruim. Aqui eu tenho alguns, alguns dados né, que a gente fez um levantamento, que tá disponível na internet pra todo mundo ver. E aí o pessoal de Santa Quitéria, tem um bucado de gente aqui, empreendedor que acha que vai ganhar rios e rios de dinheiro, mas, não vai não.

A empresa, em dois mil e dose, sofreu ali um vazamento de cem mil litros de ácido sulfúrico. Nos anos dois mil cinco milhões de litros de licor de urânio transbordaram para o meio ambiente, o licor de urânio que eles mostraram agora no vídeo que eles conseguem separar bem bonitinho, mas só no vídeo. Dois mil e nove, vazamento de quarenta mil litros de licor de urânio. Dois mil e dez, tubulação se rompe despejando novecentos litros de licor de urânio no solo. São vários, são várias coisas aqui que a gente tem, que a gente trouxe né, de informação que tá aí disponível, mas, que nenhum, 5:59:50 falha no áudio, aqui apresentou, eles só apresenta a parte boa, que nem é boa. Mas, eu vou trazer aqui algumas perguntas né, que eu consegui formular aqui diante as falas.

Vocês falaram de uma rica fauna né, uma rica flora, mas não entraram em detalhes sobre quais são as espécies e tudo mais, isso foi uma fala de certa forma superficial. Mas vocês sabem, né, e foi até elencada aqui pela Cecília que existem espécies endêmicas, espécies ameaçadas de extinção, assim como espécies migratórias e aí a minha pergunta, o que vocês farão sobre essas espécies? As ameaçadas de extinção vão induzir logo para a extinção local e as espécies migratórias, vão deixar levar contaminação nuclear pra outros estados ou até mesmo outros países? É outra pergunta.

Vocês falaram que somos expostos a radiação todos os dias, o que é até verdade, mas existe uma diferença gigantesca que foi inclusive já colocada, e absurda entre a radiação não ionizante e a radiação ionizante e aí eu peço pra que seja colocado aqui, qual desses dois tipos de radiação será emitida tanto pela, por todo processo, como o professor Emerson colocou e aí eu coloco aqui essa outra pergunta. Vocês citaram ainda que os animais podem entre aspas, se ferir com o impacto na mina, por acaso vocês têm receio de assumir que serão mortos diretamente e indiretamente pela atividade da mina? E por último vocês citaram né, as rotas de transporte do urânio, mas como vão fazer, né, mesmo

pra evitar a contaminação nuclear durante todo esse transporte? Como vai ser feito esse processo?

A área de influência direta não deveria ser então bem maior já que afetaria toda a zona de transporte? Essas são as minhas perguntas.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Muito obrigado Daniel. Eu gostaria de chamar para a sua manifestação o senhor Luís Paulo da Associação Morrinhos.

Luís Paulo - Associação Morrinhos: Bom, eu vou ser o primeiro a desejar o bom dia, né, que já tamos no dia seguinte, o meu bom dia a todos e a todas, saudações a mesa, saudação maior as comunidades que se deslocaram, que estão vencendo o sono pra poder estar aqui, né, pra todas as entidades, dizer também que é isso que nos representa, é a agricultura familiar, é esse produto que saiu das comunidades pra estar aqui, certo?

É só uma colocação, não lembro agora quem falou que tinha ficado muito feliz porque as barragens de rejeito teriam sido sanadas, né, foi tirado as barragens de rejeito, não, foi tirado o nome, agora vai ser chamado lagoa, né, mas a função vai ser a mesma. Então assim, eu me apresento como professor, mas tenho muito orgulho de ter essa ligação da agricultura familiar, sou agricultor familiar também com muito orgulho, que é uma herança que vem de pai pra filho até chegar a minha pessoa que também vou repassar ao meu filho, né, essa ligação que nós temos com a terra, com a luta, só entende quem tem essa ligação com a terra, quem não tem nunca vai entender, vai sempre pensar que o capital está acima de tudo, né.

Então foi falado muito, não sei quantos milhões que vai gerar muitos empregos, agora imaginem, né, mais de quinhentas comunidades que ficam, quinhentas famílias, perdão, quinhentas famílias que ficam ali no entorno da jazida, cada família, não arrisco dizer, né, mas com certeza cada família produz mais de duas toneladas de alimentos entre milho, feijão, jerimum, melancia, o que a gente pode presenciar aqui. Agora imagine se a gente fosse comprar esse alimento? Como seria? Já teria morrido gente de fome, porque esse empreendimento não vem favorecer as famílias, se querem saber o valor real da terra, da produção pra gente, temos que imaginar o alimento que nós produzimos, é isso que coloca comida na nossa mesa de forma direta, certo?

Então assim, é uma preocupação das comunidades com certeza, é eu fico triste quando eu vejo pessoas dizendo assim, o povo não tem vez e não tem voz, vocês não podem, a gente tá provando o contrário. Se nós não tivéssemos vez e nem voz o PROJETO já teria vencido, né?

Então fica aqui essa minha fala, representação das comunidades que ficam ao que ficam do entorno, né, da comunidade, fica uma pergunta que eu acho que já foi até respondida, mas eu quero que a empresa responda. O Pedro falou muito bem, né, a pergunta é essa, quando não vai ser se acontecer, vai ser quando

acontecer. Quando as nossas terras tiverem contaminadas, as águas, né, a quem a gente recorrer, a quem a gente vai culpar?

O Pedrão respondeu que em Caetité tiveram diversos vazamentos, né, nenhum foram sanados, tá na justiça lutando e lutando e nada conseguiram, então a hora da gente parar esse dragão é agora, depois que ele acordar não adianta mais a gente tentar colocá-lo pra dormir.

Então fica aqui essa minha pergunta pra vocês responderem e também uma colocação, a empresa falou muito bem, caso vá acontecer alguma mudança na vida dos animais, né, dos pequenos animais, do calango que mora ali, da abelha, do pássaro, vão dar um jeito de deslocar e as comunidades, que ninguém falou? E relatam que não vai ter nenhum impacto, né, mas só voltando, quando acontecer a quem que a gente vai procurar? Pra fechar a minha fala porque eu sei que tem muita gente pra falar ainda, quando a empresa levar as comunidades a sério a gente pode levar esse PROJETO a sério, mas até lá, xô nuclear.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Muito obrigado senhor Luís Paulo. Eu chamo agora o senhor João Bosco Bastos, da Rádio Itataia. Não se encontra, senhor João Bosco?

João Bosco Bastos - Rádio Itataia: Uma hora da manhã, cansaço tá chegando, vou ser bastante rápido, muita gente conhece a minha voz, né, mas eu tenho o prazer de fazer um pequeno relato histórico, muito rápido.

É eu sou diretor da Rádio Itataia de Santa Quitéria, foi fundada pelo ex-prefeito Aroldo Martins, e o nome da nossa emissora é Rádio Itataia. Foi decidido na década de oitenta quando nós recebemos a concessão pelo um grupo de liderança de Santa Quitéria, Aroldo Martins, o Parente, Afonso Tavares todos eles tão no andar de cima, mas foi um nome que foi visto como futuro, como uma revolução, como a independência econômica, tudo que existia de bom foi visualizado neste nome. Então tá aí Rádio Itataia de Santa Quitéria, trinta e cinco anos a serviço do povo. E hoje nós recebemos uma aula, eu vim aqui pra apenas comparecer, mas estou extremamente realizado porque recebemos uma aula do que significa o, o, os indígenas, o que significa o espaço dos quilombolas, o que significa, é foi dado uma aula aqui pela professora da universidade e nós estamos visualizando apenas, eu visualizo apenas os papéis que nós temos. O papel do grande empreendedor que alimenta com fertilizante, um agronegócio, que contribui positivamente pra balança comercial brasileira, a soja, a exportação do agronegócio, alta produtividade do agronegócio no Brasil. Esse tem o seu papel de querer se libertar da importação de fertilizante. Nós temos o IBAMA, um papel preponderante que nos transmite confiança e que a gente acredita muito no IBAMA, né.

E nós temos o papel de pessoas que defendem o seu torrão natal. Não é brincadeira você chegar a cinco quilômetros, morar ali e ver a fundação como tá acontecendo, poços profundos, aquela movimentação. E chegou a pessoa muito humilde, a minha pessoa, eu comentei alguns momentos pela falta d'água do

açude Cerrote, que já foi bastante explorado aqui. Oitocentos e cinquenta metros cúbicos por hora, eu já fiz cálculo com a COGE, a coisa mudou, né.

Foi dito aqui que o açude Cerrote foi feito pra alimentar a mina. Mas já triplicou, já quadruplicou a quantidade de usuários que usa a água do açude Cerrote. Então o açude cerrote hoje tem duzentos e cinquenta, a projeção dele, a capacidade máxima, duzentos e cinquenta milhões de metros cúbicos, com todo esse inverno, com toda essa bonança, com toda essa grande precipitação pluviométrica, açude Cerrote não ultrapassou a cinquenta por cento.

Então é uma grande responsabilidade do papel daqueles que residem, daqueles que defendem, é sem nenhum radicalismo, sem por objeção, mas mostrando enfaticamente como fez o deputado João Alfredo e nós depositamos então em nome da Rádio Itataia, em nome de Rádio Comunitária do Hotelino, em nome do Marcelo Magalhães, em nome do Thiaguinho, em nome do toda a imprensa que a gente vem esclarecendo e vem, vem fazendo um trabalho de base pra que a população participe.

IBAMA de parabéns, foi um ensinamento pra nós e pra mim eu vejo os papeis muito bem definido. É o capital contra a exploração, é a exploração se rebelando contra o capital que utiliza a guerra pra dizer que nós não temos fertilizante por causa da guerra da Ucrânia, né.

E o fertilizante do mundo todo, ele ao terminar esta guerra que vai ter que ter um fim, volta à normalidade. Agora, a normalidade não volta quando nós teremos um risco grande e daí que tem que existir registrado em cartório, tem que existir a confiança que é um trabalho, é um trabalho gigantesco da empresa de convencer a população que é um bom negócio.

Pra finalizar, uma, uma reflexão, é bom o investimento, é ótimo, a circulação do dinheiro, a riqueza do município, o emprego, a renda, mas melhor mesmo é a nossa saúde. Obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado, senhor João Bosco, agradeço mais uma vez a confiança depositada na instituição que eu estou representando aqui e espero atuar à altura da confiança depositada. Eu chamo o senhor Antônio Édio, do Assentamento Morrinhos para fazer a sua manifestação.

Antônio Édio - Assentamento Morrinhos: Quero saudar uma boa noite a todos, bom dia né? Como o companheiro Luís Paulo já mencionou. Sim a minhas poucas palavra, né, é a minha resistência quanto comunidade entorno em menos de quatro quilômetros, da jazida de Itataia, né, e esse anseio ele causa de cento e cinquenta família que mora entorno. Tem comunidade que mora em menos de três quilômetros, quer dizer que essas pessoa ela tem que ter um estudo mais rigoroso, mas autêntico, né.

A consulta prévi, live, era pra ter acontecido já pra a vistoria dessas pessoas, as vidas que estão entorno, né, diferente de animais que estão dentro da área. Mas vida humana que tem que ser vista, né, como ator principal da história.

Nosso direitos humano tem que consultado para que a gente possa viabilizar todos os projetos, né, na vida acima de tudo. Queremos dizer que é melhor prevenir do que remediar, melhor consultar pessoa formal do que dizer que vai colocar médico em tudo, vai garantir saúde, vai garantir a água, né, em tudo.

E são pessoas resistentes na comunidade que sobrevive da agricultura, na pecuária, né, que se sente ameaçado e preconceito até para o próprio consumo, preconceito de venda de seus produtos, que mora entorno. São realidade de Caetité, né.

Quem quiser acessar a documentário Caetité vai conhecer tudo, toda a realidade. Empresa que deixou estrago em Caetité, minerar, vai minerar no Ceará, né.

E é isso que a população de Santa Quitéria tem que ser debatido, tem que ser de bom senso, pra que isso não aconteça, né.

O que tem lá em Caetité, estrago, não queremos para Santa Quitéria. Isso é que o povo luta, o povo luta com sua resistência pra que outras vez não podemos estar aqui com audiência novamente, porque não, não tem só os recursos sociais, mas os impactos, a vida humana que tem que ser a cima de tudo.

E eu queria formar aqui um ensaio com a turma, né, dizendo comigo: IBAMA não licencie, xô nuclear.

IBAMA não licencie, xô nuclear. O meu obrigado a todos.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Obrigado seu Antônio. Passando para a próxima manifestação, o senhor João da Cooperativa Agropac.

João - Cooperativa Agropac: Bom dia a todos. Tá de noite, mas tamos na parte da manhã. Pessoal eu tô vendo que vocês estão meio desanimados. Boa noite a todos.

Ele fala com o público e há manifestação.

João - Cooperativa Agropac: Ah, sim. Pessoal, é o seguinte, eu já vi muita pessoa se identificando aqui, já falou advogado, já falou professor, já falou, que todas as áreas já falou. E a área que realmente vai ser prodijicada tá, vai falar agora, um pouquinho. Eu sou um agricultor, filho de um agricultor e represento uma cooperativa.

O pessoal do, dos assentamento aqui do município de Santa Quitéria, tem muito assentamento e produzem nesse terreno de baixa, baixio que o pessoal chama,

na beirada dos rio. O que que a gente se preocupa? É porque tão falando muito em emprego, mas só que as pessoa que vão ser prodijicada já tem seu emprego. Tá trabalhando lá sossegado, no meu caso, eu me capacitei pra trabalhar organicamente e não é só eu não, eu não conheço ninguém aqui do município que trabalhe usando química pesada, tipo o que vai ter na mineração aí. Então esse produto vai sirvi pros grandes, lá fora no sul do país. Eu não vejo beneficiamento nenhum pra agricultura familiar aqui do município, aonde nós produz, tá aqui. O que nós produzi e se alimenta todo mundo é de isso aqui. Feijão, milho, jerimum conhecido, a negadas chamam abóbora, mas isso aqui pra nós é jerimum, mel. Pois é, aí eu como agricultor e representando uma cooperativa, sou conselheiro fiscal da Agropac, nós vende pras merendas escolar. Eu tenho uma preocupação grande, viu? E não é só eu, é porque, ó, da multidão que tinha aqui, um só tá se representando como agricultor.

Tem muitos agricultores no município, é mais de cinquenta por cento é só de agricultor e quero falar pra vocês, nós tamo predijicado, tá o pessoal da cidade também. Porque nós produzi lá, vende pra cidade. Vamos que tem um vazamento, se nós não tem aparelho nenhum pra medir a radiação, a radiação é invisível, o que é, aí nós contamina muita gente, samo contaminado. O que é que a empresa fala ou tem a responder prum agricultor tipo eu, representando os outros. O que que elas têm a responder pra mim se eu for contaminado, tiver minha área contaminada? Porque acontece, não existe mineração de urânio cem por cento sem ter perigo, não existe isso. Que a gente sabe, todo mundo sabe disso, que tem os risco.

Quem vai me danizar, que vai dar, sustentar minha família? A empresa vai fazer isso? Pois é, é isso pessoal, é o que eu tenho pra falar representando os agricultores do município de Santa Quitéria. Valeu.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado seu João. Eu gostaria de fazer uma devolutiva agora passando pro, pro CONSÓRCIO pedindo para eles abordarem especialmente essa questão do monitoramento da área da radioatividade na área.

Ricardo Lieutaud – Gerente INB: Senhor João de forma a dar o conforto e os esclarecimentos necessários ai em relação a contaminação de alimentos e aos controles, eu vou chamar aqui a Renata que vai fazer uma breve explicação de, dessas questões.

Renata- Superintendente de Projetos - INB: Boa noite, meu nome é Renata, sou superintendente de projetos da INB, e a pergunta do seu João é muito importante pra, pode ser a dúvida de muitas pessoas. Os produtos da região, as pessoas podem ficar tranquilas, não vai haver uma contaminação de produtos, não vai haver contaminação de água.

Há uma manifestação do público.

Renata- Superintendente de Projetos - INB: Sim, mas por que? Não adianta, não é só porque eu estou dizendo. Os dados têm que provar isso pra vocês. Então o que que nós vamos fazer? Antes de começar a operação os dados vão ser, a amostra vai ser coletadas e monitoras, o que que é isso? A gente vai pegar as amostras, fazer as análises em laboratório, pegar esses dados avaliar e enviar pro órgão, tanto IBAMA quanto a CNEM. Eles avaliam esses dados, certo?

Então eles comprovam que os dados estão corretos, depois esses dados são divulgados. Então a população tem que ficar segura de que os dados que vão ser gerados pela empresa, são validados pelos órgãos e depois divulgados, ok.

Então é isso que eu gostaria de dizer que todo o histórico de dados que vai ser gerado, eles vão mostrar que não há contaminação, não haverá contaminação de água, de solo, de ar e de produtos.

Há uma manifestação do público.

Renata- Superintendente de Projetos - INB: As análises elas são feitas antes de começar a operação, durante a operação e após a operação, porque aí a gente compara com o dado anterior e mostra que esses dados não vão ser alterados, ok?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado Renata pelo esclarecimento. Eu gostaria de chamar aqui a senhora Cecília Paiva do escritório Frei Tito.

Cecília Paiva - escritório Frei Tito: É, oi gente, bem cansada, né, aqui como todo mundo. Não é que eu sou um pouco mais alta, eu acho. (ela fala com alguém).

É primeiro me apresentar, me chamo Cecília, sou advogada do escritório Frei Tito de Alencar, nós somos um escritório vinculado à Comissão de Direitos Humanos, Assembleia Legislativa do Estado e primeiro fazer uma correção que na verdade a Assembleia Legislativa se manifestou pra estar na mesa de abertura e teve o pedido negado pelo IBAMA, certo?

É o deputado acredito que já foi embora, né, então é dizer que a gente participa ativamente desse procedimento e tenta sim estar presente, mas infelizmente nem sempre o IBAMA deixa.

É certo, sobre quando a gente coloca que a INB mente, meu povo, eu acho que é importante a gente pontuar o seguinte, as informações que têm no licenciamento são completamente insuficientes pra gente entender os impactos reais desse empreendimento. Então por isso que, por exemplo, na apresentação do pessoal da consultoria, a questão da radiação simplesmente não aparece, porque ela não está no licenciamento. Então não adianta o prefeito aqui da

cidade ter essa fé, essa fé esquizofrênica nesse licenciamento quando ele não vai ter essas respostas. Porque o licenciamento ambiental tá sendo completamente esvaziado. Porque a questão hídrica tá sendo tratada na, estadualmente pela adutora e a questão nuclear os estudos nem apresentados foram. Então assim, eu sei, vocês nem tem como ter dados porque eles ainda não foram feitos e ainda nem tem licenciamento propriamente dito com relação à questão nuclear. Então a gente tem um licenciamento ambiental que vai tratar gente, a gente tem um negócio nos impactos que fala, é, dos banheiros dos canteiros de obra, pra vocês terem noção de quão específico é. O impacto dos banheiros nos canteiros de obra. Mas a gente não tem o impacto da radiação em qualquer aspecto da vida das pessoas, isso é completamente absurdo.

Então assim, a gente coloca pro IBAMA, ah, vocês são órgão técnico, certo? Mas a tecnicidade estaria em vocês dizerem que não têm informações suficiente pra realizar uma audiência como essa, essa audiência não deveria estar sendo realizada e o IBAMA errou nisso, certo? E eu acho muito contraditório justamente uma pessoa que trata de, é dizendo que a gente foi imprudente em alguns tipos de termos, querer dizer que a questão da radiação está da mesma forma do que quando você pega, quebra blocos daquele, do urânio, brita, é a mesma exposição para as pessoas, assim, eu acho que é vocês quererem tratar as pessoas como tolas, certo?

Eu acho que assim, que vocês querem trazer questões técnicas sobre a questão de radiação, tragam. Porque eis a questão, não tem, não, não tem como ter licenciamento ambiental sem isso, tá certo?

Então isso é uma questão que nós do escritório estamos atuando ativamente junto aos órgãos de justiça. A preocupação sobre esse licenciamento não é só nossa, nós estamos sós, certo? E aí eu acho que vocês têm que se preparar melhor mesmo dentro do licenciamento pra isso.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Muito obrigado pela sua opinião Cecília. Eu gostaria de chamar senhora Germana Aragão, sindicato dos Servidores, pra fazer sua manifestação.

(alguém fala com ele ao fundo).

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Já foi? Lembrando gente só respondendo que cansou de esperar, cansados todos nós estamos, eu estou aqui lendo todas as manifestações, dando oportunidade pra que todo mundo possa se manifestar, inclusive a gente tem aqui um bocado de perguntas escritas que a gente tá fazendo uma triagem para verificar, grande maior parte delas já de alguma forma respondida e abordada aqui ao longo da audiência e a gente muito provavelmente vai optar por responder elas diretamente para as pessoas que apresentaram elas por escrito justamente para privilegiar aqueles que estão aqui presencial e se manifestaram pela vontade de fazer a sua pergunta, a sua manifestação de forma oral. Eu chamo agora a senhora Josi da cooperativa Agropac. Já foi também?

(alguém fala com ele ao fundo).

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Aqueles que já, já foram, eu agradeço se vocês realmente me passarem que a gente vai informar, aqui deixar registrado que a pessoa se inscreveu, mas que em virtude do horário a pessoa terminou indo embora. O senhor Erivam do MAM de Crateus.

Erivam - MAM de Crateus: Bom dia a todos e a todas. Primeiro eu queria dizer ao companheiro do IBAMA que a Audiência Pública deveria ser oito horas da manhã pra gente passar o dia todinho e o pessoal também aqui né, seria ótimo. Porque começar uma audiência quase oito horas da noite gente, significa dizer já deixar uma deixa pra o pessoal não participar até o final. Isso é uma reclamação que eu acho que a gente começou a fazer desde o princípio, né.

A segunda coisa, eu não queria nem falar isso, mas eu vou ter que falar gente, é o seguinte, comparar a radiação de uma banana, companheiro com a maior mina de urânio da América Latina, me desculpe, mas seus estudos poder estar super atravessados, você como representante da CNEM? Dizer uma besteira dessa aqui, pelo amor de Deus, vamos estudar mais um pouquinho, né?

Nós iremos entregar aqui o companheiro Rafael, depois vai entregar um parecer técnico de estudiosos e estudiosas da universidade Estadual Vale do Acaraú, da Universidade Federal do Ceara, da Universidade Estadual do Ceará também, que nós não temos nenhuma dúvida mais. Eu entrei nesse movimento aqui, tá com dez anos e eu já aprendi muito, inclusive com os outros e com as outras que foram me ensinado ao longo do tempo e pelas leituras que a gente vai fazendo dos artigos científicos que eu acredito que o senhor também lê. Mas simplesmente não expressa a realidade aqui pra todos e todas, não é?

Nós não temos mais nenhuma dúvida de que as comunidades camponesas que estão ao redor da mina, ao senhor presidente da mesa, nós não temos nenhuma dúvida que elas podem sim ser atingidas por um banho radioativo. E que essas pessoas ninguém falou aqui gente, e que essas pessoas podem sim adoecer de câncer. Os dados de Caetité não mentem. Caetité hoje na Bahia é uma das cidades de maior índice de cânceres naquelas comunidades camponesas da Bahia que eu tive oportunidade de ir lá pelo menos três vezes e conversei com os camponeses e com as camponesas. Elas conversaram comigo também. E não deixa eu mentir, gente. As pesquisas científicas da Fio Cruz, as pesquisas científicas de um instituto francês que veio fazer pesquisa lá, o Zirac constatam isso. E como é que a pessoa vem comparar aqui a radiação da maior mina da América latina com uma banana. É fazer a gente de tolo de fato, viu companheira, viu? Que me antecedeu aqui.

A segunda coisa que eu queria dizer é que esse processo como um todo do EIA/RIMA que tá sendo analisado aqui hoje, infelizmente não tão analisado, porque a gente tem pouco tempo de fala e etc.

Nós já derrotamos ele duas vezes gente, e aqui eu queria resgatar a fala da Juliane, que falou aqui primeiro. Nós derrotamos em dois mil e quatro, que inclusive senhor IBAMA em dois mil e quatro quem analisou foi a CEMACE, porque o CONSÓRCIO queria burlar a lei e dizer que o principal minério da mina de Itataia seria o fosfato e aí enviaram o estudo de impacto ambiental pra CEMACE e a CEMACE não pode fazer uma análise do urânio porque só a federação, no caso o IBAMA pode fazer isso, que tem competência pra isso. Perderam, o João Alfredo tá aqui pra comprovar, entrou-se com uma ação civil pública e caiu por terra a licença prévia inclusive já estava expedida. Mentirosos, mentirosos, mentiu uma vez a segunda vez, mentiram também, a partir de dois mil e dez começaram a fazer outro estudo de impacto ambiental, foi apresentado nesse local aqui em dois mil e quatorze, em dois mil e dezenove o IBAMA arquivou novamente, por dois motivos gente, inviabilidade hídrica. Aí o pessoal vem dizer aqui hoje que, não, mudou algumas coisinhas, mudou nada. Sabe por que que não mudou nada gente? Porque em três meses eles disseram que escreveram mais de quatro mil páginas. Foi um copia e cola, gente. Vocês sabem o que é copia e cola? Ctrl C e Ctrl V. Porque muitos das informações que têm nesse EIA/RIMA já estavam naquele de dois mil e quatorze. E a população de Santa Quitéria não pode se deixar enganar e aqui eu apelo também pro senhor IBAMA, pra dizer o seguinte, se vai se fazer uma análise séria eu não tenho dúvidas de que esse projeto vai ser arquivado novamente.

E pra gente ser de fato sério principalmente com as comunidades que são centenas de comunidades que estão no entorno da mina, esse projeto tem que ser arquivado. Vocês não falam de gente rapaz, vocês fala de empregos, vocês fala da quantidade que vai desenvolver não sei onde, mas não fala de gente. Não tem dinheiro no projeto Itataia que pague uma vida, gente. Imagine todas as, as vidas que estão nas comunidades do entorno. Então eu não tenho dúvida, eu não tenho dúvida de que esse projeto mais uma vez vai ser arquivado e se não for arquivado, eu também não tenho dúvida que poderá acontecer a maior injustiça hídrica que o Ceará já teve. Isso sem comparar o Complexo Industrial Portuário do Pecém, que também o pessoal sofre injustiça hídrica lá. Então nós não temos dúvidas, as comunidades também não têm dúvidas de que. Eu conheço aquelas comunidades, desde de dois mil e dez que eu ando por lá, Morradas, Queimadas, Saco do Belém que são assentamentos da reforma agrária. O assentamento Saco do Belém que não está inclusive na área de influência, ele está a cinco quilômetros da mina, lá existe pelo menos, trezentos e setenta famílias. E as pessoas virem dizer aqui, falar de uma comunidade, duas, três que pode ser impactada diretamente. Tem centenas de comunidades, vamos botar isso no papel e mandar pra lá, vamos botar isso no papel e aí a gente analisa de fato. Mas enquanto isso não dá pra gente dizer que o que está escrito no EIA/RIMA atualmente é uma mentira, é uma mentira. E eu não tenho dúvida que o IBAMA vai analisar isso com todos os cuidados, inclusive analisando o que nós temos pra entregar pra vocês também e não é pra complementar não, gente, porque o que está no papel não vale. Nós vamos apresentar argumentos pra dizer que esse projeto tem que ser estagnado desse território, Santa Quitéria pode viver de outras iniciativas econômicas e não só mineração, mineração desde de mil novecentos e setenta e seis, jamais. E pra finalizar gente, todas aquelas comunidades que estão no entorno da mina de Itataia que como eu já falei, são mais de centenas, e eu andei lá, por exemplo,

tem a maioria delas vivem de poços profundos e de águas de chuva que a pessoa capta no telhado que cai dentro de uma cisterna. E aqui eu queria dialogar com a radioatividade que infelizmente nesse estudo não tem dados. A companheira acabou de falar, não existe um estudo do impacto nuclear, cadê o estudo? Ele tá onde? Quando é que nós vamos analisar ele? Quando é que nós vamos começar a falar de radioatividade? Que pode, e aí é assim tem muita gente dizendo o seguinte, ah, mas agora não vai ter poeira não, não sei o que, gente, em Caetité tem poeira, chega na casa das pessoas e a mina é pelo menos quatro vezes menor do que a daqui. E aí vocês acha que uma mina a céu aberto não vai gerar poeira pra cair sobre as casas? Pra essa poeira inclusive radioativa cair dentro cisternas que as pessoas consomem diariamente essa água? Em Caetité é comprovado isso, foi lacrados poços artesianos, poços profundo como a gente chama aqui, que as pessoas consumiu e foram lacrados. Porque tem, na época tinha um alto índice de radioatividade. Aí a, chega aqui dizendo, ah não vai ter radioatividade, mostra esse filminho bonitinho das pessoas juntando dinheiro e não fala de radioatividade, é uma mentira isso gente. Nós temos que falar de radioatividade sim, e radioatividade mata, radioatividade adoece, radioatividade é um câncer na vida da sociedade. O programa nuclear brasileiro tem que ser extinto gente, ele não serve pra nada, pra nada e muito menos pro Ceará e muito menos pra Santa Quitéria. Muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Nós que agradecemos sua manifestação senhor Erisvam e eu chamo agora a senhora Rossana.

Rossana: Boa noite! Eu ia dizer boa noite, mas primeiro a gente tem que dizer, bom dia. Bom dia pras comunidades que tiveram a coragem de sair de seus lugares e ainda permanecerem aqui, né, porque quem vem de Morrinhos, quem vem lá de Queimadas sabe o quanto tá difícil trafegar nessas estradas de barro depois desse período de chuva, né, então todas essas comunidades que estiveram aqui, que tiveram algumas que saíram, tava o assentamento Grossas, assentamento Nova Brasília, assentamento Morrinhos, Queimadas, todas essas comunidades de assentamentos estavam em Santa Quitéria e Santa Quitéria é um dos municípios que tem mais assentamento de reforma agrária, são vinte e três federais e nove estaduais.

Então todas essas comunidades, elas sobrevivem do que a agricultura produz sem precisar do agrotóxico, não vai precisar desse fosfato que vai ser explorado, que se diz que vai ser explorado nessa mina de Itataia. Por que? Porque os pre, os agricultores sabem a importância que tem de cultivar a terra, de respeita a mãe natureza como se deve ser, né.

E assim, falar desse empreendimento como ex-prefeito de Santa Quitéria falou e frisou tão enfaticamente que eu pensei que ele ia dar até um troço, né, que, com tanta raiva que ele tava dentro dele. De que faz tempo que tá se tentando explorar e quando João Bosco Bastos veio falar aqui, fez aquela história da rádio Itataia, eu me levantei e fui parabe, ô, prabenizá-lo não, dizer no ouvido dele que ele troque o nome da rádio Itataia, né.

E assim, é nós de Santa Quitéria, sou filha de Santa Quitéria e tenho muito orgulho de ser filha de Santa Quitéria e filha de agricultores, né, morei nas comunidades. Hoje moro na cidade porque meu pai dizia que não queria que a gente fosse criado sem saber ler. Porque a pior cego é aquele que não sabe ler, aquele que não tem estudo, aquele que não tem uma consciência crítica pra saber discernir o que tá sendo apresentado aqui. Porque quando começaram essas falas, principalmente quando essa, teve uma mulher aqui que foi falar aqui da, do, não sei se foi da radiação, não sei como foi, eu fiquei pensando aqui, será que eles pensam que nós somos abastados, né? Porque da raiva de ouvir tanta mentira, é muita mentira pra gente tentar engolir e eles tentarem fazer com que a gente acredite, meu povo é triste. É triste também a gente vê também as, as pessoas, as autoridades Santa Quitéria, cadê? Já foram embora.

A maioria das pessoas que tão aqui, eu acho que eu nunca vi na vida, né. Há os outros que nós temos aqui são as comunidades, mas os que ficaram aqui não nos representa, né.

Há uma manifestação do público.

Não, eu tô falando das pessoas aqui, que estavam antes aqui defendendo esse Projeto e como o Erivam falou infelizmente essa audiência de ser colocada nesse horário é muito crítico, as pessoas não podem participar, é muito difícil a participação, por que? Quem vem do interior, quem vai se deslocar voltar lá para o Morrinhos? O perigo de vida que estão correndo, né.

E assim, é quando se falou aqui na questão da Audiência Pública, que ela desobedeceu a não ter feito a consulta prévia nas comunidades, eu me lembrei aqui que foram respondido, né, essa questão dizendo que as reuniões que estiveram com o conselho municipal de Santa Quitéria que tinha vinte e uma pessoas, lá no assento, assentamento Morrinhos tinha vinte e nove, Queimadas dezesseis, Saco do Belém vinte e seis, olha aí, Saco do Belém vinte e seis, uma comunidade que tem mais de trezentos pessoas, Câmara dos dirigentes da CDL, trinta participantes e em síntese, houve trezentos e noventa e sete pessoas participando dessas reuniões que eles acharam que isso seria a consulta prévia. E eu pergunto isso foi consulta prévia? Nós no nosso município em dois mil e vinte pelo IBGE diz que nós temos quarenta e três mil setecentos e onze habitantes, onde é que trezentos e noventa e sete pessoas nos representam, né?

E mais assim, outra coisa que eu fico a pensar quando se fala na água. Já foi muito falado sobre isso, debatido, a questão, nós vivemos no semiárido, nós aqui de Santa Quitéria, tem dias que falta águas nas torneiras. Esse ano o açude não pegou quase água e aí o açude do Edson Queiroz eu sempre sabia que esse açude tinha sido feito pra extração dessa mina, o ex-prefeito de Santa Quitéria em alto e bom tom disse com veemência que ele tinha sido feito pra ser usado na exploração da mina urânio, e nós? Nós vamos beber da onde? Vamos morrer de sede, todo mundo, com certeza. Porque como já foi dito aqui, quando essa mina começar a ser explorada a água ela vai primeiro lugar pra mina, não vai ser pra nós e nós que somos gente, somos pessoas, a gente tem que ter essa

capacidade de não nos calar diante das adversidades, diante do que estão tentando impor pra nós.

A gente tem que ter essa convicção de lutar e não desistir, não desistir, porque só a gente lutando, a gente não, vai conseguir barrar esse empreendimento. Se passar, eu tenho certeza que nas comunidades nós somos capazes de nos reunir e fazer manifestações pra impedir que esse empreendimento, ele vá à frente. Tchau, avante.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Muito obrigado pela sua manifestação senhora Rossana. Eu esclareço tanto pra senhora quanto pro seu Erisvam de que é vontade do IBAMA de inovar dentro do que a legislação permite em relação as audiências públicas, mas em geral o que nós temos é uma problemática de que realizar a audiências públicas em horário comercial é, impede que as pessoas participem por cumprir jornadas de trabalho, né, e seus outros afazeres.

E por isso, se sempre se privilegia o horário da noite que seria em tese o horário que as pessoas têm livre pra poder participar e infelizmente ou felizmente né, esse projeto, é um projeto bastante polêmico que atrai bastante atenção e polarização, termina tendo uma grande participação das pessoas a ai é inevitável que a gente termine estendendo a audiência por um tempo bastante grande e aí é natural também que as pessoas terminem também se ausentando principalmente no final d audiência por conta do horário avançado.

Mas é ideia do IBAMA e isso vem sendo discutido da gente inovar e trazer novas ideias de como fazer a audiência de uma forma que possa atender a população nos mais variados horários, principalmente no sentido de esclarecer sobre os dados que são apresentados no EIA, sem deixar de atender a esse formato de audiência pública onde as pessoas podem vir se manifestar e a gente responder as perguntas encaminhadas. Mas isso ainda está em discussão e não é uma coisa fácil de se resolver.

Eu queria chamar o senhor Chagas Mesquita, ex-prefeito pra fazer a sua manifestação.

Acredito que já tenha ido.

Senhor Arilson da AACE. (ele fala com alguém).

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Agradeço a informação. Senhora Iara das Dunas.

Iara das Dunas: Boa noite gente. Bom dia, né, na verdade. Me apresentar, sou a Iara das Dunas né, mas enfim, é um nome de guerra, de luta. Sou assessora também parlamentar, né, assessora do vereador Gabriel Aguiar que também já justificando não pôde estar aqui por questão de agendas em Fortaleza. Mas estamos aqui fazendo essa representação.

Queria saudar a mesa, né, os presentes, articulação, né e todas, e todos os povos que aqui se encontram ainda mesmo num horário tão avançado, né, enfim,

estamos todos cansados, cansadas, né, o horário realmente é bem complicado e enfim, vamos resistir até o fim, né, meu povo?

Eu queria colocar, né, que a literatura científica ela é bem ampla, né, e ela informa sim, de forma farta que a energia emitida pela cadeia de decaimento do urânio altera as células vivas e essas células vivas, né, que somos nós, ela ocasiona um efeito, né, no nosso corpo e o que é isso?

É câncer gente, é câncer sim, né, e não só isso, significa aborto, é mal formação congênitas, depressão do sistema imunológico, leucemia e vários outros tipos de câncer, não é.

Além de um retardo físico e mental, né, que afeta sobretudo as crianças, porque essas crianças elas são sim quarenta vezes mais sensível em relação aos danos desses contaminantes, né.

Nós que somos de Fortaleza e aí já, acho, já ratificando né, mas, me senti muito contemplada na fala da, da atual vereadora Louise Santana, porque que a gente lá de Fortaleza está preocupado e preocupadas com esse projeto né, é, esse projeto ele não afeta só Santa Quitéria não é, não só Itatira e não só os outros municípios da região, mas, também todo o, o, o percurso né, com o transporte desse, desse, desse minério radioativo, então existem né inclusive vários riscos no que tange a questão do próprio transporte desse, desse minério radioativo e que nos preocupa bastante, nos preocupa bastante.

E falando desse questão né, também de, de, como foi colocada aqui, a questão econômica do local né, aqui em Santa Quitéria né, sobretudo, e nos municípios vizinhos, Itatira, Madalena, Canindé e outros muitos que serão atingidos não é, a situação é bem dramática né, acho que o termo é bem dramático mesmo e aqui eu gostaria inclusive de colocar uma questão que foi colocada pela mesa e pela empresa, sobre a ética não é, que ética seria essa né, de desconsiderar centenas de povos né, que es, que serão diretamente atingidos por esse projeto né, de destruição? E não considerar né, como a Renata já tinha, havia colocado vários povos que estão no raio de influência do projeto, inclusive de influência direta né, são os assentamentos, vamos chamar aqui de os assentamentos, são vinte e sete projetos de assentamento né, que estão localizado dentro dessa área de influência direta sendo, quatro de Itatira né, e vinte e três de Santa Quitéria. Essas, e essas populações né, elas vem manter viva né, a tradição da agricultura familiar não é, e elas que realmente são as pessoas que respeitam o meio ambiente não é.

Bom, e aí voltando aqui pra questão econômica né, de novo. Além dos pro, dos povos tradicionais existem vários outros né, de, de, distintos onde as populações é, fazem um comércio né, de produtos de agricultura familiar e geram, o que geram um trabalho digno não é, pra essas famílias e que são as principais fontes né, e as mais importantes fontes de renda e aí eu coloco aqui né, são oitenta e se, são oitenta por cento né, em comércios rurais de Itatira, de Itatira e setenta e sete por cento em Santa Quitéria que inclusive eles podem ter o impacto negativo com um empreendimento nessas áreas né, porque, vamos lá, é uma pergunta né, você companheiro, companheira compraria produtos produzidos dentro de cidades que você sabe que pode influenciar, que pode ter é, é, é, a

influência radi, di, uma influência radioativa? Essa é uma pergunta não é, que eu deixei aí pra gente refletir.

A gente, isso é uma questão muito grave né, porque afeta diretamente a, a economia local dessas pessoas. O seu pequeno comércio né, assim senhora Maria né, que empreende na, nessas cidades, pode ter sim o seu empreendimento impactado de forma negativa com a presença de um empreendimento desse.

É isso gente é, a, a última coisa que eu queria colocar é que a gente tem um contexto de mudanças climáticas né, nós estamos em emergência climáticas, como já foi falado aqui né, isso não é coisa tirada da nossa cabeça não é, é algo que a gente está vendo e sentindo na pele. A minha geração fica impactada não é, com, com a destruição né, que esse capital está realizando no nosso planeta e com a nossa vida né, inclusive prejudicando o futuro das gerações não é, e de outras gerações, do seu filho, do seu neto, do seu bisneto.

Então é isso eu queria colocar isso daqui, pra vocês poderem refletir né, e, e, pensarem é, até que ponto essa ética é colocada né, e é maleável quando se fala em projetos de destruição e projetos que possam fazer um, um, um futuro melhor, uma geração melhor de, de, de, enfim, é isso pessoal, obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Muito obrigado senhora Iara. Eu chamo a senhora Sara, Jovens Pelo Clima.

Sara – Jovens Pelo Clima: Bom dia a todos e a todas. É, eu quero pontuar aqui uma questão que não foi citada em nenhuma das falas das empresas durante a audiência pública, que não está também no relatório de impacto ao meio ambiente, somente no impacto, somente no EIA, que é a queima do coque de petróleo. Pra quem não sabe e não tá por dentro, porque enfim, isso não foi nem informado as pessoas é, a mineradora, as minas pretendem queimar coque de petróleo que que é um combustível extremamente sujo que ele vem dos restos de petróleo, pra geração de energia pra alimentar a mineração. E nessa queima de coque de petróleo vão ser emitidos dois gases que são uns dos principais gases de efeito estufa que é o CO₂, dióxido de carbono, e o M₂O, que o óxido nitroso, e o óxido nitroso inclusive ele tem um potencial de duzentos e sessenta e cinco vezes mais de aquecimento do que o CO₂. Então a gente percebe entre inúmeras coisas que foi abordada aqui com relação a mineração que também a mineração é inimiga do clima, que o PROJETO SANTA QUITÉRIA é inimigo do clima, porque atualmente os discursões giram em torno da gente reduzir as emissões dos gases de efeito estufa, a gente vive num cenário.

O MICROFONE PARA DE FUNCIONAR – Sara retoma a fala do ponto em que estava.

Pronto. Então continuando, a gente vive num cenário de emergência climática, então não dá pra continuar investindo em projetos que comprometem o presente e o futuro das gerações, não dá pra gente contribuir ainda com um projetos que emitem quantidades exorbitantes de gases de efeito estufa, sendo que a gente vive aqui no Ceará em uma das regiões que são as mais, é uma das regiões mais vulneráveis as mudanças climáticas, e como consequência a gente vai ter eventos extremos, cada vez mais frequentes como secas, como ondas de calor, a disponibilidade hídrica vai diminuir e não vão ser vocês por exemplo da INB e da Galvani que vão sentir esses impactos, não vão ser vocês.

Todo o mundo vai sentir esses impactos, mas, uns vão sentir mais rapidamente do que outros. Muitos já atualmente sentem esses impactos, como é o caso das pessoas que moram em Santa Quitéria e que moram no semiárido do Ceará. Então isso é inadmissível do ponto de vista climático.

De acordo com o painel intergovernamental de mudanças climáticas IPCC, os próximos três anos vão ser cruciais pra que a gente consiga diminuir as nossas emissões em até cinquenta por cento em dois mil e trinta.

Foi apresentado aqui no início das audiências que o empreendimento tá comprometido com o desenvolvimento sustentável até dois mil e trinta, isso é uma mentira, porque dois mil e trinta é daqui há oito anos, daqui a oito anos a gente precisa reduzir as emissões em cinquenta por cento e com a queima do coque de petróleo as emissões do Ceará podem aumentar de dois a três por cento.

Então são informações, são ações incompatíveis, são coisas que não tem lógica e a gente percebe isso, porque a gente não é ignorante, a gente é informado, a gente lê, a gente estuda, a gente pesquisa, então a gente sabe o que a gente tá falando.

Então a mineração vai contra, vai na contramão do mundo, vai na contramão dos acordos internacionais, vai na contramão da política nacional de mudanças climáticas, na contramão da política estadual de mudanças climáticas. Então, além de tudo que já foi citado aqui ela ainda é um absurdo nesse ponto.

E aí eu quero trazer mais uma indignação, que a noite inteira a gente passou aqui escutando inúmeras informações falsas, inúmeras, omissão de informações e a gente tá falando aqui pessoal é de vida, é de pessoas e também isso impacta a vida de vocês que querem aprovar esse projeto, voc, a, ninguém aqui come minério, ninguém aqui se alimenta de dinheiro, ninguém aqui respira e nem bebe dinheiro, nem minério ou pelo menos não deveria né?

Então, todo mundo aqui vai ser impactado por isso, e a gente precisa, vocês precisam ter responsabilidade sobre isso, são vidas, a gente tá falando sobre vidas, a gente tá falando sobre vidas que vão ser reduzidas e que vão ser impactadas pelo câncer, a gente tá falando de pessoas que vão sofrer de câncer e que vão morrer antes por causa de um empreendimento que vocês querem aprovar, então isso é inadmissível, isso vai contra todos os direitos humanos, isso vai contra em inúmeras legislações, então é inadmissível em todos os pontos, inclusive do ponto de vista climático e como eu reforço aqui, não foi em

nenhum momento abordado, mas que consta no estudo de impacto ambiental, e é isso, obrigada.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Obrigado senhora Sara. Eu gostaria de passar a palavra pro consórcio pra abordar que de fato é a primeira vez ao longo que, que é, que apareceu o questionamento a respeito da queima do coque e eu gostaria que fosse abordado.

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: Eu gostaria de só fazer um primeiro comentário em relação ao mencionado pelo Erivan né, do, do MAM. Definitivamente não é um projeto que nós podemos falar que, como mencionado é um, no, no rito de, de estudo do EIA/RIMA seja um control C, control V. E porque não? Porque o projeto utilizou toda a informação passada e adicionou novos estudos. A estrutura do projeto é diferente, as recuperações dos produtos são diferentes, o estudo e o adicional trazido pela TETRAMAIS mostra u, uma preocupação e um estudo realmente diferente do anterior.

Pra mencionar em relação as questões de radioatividade e radioproteção eu vou pedir para o Hector Hugo fazer alguns comentários é, genéricos gerais, específicos até se for caso é, sobre essas questões relacionadas ao, a radioproteção e também em relação as águas.

E em relação ao transporte, eu já também adiciono um comentário. O transporte do concentrado de urânio seja em qual projeto for ele é feito é, seguindo uma norma absolutamente definida, com todo cuidado e com todo acompanhamento, então é imobilizado um time enorme de, de pessoas de entidades que acompanham esse transporte. Então eu vou passar pro Hector Hugo pra complementar.

Hector Hugo – Consultoria: Bom dia eu sou Héctor Hugo, atuo como gerente de radioproteção, meio ambiente e segurança na unidade da INB em Caetité. Então foram alguns, foram levantados muitos pontos e eu sai anotando pra né, se, se fosse necessária a nossa contribuição. Vou citar pontualmente algumas falas que foram ditas, porque a gente não tem suficiente pra discorrer sobre todas elas.

Não há poços contaminados na região de Caetité, existem poços que a concentração de urânio e de outros elementos radioativos estão acima do legislado, isso é fato não é, Caetité é uma província uranífera, existe lá um quadrilátero de vinte por trinta quilômetros onde as concentrações de urânio são naturalmente maiores do que em outras regiões onde não há esse mineral, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto, sobre os efeitos da radiação no corpo humano, a radiação causa câncer, a, alguém falou sobre a depressão imunidade das pessoas, principalmente em crianças, a radiação realmente ela é um dos motivos da causa de câncer quando há uma exposição inadequada, os outros efeitos que foram

citados né, como depressão no tecido homa, homa, hematopoiético, série de plaquetas, e diminuição da, da imunidade, esses efeitos são pra doses muito altas de radiação, nós na mineração de urânio nós não temos essas doses, então não é possível ser atingir esses efeitos com as doses que são praticadas.

E sobre o câncer né, que, que é um, uma narrativa que sempre chega até a gente, foram citados alguns estudos, nós também temos conhecimentos desses estudos né, a FIOCRUZ fez um estudo entre dois mil e oito e dois mil e trezes, durante cinco anos, com bases do SUS e o estudo ele não conseguiu definir nexos causais da atividade de mineração em Caetité com o aumento dos casos de câncer e de mortes por câncer naquela região.

Acho que eu, bem é isso, basicamente um resumo do, dos pontos que foram abordados. Obrigado.

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: É, eu vou passar pro Laurence nosso gerente de engenharia pra ele comentar um pouco sobre as emissões atmosféricas e os controles da nossa unidade de calcinação a onde vai ser utilizado o coque.

Laurence – Galvani: Boa noite meu nome é Laurence, sou responsável pelos processos industriais pela Galvani.

A nossa ideia com relação ao coque de petróleo é realmente poder gerar energia suficiente pra que nós possamos processar o concentrado é, de, de fosfato, que tem uma presença grande de carbonato e depois esses carbonatos vão ser recuperados na forma de carbonato de cálcio purificado. Isso deve ser uma forma de, de mitigação de CO₂, outras formas de mitigação de, de emissão de CO₂ é alternativas com relação a utilização de combustíveis alternativos ou uma forma híbrida, híbrida de, de consumo de, diminuindo de forma gradativa o uso do coque no queimador desses fornos calcinadores. Então essas são as iniciativas iniciais que nós temos pro, com relação ao coque de petróleo. Eu devolvo a palavra pro, pro Rafael.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Agradeço Laurence, agradeço Rafael. É, pro último bloco de perguntas de manifestações orais eu vou chamar o senhor Rafael Melo, da Universidade Federal.

Rafael Melo – Universidade Federal: Boa noite a todas, a todos a todas, bom dia já né? Vou também fazer essa dobradinha aqui me dirigindo a mesa saudando.

MICROFONE PAROU -

Rafael Melo – Universidade Federal: Deu certo, obrigado. É, também a todos, todas presentes. Meu nome é Rafael Melo, eu sou biólogo, sou pesquisador do

Núcleo Trabalho, Saúde e Ambiente da Universidade Federal do Ceará, do Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Universidade Federal do Ceará e também do Painel Acadêmico Sobre os Riscos da Mineração de Urânio e Fosfato no Ceará, e venho aqui em nome deste painel acadêmico que solicitou através de ofício enviado pela Assembleia Legislativa do Ceará, na, através do seu escritório Frei Tito de Direitos Humanos solicitou presença na mesa para apresentar o seu estudo.

Nós também nos debruçamos desde o termo de referência apontando necessidade de complementações ao termo de referência que embasou o atual Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente e novamente apresentamos um parecer técnico sobre as insuficiências e as omissões que constatamos a partir da análise do Estudo de Impacto Ambiental e do Relato, do RIMA.

Estamos aqui para protocolar neste momento, para subsidiar a análise técnica feita pelo IBAMA, estamos também com cópias deste parecer para a representantes do Ministério Público Federal, representantes da Defensoria Pública da União, a representantes das prefeituras municipais de Santa Quitéria, Itatira e Canindé, então tenho aqui todas as cópias, caso estejam presentes, por favor venham ao encontro pra que a gente possa fazer oficialmente essa, essa apresentação e essa entrega.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Rafael, desculpa eu te interromper.

Rafael Melo – Universidade Federal: Tudo bem.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Mas, só, esse estudo é o mesmo que já foi protocolado via sistema SEI e junto ao IBAMA?

Rafael Melo – Universidade Federal: Não Régis, esse estudo é completamente novo, ele analisa o Estudo de Impacto Ambiental e o RIMA, nas suas insuficiências e omissões.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Tá ok. É porque eu tinha a impressão que a gente já tinha uma, uma cópia desse estudo no processo e aí eu ia abdicar da gente estar recebendo ele agora. Mas, daí eu vou pedir que a minha equipe pegue uma cópia pra gente depois inserir no, junto ao processo de licenciamento.

Rafael Melo – Universidade Federal: Perfeito. Nesse estudo nós apresentamos a partir do trabalho de uma equipe interdisciplinar reunindo profissionais das

diferentes áreas do conhecimento, professores e professoras pesquisadores e pesquisadoras, um estudo sobre principalmente né, um foco muito grande na dimensão dos impactos potenciais a saúde humana, um estudo sobre a insuficiência da caracterização do meio socioeconômico, do meio biótico, dados aqui apresentados também por companheiros, companheiras, pesquisadores, pesquisadoras que me antecederam. Temos também uma análise sobre a ausência de consulta prévia livre e informada, argumentando a partir dos textos jurídicos a irregularidade da realização das audiências e os impactos sobre as águas que esse projeto oferece, seus potenciais impactos.

E aí, trouxe aqui junto comigo também um CD em que nós anexamos uma série de estudos que embasam todos os nossos estudos, aqueles mais importantes estão dentro desse CD, também cópias impressas que vamos entregar nesse momento para o IBAMA, e dentro das cópias impressas da discussão que nós tivemos aqui percebo a importância dela né, dela e de algumas delas. E aí eu vou destacar alguns pontos mais importantes dialogando com falas que surgiram aqui durante esta audiência pública.

Primeiro a respeito da questão da relação entre radiação, exposição as radiações ionizantes e o câncer, infelizmente, não a palavra não é infelizmente né, e também não é imprudência, ou é imperícia, ou é má fé, e essa questão da boa-fé é importante para a relação CNEN, IBAMA, porque se não houver boa-fé desta relação CNEN, IBAMA, como fornecer um parecer que subsidie a análise do IBAMA na relação do impacto ambiental? A CNEN fica prejudicada em relação a isso. Porque nós temos a partir de dados da Agência Internacional de Pesquisa Sobre o Câncer, a IARC, que fez uma revisão a partir de um grupo de cento e sessenta cientistas de estudos, revisões sistemáticas e periódicas de todo o mundo e ela elabora monografias em que são definidos cinco grupos de carcinogênicos, esses cinco grupos são distribuídos desde carcinogênicos para humanos com evidências suficientes até aqueles que provavelmente não são carcinogênicos para humanos e nós temos dentro dessa tabela da IARC a radiação Gama, e a localização dos distintos tipos de câncer provocados por essa radiação, a radiação Alfa, a radiação Beta instal, depositada internamente nos tecidos, nós vamos ter também uma portaria interministerial do ministério da saúde.

FALA AFASTADO DO MICROFONE – Sem captação clara.

Rafael Melo – Universidade Federal: Do ministério da

FALHA NO MICROFONE.

Rafael Melo – Universidade Federal: Do Trabalho e Emprego e da Previdência Social, a portaria número 9 de 7 de outubro de 2014. E esta portaria apresenta uma relação de agentes confirmados como carcinogênicos para humanos, e nesta portaria o que que nós temos? Radiações X e Gama, o Rádio 226 e seus produtos e decaimentos, Radionuclídeos emissores de partícula Alfa e Radionuclídeos emissores de partícula Beta internamente depositados dentre outros que estão correlacionados com as, as séries de decaimento natural tanto

do urô, urânio quanto do tório, que teremos em maiores concentrações nessa jazida.

Então, referir aqui que não há uma relação entre exposição à radiação ionizante e câncer, trata-se de uma questão de imperícia, se a gente olha para a prática usual da INB, inclusive dentro deste processo de licenciamento, vou retomar aqui um documento enviado pela INB para o IBAMA neste, no curso deste licenciamento. É o ofício que está localizado pelo SEI-10205890, esta, e foi re, mencionado na nota técnica de número 2 de 2021 da COMIP/DILIC. E nesta nota técnica o que é que nós identificamos? A INB afirma par ao IBAMA. É importante observar que na atividade de mineração do PROJETO SANTA QUITÉRIA tanto o indivíduo ocupaci, o ocupacionalmente exposto como indivíduo do público, das comunidades, do entorno entre parênteses, estarão somente submetidos aos níveis de radiação natural aqueles das rochas expostas na natureza, fecha parênteses.

E aí a gente tem uma questão básica definida pela própria CNEN nas diretrizes básicas de radioproteção, de proteção radiológica, me desculpem, a CNEN NN-301 e que ela coloca dentre as suas definições básicas a necessidade de definir com clareza o que é a exposição ambiental natural local, o que é uma exposição derivada de um processo produtivo, chamada de exposição normal, o que é uma exposição ocupacional, o que é uma exposição potencial, cujo a ocorrência não pode ser prevista com certeza, mas, que pode resultar de um acidente envolvendo diretamente a fonte de irradiação. Porque que eu cito isso? Porque constantemente na análise, e nós nos debruçamos sobre os histórico das indústrias nucleares no Brasil, tanto em Caetité como em Poços de Caldas nós observamos um tanto crucial que traz uma grande dificuldade para o paradigma da gestão ambiental dos riscos, que é a indistinção entre o que é a radiação na natural do ambiente e o que é aquela radiação provocada pelas operações. Na medida que você não distingue o que é o acréscimo produzido a partir da operação do empreendimento você invisibiliza as contribuições que estão colocadas ali a partir do empreendimento e desresponsabiliza, isso para a INB é muito interessante, para os indivíduos do público, que são expostos sem obter né, sem as devidas proteções, é um péssimo negócio, e aí me encaminhando pra finalizar. Dentro dessa pasta da proteção radiológica em nosso parecer destacamos que, embora a proteção radiológica historicamente ela tenha um viés mais voltado para a proteção dos seres hu.

FALHA NO MICROFONE.

Rafael Melo – Universidade Federal: Dos seres humanos, tem já sido acumulado dentro é, de diferentes órgãos, inclusive dentro da, da CNEN a gente tem uma parte importante de rádio ecologia, os estudos sobre impacto radiológico sobre a biota, a medida que a gente tem emissões desses pro, dos processos produtivos né, tanto da, das minerações e produções de fosfato, como daquelas do ciclo do combustível nuclear envolvendo urânio, a gente vai ter emissões e isso interfere sobre a radiação ambiental e pode prejudicar a biota, nós não vemos nesse estudo nada sobre como que essa radiação emitida para o ambiente vai prejudicar a biota não humana, e porque não vemos isso? Porque há aqui uma fraude técnica. Sem apresentar dados sobre a eficiência dos

sistemas de controle das emissões, sem apresentar estudos sobre como que essas tec, tecnologias apresentadas como capazes de controlar as emissões produzidas pelo processo produtivo né, sem apresentar os métodos, as avaliações, os graus de incerteza que estão envolvidos neles as emissões, não ocorrerão emissões atmosféricas, isso é uma fraude.

Esse processo vai ocorrer, porque diz a consultoria que ele ocorrerá sem emissões de radiação para o ambiente né.

E aí para finalizar quero trazer um ponto que traz, que é muito importante pra gente, que foi colocado aqui também e que diz respeito a questão das lagoas né.

As alterações no processo produtivo entre o projeto apresentado em dois mil, em dois mil e catorze e este atual projeto né, eles trazem uma alteração com relação a barragem de rejeitos, se o anterior apresentava pilha de estéril, pilha de fosfogesso e barragem de rejeitos, como os principais depósitos de rejeitos do processo produtivo, o atual apresenta não só as pilhas de fosfogesso e cal, a de pilha de fosfogesso, mas, ao invés de eliminar e resolver esse problema da barragem de rejeitos por completo ele traz um incremento de cinco lagoas de coletas de efluentes líquidos e drenagem pluvial contaminada, segundo o que diz a TETRAMAIS, esse é o volume um do Estudo de Impacto Ambiental, página duzentos e um.

Então é, é equivocado afirmar que a barragem de rejeitos foi eliminada por completo, porque a gente tem uma fragmentação desses rejeitos em cinco lagoas e essas cinco lagoas sofrem com.

FALHA NO MICROFONE.

Rafael Melo – Universidade Federal: De dispersão de contaminantes e isso precisa ser evidenciado dentro do Estudo de Impacto Ambiental, e aí elas não estão completamente protegidas entre a Serra do Céu e a Serra da Laranjeira, formações geológicas com plano de cotas com mais de mil metros de altitude né, porque aí está localizada uma região em que a gente tem fortes possibilidades no cenário de mudanças climáticas de eventos extremos, de carreamento de sedimentos de fortes vazões sobre esse relevo, sobre a estrutura da pilha de fosfogesso e fortes possibilidades de extravasamento dessas lagoas de captação.

Todos os dados que nós apresentamos aqui como críticas consolidados dentro desse parecer técnico que nós gostaríamos de protocolar agora e que este IBAMA na análise do Estudo de Impacto Ambiental que discutimos nesta noite possa levar em consideração também este parecer técnico, muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa: Rafael é, embora a gente vá receber o documento eu peço que ele também seja protocolado via, no formato digital, via sistema SEI, tá certo?

VOZES AO FUNDO SEM CAPTAÇÃO CLARA.

Gente com licença, eu queria aproveitar o momento pra protocolar também os requerimentos de várias comunidades e povos originários com relação a consulta livre, prévia e informada, tá bom?

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Dando prosseguimento, chamo a senhora Naiane Araújo.

Naiane Araújo - : Show. Tá dando pra me ouvir? Bom dia.

RESPOSTA DO PÚBLICO – Bom dia.

Naiane Araújo -: Porque não é mais boa noite né? Já são quase, deixa eu ver, duas e meia da manhã? Duas e vinte e cinco, se estendemos pra caramba? Bom, mas, por um lado é positivo porque foi um espaço onde teve muitas pessoas, teve muita participação e que foi possível ouvir muita coisa né, e me apresentando é, eu sou Naiane Araújo, militante do MAM, Movimento pela Soberania Popular na Mineração, também sim, como outros companheiros que já me antecederam eu vou fazer uma fala muito rápida né, não vou me estender muito, até pelo decorrer do horário também e eu já estou muito cansada assim como todos vocês é, que foi mensurado em relação a todos os povos, indígenas, quilombolas, pesqueiros, mas, dentro disso tudo também estão as mulheres, ao longo do tempo, ao longo da história as mulheres, pegando aí mais desde o período feudal, as mulheres colocadas em um processo de submissão ao trabalho doméstico e quando a gente chega no sistema capitalista ele é mais pesado ainda pra nós mulheres, porque além de estarmos inseridas em um sistema que visa o lucro acima da vida as mulheres estão nesses espaços e sofrem muito principalmente quando há processos de desastres ambientais, socioambientais e de crise climática né, as mulheres tem sido muito afetadas por megaprojetos, e a mineração é um deles, a mineração não deixa de ser um megaprojeto que vai atingir a vida das mulheres.

Quando a gente começa a refletir sobre esses impactos que já foram muito falados aqui como a contaminação da água, contaminação do solo, o pó radioativo que vai para as casas das pessoas, quem é que vai limpar tudo isso? As empresas é que não né, infelizmente no sistema, na sociedade que nós estamos esse trabalho, do zelo da casa, fica para as mulheres, além de ter uma sobrecarga de trabalho intenso do cuidado com os filhos, cuidado doméstico, cuidado com o lar, vai aumentar o trabalho, vai triplicar o trabalho das mulheres nesse espaço, e aí a gente reflete né, em outros, outros territórios que nós já passamos que aí a gente também já tem aprendido um pouquinho é, quando você começa a lavar uma roupa você tá mais sujando do que lavando porque tem sujeira de pó de ferro, de cal, enfim, de vários tipos de minério lá e aí ao invés de limpar você tá sujando mais. E aí essa sobrecarga de trabalho vem pra

cima de nós mulheres, dentro da perspectiva social e também de ser mãe quando, quando você tem a dinâmica já né, de ser mãe é claro, você tem um cuidado maior com os seus filhos então, você tem uma preocupação a mais com seus filhos pro eles adoecerem, como que vai ficar a saúde e tantas outras coisas que a gente vem vivendo o atual desgoverno, isso que nós estamos vivendo não é um governo é um desgoverno porque pra além de colocar em risco todas as vidas é um desgoverno que não prioriza políticas públicas para as mulheres e muito menos mulheres camponesas, mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres pescadoras, o qual hoje no território cearense comunidades pesqueiras tem sofrido muito pelo reconhecimento, aliás, pela falta de reconhecimento de serem pescadores.

Hoje antes de vir pra cá eu vi uma jovem pescadora artesanal publicando que oficialmente tinha recebido a sua carteira de pescadora artesanal, e o quanto que ela tem sofrido pra ser reconhecida como uma jovem mulher pescadora e que também é atingida pela mineração de ferro do município de Quiterianópolis, e aí a gente reflete, como que isso vai pra além? Durante esses vinte anos que se pretende extrair esse tal de urânio e esse tal de fosfato aqui no território as mulheres vão estar sendo pensadas, e aí eu olho pra mesa eu fico um pouco feliz porque tem duas mulheres, mas, ao mesmo tempo triste porque a maioria é homens, poderia ser metade, metade né? Cinquenta por cento mulheres e cinquenta por cento homens, pelo menos isso, nesse espaço. E uma outra coisa que eu percebi, nas falas também, que nas falas as mulheres, pelo menos hoje conseguiram ter um pouco mais de vez de voz neste espaço e aí né, eu finalizo mesmo fazendo esses questionamentos em relação a essa dinâmica das mulheres nesses espaços e como eu já coloquei e não vou me prolongar mais tanto, porque eu acredito que eu sou a última fala e agradeço pelo espaço.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Obrigado pela sua fala Naiane é, ainda temos algumas, temos duas manifestações. Senhor Paiva Júnior de Riacho das Pedras.

RESPOSTA DE PESSOA NÃO IDENTIFICADA.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
E senhor Hildegarde.

RESPOSTA DE PESSOA NÃO IDENTIFICADA

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Então de fato a senhora Naiane estava certa. Eu vou passar a palavra pra, pro consórcio pra manifestar especialmente em relação a alteração de projeto mencionada pelo, pelo Rafael.

Ricardo Guterres - Diretor de radioproteção e segurança nuclear da CNEM:
Obrigado Régis. Bom, falando um pouquinho dos controles que o projeto vai ter

na operação relacionado a emissões atmosféricas e controle de efluentes líquidos, trazendo um esclarecimento né, a de fato o processo de concentração mineral ele foi alterado substituindo o uso da água na flotação que demandava a implantação de uma barragem de rejeitos, o processo atual por meio do forno de calcinação ele eliminou a barragem de rejeitos, eliminou a necessidade de lançamento de água nessa barragem o que permitiu a implantação de um circuito de águas completamente fechado, então é, quando vocês avaliaram o projeto e verificaram lá cinco tanques ou lagoas, ou reservatórios é muito importante esclarecer que são lagoas de os reservatórios de estocagem d'água bruta que vai chegar da adutora e outros tanques da etapa de tratamento de efluentes, então é muito importante que todos saiam daqui com essa clareza de que não está sendo substituída a barragem de rejeitos por tanques ou reservatórios de rejeitos tá. São tanques que fazem parte da etapa de tratamento de efluentes e todo o material sólido decantado lá ele é produto, ele volta pro processo, não tem ali disposição de resíduo tá, ou rejeito, então essa é a primeira observação importante.

Então também é importante deixar claro isso, o sistema de águas ele é fechado ele é pra dentro e pra fora, o que que significa isso? A água que entra no sistema ou ela evapora ou ela fica no produto ou ela recircula no processo e a água que chover dentro do projeto também ela contribui pra esse balanço hídrico, o que permite na época de chuva que a fecha, fecha a torneira né, da adutora e consoma menos água tá, esse é um outro ponto importante e a água que chover fora do projeto ela não, ela não entra ela simplesmente drena sem ter contato com a operação.

Então isso tudo tá descrito no projeto tá, eu acho importante a avaliação que todo mundo fez, as contribuições que tão sendo entregues aqui pro IBAMA, que vai analisar, em paralelo ele ainda também tá analisando o nosso estudo e acho que a opinião de vocês ela é, ela é importante de ser considerada, nós consideramos tudo o que tá sendo colocado aqui é válido pra análise crítica do consórcio é válido pra análise que o IBAMA vai fazer pro parecer técnico, e nós aqui do consórcio a gente tem esse objetivo de dialogar né, não de mentir, não de omitir ou de alterar dados né, o relatório entregue, o projeto entregue ele é feito sob responsabilidade técnica das pessoas né, é uma equipe de consultores que tem autonomia e responsabilidade técnica, uma equipe de engenharia de processo, que vem trabalhando há muito tempo né, quarenta anos, tem pessoas aqui que participaram da primeira campanha de pesquisa.

Então, não é um projeto novo, é um projeto antigo que vem sendo melhorado ao longo do tempo, trabalhado e a gente tem a segurança de que o que tá sendo apresentado aqui em termos de engenharia e mineração é o estado da arte, ele traz todas as lições aprendidas do que foi colocado aqui em termos de infelizmente os acidentes que ocorreram na mineração, então todo o processo a seco traz esses, essas melhorias na questão de gestão de riscos, de melhoria operacional, eficiência operacional. Então isso tudo tá escrito no projeto né, e que tá sendo analisado agora pelo IBAMA.

Falando um pouco sobre emissões atmosféricas, todos os sistemas de controle das emissões atmosféricas, seja um material particulado, o CO₂, o NO_x, o SO_x,

são sistemas consagrados que apresentam um nível de eficiência de noventa e nove, noventa e nove por cento. O estudo que demonstra é uma modelagem atmosférica esse estudo ele foi apresentado na íntegra em anexo do projeto e do estudo, ele demonstra numa pior condição climática né, de dispersão, numa pior condição de emissões atmosféricas aonde que essas partículas chegam e vocês podem verificar pelas plumas que foram apresentadas o atingimento delas, elas ficam restritas a área do projeto. É isso que traz a segurança da gente dizer que não haverá poeira radioativa chegando nas comunidades, não é só a modelagem, não são só os controles apresentados, mas principalmente o que vai garantir esse monitoramento que vai ser feito é uma malha muito intensiva de pontos, que vem desde a, do muro do projeto, entre a propriedade e a divisa da propriedade, nos assentamentos e extrapola ainda pra bacia hidrográfica. Então esses são os controles e os monitoramentos que o projeto tem em termos de emissões atmosféricas e material particulado, poeira.

A questão da radioatividade, é um assunto que já foi tratado aqui, então eu tô falando mais do aspecto físico do, da partícula que pode se dispersar né, pela força do vento. Um outro ponto relacionado as mudanças climáticas são muito importante de dizer no balanço nacional né, no inventário nacional de emissões. Tem as emissões industriais dos processos industriais na qual se insere a emissão da queima do coque elas representam menos do que cinco por cento das emissões nacionais, todo mundo que estuda o assunto, e eu sou um deles, a gente sabe que a questão do Brasil e os compromissos do Brasil na redução nas emissões dos gases do efeito estufa elas estão relacionadas a mudança de uso do solo não é, a mudança de uso do solo é a questão do desmatamento, é a taxa de desmatamento, essa é a grande taxa de emissão de gases de efeito estufa é a grande contribuição do Brasil é a redução do nível de desmatamento. Os processos industriais e a matriz energética brasileira elas são um exemplo pro mundo né. A nossa taxa de industrialização infelizmente é baixa, mas, a matriz energética é um exemplo pro mundo. Então esse é um ponto importante, o consórcio se preocupa sim com essa questão das mudanças climáticas, principalmente pela questão da escassez hídrica e a gente vem trabalhando fortemente pra aumentar essa redução né, se a gente pode falar assim, mas, esse é o fato, a gente vem trabalhando e justamente aquele sistema de lagoas, reservatórios e tratamento total dos efluentes sem descarte, é uma medida, é um investimento pra que isso aconteça. Então importante aqui é a gente ter esses espaço né, democrático, eu tive a oportunidade de estar lá no Assentamento de Queimadas, eu tive a oportunidade de estar no Assentamento de Morrinhos, tive a oportunidade de estar no Distrito de Riacho das Pedras procurando o diálogo pra conversar, a gente não foi lá fazer uma, simular uma consulta pública, não foi esse o objetivo, o objetivo, nós fomos lá conversar, conversar apresentar as mudanças do projeto, ouvir as preocupações das comunidades, pra levar pra dentro da empresa, do consórcio e poder discutir o que a gente pode melhorar no projeto pra reduzir essas preocupações, avaliar o que que a gente pode trabalhar em termos de responsabilidade social né, pra tá mais próximo dessas comunidades, todas elas né, todas elas são importantes e importante dizer, os nossos impactos ambientais diretos estão restritos a área de projeto a propriedade da INB.

Então, isso tudo está colocado no, no Estudo de Impacto Ambiental que foi apresentado e de novo eu reforço o compromisso aqui do consórcio com o diálogo, com a verdade e com uma base técnica que é o que subsidia essa equipe que vem trabalhando né ao longo de todos esses anos, como a gente falou, não é um estudo de, de poucos meses não, é um estudo de décadas que tá sendo cada vez mais melhorado, acho que esse é o grande benefício do tempo que esse projeto vem levando, ele vem melhorando, vem reduzindo riscos e vai, vem sendo mais eficiente é o que a gente espera e a gente se coloca sempre aqui a disposição pro diálogo.

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: É, bom gente eu não vou me alongar muito, eu só não queria deixar o Daniel, é, o vereador Daniel sem a resposta.

Você fez o questionamento sobre o ferimento dos animais né, e se a mina e a operação da mina causaria isso. Na verdade, quando eu citei essa, o tratamento que vai ser feito em todo o resgate isso é muito mais ligado a obra e as atividades é, de construção propriamente dito, ou de supressão vegetal. É importante que uma equipe técnica capacitada possa acompanhar essas atividades pra evitar qualquer problema com a fauna local, seja na supressão, seja no, no, no tráfego de, de tráfego de caminhões, do, de qualquer atividade relacionada a isso.

Você também perguntou sobre os animais endêmicos e ameaçados, isso daí eu já comentei um pouquinho na, na pergunta da colega, mas, eu só vou repetir também. Todos esses animais eles foram considerados, eles foram listados, são apresentados no estudo e também tem os programas de monitoramento além da seleção das espécies chaves pra, pra esse monitoramento e acompanhamento ao longo do tempo.

Sobre a, eu queria também trazer um pouco da fala do Rafael quando ele fala do risco do, do, da fauna. Queria ressaltar que o Estudo de Impacto Ambiental ele considerou e apresenta conceitos de risco ecológicos justamente pra fauna silvestre, então tem alguns animais que foram selecionados pra ser esse, esse, pra ter esse controle, esse monitoramento, inclusive avoante é uma de, é um desses animais por fazer um deslocamento regional, então toda esse, essa questão, esse cuidado também tá sendo feito e apresentado na parte de programas.

Por fim é isso, eu queria também e repetir um pouco essa questão da RT que todos os profissionais envolvidos assinam com a sua responsabilidade técnica e é um estudo com muita, muito cuidado e ele não foi feito em poucos meses né, algumas falas dizem aí que o TR foi emitido e poucos meses depois, três meses, o estudo foi protocolado. Na verdade, o estudo ele começou a mais de dose, dose meses, foi mais de um ano trabalhando nele com TR, um termo de referência, uma minuta de termo de referência onde ainda assim houve, houveram algumas complementações, algumas inclusões de tema e esse te, esse TR foi finalizado em agosto, setembro, se eu não me engano, e aí sim com essa verificação geral avaliando o pleno atendimento desse termo de referência o, o, a gente apresentou o estudo e o consórcio protocolou o EIA/RIMA.

Então eu agradeço a atenção de todos e me coloco a disposição também pra qualquer esclarecimento adicional, muito obrigado.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:
Obrigado Rafael, obrigado Ricardo.

A gente tá se encaminhando pro final, mas, eu ainda tenho duas perguntas escritas aqui que eu gostaria que fossem respondidas, porque é um assunto que ainda não foi tocado, mas, antes disso eu queria registrar que eu tomei um puxão de orelha aqui da minha equipe e queria compartilhar com vocês, especialmente pra, me referindo a fala da Naiane de que o IBAMA está representado por três mulheres e dois homens aqui e que na equipe que vai analisar o EIA são quatro mulheres e três homens, então as mulheres estão bastante representadas nesse processo de licenciamento ambiental, destaco que a nossa especialista em cavernas é uma mulher e acho que é importante frisar na questão da representatividade de que a nossa técnica responsável por analisar a questão socioeconômica, que eu acho que é a principal questão nesse empreendimento é uma mulher é a Telda que tá aqui do meu lado e é uma pessoa que tem, além de todas as qualidades de ser mulher, de ter um olhar bastante sensível, bastante acurado pra questões sociais ela é uma pessoa extremamente sensível, uma pessoa que passou a noite toda aqui anotando pontos que vocês falaram e que ela vai redobrar o cuidado na hora de reler o EIA, ela já leu, está analisando e eu tenho certeza que ela vai redobrar o cuidado com vários pontos que ela anotou aqui.

As duas perguntas escritas que ainda não foram tocadas são referentes a estradas, a primeira é o senhor José Francisco de Paiva, comenta que. O que precisamos que o consórcio, o Estado e a União assumam um compromisso de construir o açude Poço Comprido, e o ponto que eu especifico é, e a estrada CE 366, que liga Santa Quitéria a Mina Itataia.

E o senhor Henrique Júnior ele comenta que a construção da CE que liga Santa Quitéria a Lagoa do Mato é de fundamental importância para o desenvolvimento de nossa região, como um projeto desse porte pode deixar de fora orçamento pra essa obra tão vital par nós?

Os Romanos dominaram o mundo porque fizeram estradas, a CE é fundamental, e ele agradece.

Eu gostaria que o consórcio abordasse a questão se está prevista algum reforço, melhora em acessos relacionados ao empreendimento.

Rafael – Gerente de Meio-Ambiente - GALVANI: Legal, obrigado Régis. Suas perguntas são importantes né, em termos de infraestrutura pra aumento da disponibilidade hídrica, de fato a Secretaria de Recursos Hídricos e a COGER nessa nota técnica no estudo apresentado de longo prazo eles colocam três projetos estruturantes com uma condição de aumentar muito a capacidade desse

sistema de açudes, o primeiro dele é o Projeto Malha de conexão dos açudes, tem também o açude Pedregulho e o Poço Comprido né, a gente sabe que isso tá no plano de médio e longo prazo do Estado, inclusive vem sendo discutida essas obras aí nas reuniões que a gente vem participando do comitê de Bacias e aí depende realmente do, dos investimentos tanto do Estado quanto do Governo Federal nesses empreendimentos pra aumentar a capacidade do sistema de açudes aqui no Ceará.

Com relação as estradas a diretriz então da Secretaria de Obras Públicas pro transporte de cargas do projeto é justamente o caminho pela BR 020, entrando na CE 366 ali em Macaoca, um trecho de vinte e nove quilômetros que já é asfaltado, mas, vai ser alargado e o asfalto reforçado né, todo esse traçado que hoje já é asfaltado então vai sofrer essa melhoria, vai ter também um contorno no Distrito de Lagoa do Mato, que vai conectar a estrada, o acesso hoje de terra de cerca de dezessete quilômetros até a Fazenda Itataia, então todo esse traçado, desde o trevo de Macaoca até a Fazenda Itataia vai seguir o mesmo perfil né, rodoviário, o mesmo estrutura da BR hoje, então vai ser alargado, reforçado, com acostamento.

A questão da diretriz do asfaltamento aqui desse trecho entre Santa Quitéria e a Fazenda Itataia, eu acho que essa é a principal reivindicação do, dos representantes do comercio, da prefeitura, das pessoas de Santa Quitéria que querem se sentir mais próximas do projeto e aí, a partir daí tem o benefício né, da circulação dos serviços, produtos e acesso ao projeto, então essa reivindicação vem sendo feita né, vem sendo feita pela prefeitura com apoio de deputados estaduais e também a câmara dos vereadores vem se mobilizando pra esse assunto, mas, aí é um assunto também é, que precisa entrar no plano de obras do Governo do Estado né, junto do Governo, junto da Secretaria de Obras Públicas.

Régis Fontana Pinto – Analista Ambiental do IBAMA – Presidente da Mesa:

Obrigado Rafael pelo esclarecimento. Bom gente, nós ainda temos aqui dezesseis perguntas escritas que eu avaliei junto com a equipe que são perguntas que já foram de alguma forma contempladas ao longo das, das falas ao longo da audiência, portanto, a gente não vai ler essas perguntas agora até um virtude do avançado da hora e em virtude de que amanhã temos outra audiência pra realizar é, então essas, essas perguntas elas vão ser respondidas diretamente aos interessados, praquelas que tiverem o, que tiverem deixado o contato, de qualquer forma né, eles, elas vão fazer parte do processo de licenciamento ambiental, e aí não havendo mais nenhum questionamento eu registro que tanto essas perguntas que não foram respondidas, quanto as outras que foram respondidas, dúvidas, as manifestações que foram aqui apresentadas, os documentos que foram aqui protocolados, assim como a gravação da audiência pública, a ATA sucinta que tá sendo lavrada junto pela, da minha equipe e depois a ATA transcrita de toda a audiência, de tudo que foi dito na, na audiência, conforme o regulamento da audiência eles serão todos incorporados ao processo de licenciamento ambiental em curso no IBAMA do PROJETO SANTA QUITÉRIA que é o processo 02001014391/202017, eu repito 02001.014391/2020-17 e, portanto, agora as 02:54 minutos da manhã desse dia

08 de junho de 2022 eu Regis Fontana Pinto na qualidade de Diretor de Licenciamento Ambiental Substituto declaro encerrada e válida essa Audiência Pública para fins de instrução do processo de licenciamento ambiental do empreendimento PROJETO SANTA QUITÉRIA. Eu agradeço aos colegas de IBAMA que estiveram aqui me apoiando, eu agradeço aos componentes da mesa que estiveram aqui respondendo, debatendo junto com vocês, eu agradeço a equipe de apoio que atuou nos bastidores pra que pudesse acontecer essa audiência e em especial eu agradeço a todo o público que desde o princípio e os resistentes que ficaram até o final que estiveram aqui e discutiram, e debateram, e manifestaram a respeito do projeto qualificando o processo de licenciamento ambiental e trazendo as suas percepções que serão todas consideradas durante as análises do projeto. Agradeço de coração a todos, desejo um bom descanso e um bom dia que se avizinha a todos vocês.

Até logo.

Tempo da audiência: 7:58:01

Transcrição feita por Jucilene Silva e Marcio Ricardo Braga.

Revisão: Helbe Ladeira Tuttman

Interconnections Excelência em Idiomas Ltda.

OBS: Tivemos alguns momentos a qualidade de áudio ruim, que prejudicou algumas falas e que estamos, conforme CONTRATO, fazendo a transcrição literal, “sem correção gramatical e com repetição de vícios de linguagem”.

